

NOTA TÉCNICA Nº 13/2021/CSCOB/SAS  
Documento nº 02500.035455/2021-73

Brasília, 3 de agosto de 2021.

Ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
**Assunto: Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93, de 13 de maio de 2021. Subsídios ao CNRH para definição dos mecanismos e valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.**

Referência: Doc. nº 02500.028870/2021-71; Doc. nº 02500.029716/2021-16

## 1. INTRODUÇÃO

1. O Ofício nº 051/2021/CBH-Doce, de 11 de junho de 2021 (doc. nº 02500.028870/2021-71), encaminha a esta SAS a proposta de revisão do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce, em atendimento ao disposto no art. 3º da Resolução CNRH nº 212/2020, que delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

2. Conforme o Ofício, em 13 de maio de 2021, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) aprovou a Deliberação Normativa nº 93/2021 que *"dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce"*.

3. O art. 7º da Deliberação determina o seu encaminhamento ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), para análise e aprovação, e à ANA, para conhecimento e providências pertinentes.

4. Junto ao Ofício nº 051/2021/CBH-Doce foi encaminhado o documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA', com a síntese do trâmite nas instâncias do CBH-Doce, contendo todas as versões do estudo de cobrança elaborado pela AGEVAP para subsídio às discussões do CBH-Doce. Posteriormente, foi encaminhado o Ofício nº 053/2021/CBH-Doce, de 29 de junho de 2021, com informações complementares ao Ofício anterior, detalhando o custeio da entidade delegatária para o período compreendido entre 2022 e 2024 (documento 'DETALHAMENTO CUSTEIO 2022 - 2023 - 2024').

5. Destaca-se que, nos termos da alínea 'b' do inciso XI do art. 44 da Lei nº 9.433/97, compete à Agência de Água, no âmbito de sua área de atuação, propor ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos. Ou seja, compete à AGEVAP propor ao CBH-Doce os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce.

6. Em 29 de junho de 2021, foi protocolado na ANA o Ofício nº 379/2021/SNSH/MDR (doc. nº 02500.029716/2021-16), subscrito pelo Secretário Nacional de Segurança Hídrica Substituto, que, ao encaminhar o Ofício nº 051/2021/CBH-Doce, solicita o posicionamento desta ANA quanto à viabilidade do pleito, para subsidiar o CNRH sobre a matéria apensada.

7. A presente Nota Técnica visa subsidiar a definição pelo CNRH dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce, com base nos mecanismos e valores sugeridos pelo CBH-Doce, conforme disciplina o inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000<sup>1</sup>.

## 2. BREVE HISTÓRICO

8. A cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce teve seu início com os mecanismos e valores estabelecidos na Deliberação CBH-Doce nº 26, de 31 de março de 2011. Esta Deliberação foi aprovada pela Resolução CNRH nº 123, de 29 de junho de 2011, e o início da cobrança ocorreu efetivamente em 4 de novembro de 2011, data de publicação no Diário Oficial da União do Contrato nº 072/ANA/2011 (contrato de gestão) entre a ANA e o Instituto Bioatlântica, com anuência do CBH-Doce.

9. Os preços unitários estabelecidos na Deliberação CBH-Doce nº 26/2011 vigoraram sem alterações de 2011 a 2017. Para o exercício 2018, por força do § 2º do art. 2º da Resolução CNRH nº 192, de 19 de dezembro de 2017<sup>2</sup>, os preços que estavam em vigor no exercício de 2017 foram atualizados em 2,70%.

10. Já em atenção ao art. 3º da Resolução CNRH nº 192/2017, o CBH-Doce aprovou a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, dispondo sobre a atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce. Esta Deliberação foi aprovada pela Resolução CNRH nº 203, de 16 de outubro de 2018.

11. Entretanto, o art. 2º da Resolução CNRH nº 203/2018 estabeleceu que os mecanismos e valores aprovados deveriam ser revistos e encaminhados ao CNRH pelo CBH-Doce até 30 de junho de 2021, mediante manifestação técnica, e que a revisão deveria ser orientada pelo plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica, levando-se em consideração as ações a serem executadas com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, e que o CBH-Doce deveria apresentar a avaliação da viabilidade financeira da Agência de Água ou entidade delegatária de suas funções.

12. Em 28 de agosto de 2020, ao delegar o exercício de funções de competência das agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), o CNRH, por meio da sua Resolução nº 212,

<sup>1</sup> Anexo a esta Nota Técnica encontra-se o documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA', citado no Ofício nº 051/2021/CBH-Doce e o documento 'DETALHAMENTO CUSTEIO 2022 - 2023 - 2024', citado no Ofício nº 053/2021/CBH-Doce. Recomenda-se a sua leitura prévia. Recomenda-se também a releitura das seguintes Notas Técnicas: i) Nota Técnica nº 12/2018/CSCOB/SAS, de 13 de julho de 2018 (doc. nº 00000.043527/2018-66), e ii) Nota Técnica CSCOB/CINCS nº 27/2020/CSCOB/SAS, 3 de junho de 2020 (doc. nº 02500.025972/2020-53).

<sup>2</sup> Dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários.



ratificou a necessidade de revisão dos mecanismos e valores da cobrança na área de atuação do CBH-Doce até 30 de junho de 2021, acrescentando que, caso a proposta de revisão não assegure a viabilidade financeira da entidade delegatária, a delegação concedida à AGEVAP será revogada<sup>3</sup>.

13. Com isto, visando atender aos comandos da Resolução CNRH nº 203/2018 e nº 212/2020, o CBH-Doce aprovou a Deliberação Normativa nº 93/2021 que "*dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce*".





	2002	2010	2011	2018	2020	2021
	<b>Decreto de 25/01/2002:</b> institui o CBH Doce	<b>Decreto de 01/09/2010:</b> altera a área de atuação do CBH Doce				
			<b>Deliberação nº 26:</b> sugere a cobrança	<b>Deliberação nº 69:</b> sugere a cobrança		<b>Deliberação nº 93:</b> sugere a cobrança
			<b>Resolução nº 123:</b> aprova a cobrança	<b>Resolução nº 203:</b> aprova a cobrança e determina sua revisão até 30/06/21	<b>Moção 70:</b> recomenda início da cobrança no ES	<b>Resolução nº 212:</b> ao delega funções de agência à AGEVAP, determina revisão da cobrança até 30/06/21
			<b>inicia a cobrança</b>			

Figura 1. Linha do tempo resumida.

14. A figura a seguir resume os preços unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce de 2011 a 2021.

<sup>3</sup> A Resolução CNRH nº 212/2020 estabeleceu que nos exercícios 2020 e 2021 a AGEVAP deveria se estruturar considerando o limite de custeio administrativo proporcionado pela cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, priorizando o exercício da função de Secretaria-Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.



Tipo de uso	Unidade	Preço Unitário							
		2011/2012	2013	2014	2015/2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019	2020 <sup>(1)</sup>	2021 <sup>(1)</sup>
Captação de água bruta	R\$/m³	0,018	0,021	0,024	0,03	0,0308	0,0336	0,0345	0,0358
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,10	0,12	0,15	0,16	0,1643			
	R\$/kg						0,1790	0,1837	0,1909
Transposição	R\$/m³	0,022	0,027	0,031	0,04	0,0411	0,0448	0,0460	0,0478

(1) Considerando os efeitos da Resolução CNRH nº 192/17.

Figura 2: Preços Unitários. Cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. Bacia do rio Doce.

15. Ressalta-se que a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce também está implementada em todas as bacias hidrográficas afluentes ao rio Doce no Estado de Minas Gerais (do rio Piranga, do rio Piracicaba, do rio Santo Antônio, do rio Suaçuí, do rio Caratinga e do rio Manhuaçu).

16. Porém, diferentemente do que já ocorre na cobrança dos usos em águas de domínio da União, os preços unitários cobrados dos usos em águas de domínio mineiro ainda não sofreram alteração em relação aqueles aprovados pelo CERH/MG em 2011.

17. Entretanto, a correção monetária dos preços vigentes em Minas Gerais começará a ocorrer a partir do exercício 2022, por força do Decreto MG nº 48.160, de 24 de março de 2021, que no seu art. 9º preconiza que os preços serão atualizados anualmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4, 5</sup>.

18. Por outro lado, a cobrança ainda não foi implementada nas bacias hidrográficas afluentes ao rio Doce no Estado do Espírito Santo (do rio Santa Maria do Rio Doce, do rio Santa Joana, do rio Guandu, da Barra Seca e Foz do Rio Doce, do Pontões e Lagos do Rio Doce).

<sup>4</sup> Registra-se que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Recomendação nº 03, de 19 de abril de 2018, havia recomendado a implementação da correção monetária na cobrança pelo uso de recursos hídricos dentro das bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais.

<sup>5</sup> Interessante notar que o art. 30 do Decreto MG nº 48.160/2021 estabelece que “nas bacias hidrográficas em que a cobrança pelo uso de recursos hídricos foi implementada, o IGAM, as agências de bacia hidrográfica e as entidades a elas equiparadas deverão adaptar a operacionalização da cobrança pelo uso de recursos hídricos ao disposto no art. 8º, no prazo de três anos a contar da publicação deste decreto”. Dispõe o art. 8º do Decreto MG nº 48.160/2021 que valor da cobrança será apurado considerando dados das outorgas vigentes e informações registradas pelo usuário, referentes ao uso de recursos hídricos no exercício anterior àquele em que se der a cobrança.





19. A ausência da cobrança pelo uso de recursos hídricos na porção capixaba da bacia hidrográfica do rio Doce já foi objeto de manifestação do CNRH que, na Moção nº 70, de 16 de outubro de 2018, recomendou a sua implementação conforme aprovação já realizada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Resoluções CERH/ES nº 34/2012 e nº 35/2012<sup>6</sup>)<sup>7</sup>.

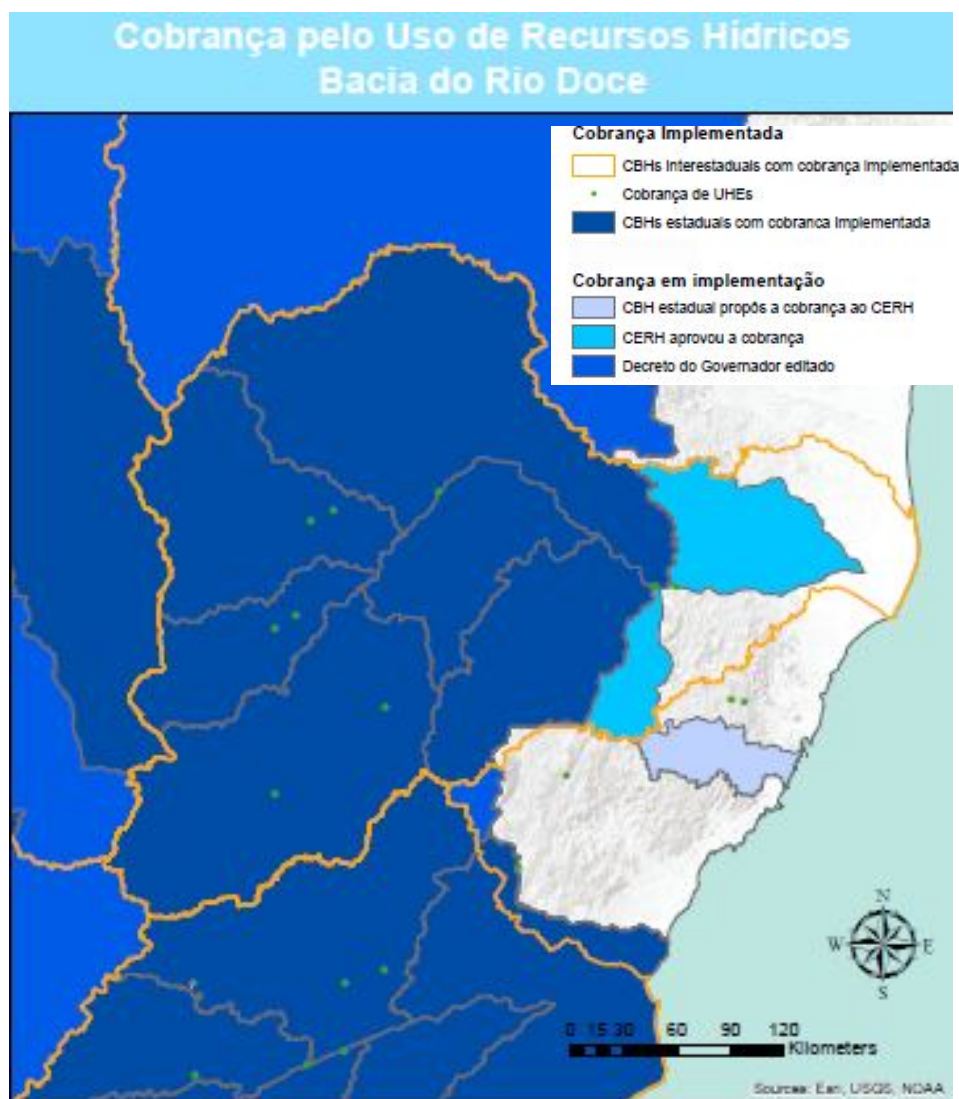


Figura 3: Bacia Hidrográfica do Rio Doce - Cobrança pelo uso de recursos hídricos.

<sup>6</sup> Respectivamente, aprova os valores propostos e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São José e Aprova os valores propostos e mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu.

<sup>7</sup> A Moção foi dirigida ao Governador do Estado do Espírito Santo, ao Diretor Presidente da Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, ao Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, aos Presidentes dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e das Bacias Hidrográficas Pontões e Lagoas do Rio Doce, que sucedeu o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José, e ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo.



### 3. DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 93/2021

20. A Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021 visa atender ao disposto no art. 3º da Resolução CNRH nº 212/2020.

21. Esta Deliberação mantém inalterados os mecanismos de cobrança contidos no Anexo I da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018, mas revoga o Anexo II da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018, passando a sugerir um reajuste escalonado de 67% em relação aos preços unitários atualmente vigentes, conforme cronograma apresentado no quadro a seguir.

VALORES DO PPU COM A CORREÇÃO DE 67% + VARIAÇÃO DE IPCA ANO A ANO							
TIPO DE USO	PPU	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU				
			2.021	2022 <sup>(5)</sup>	2023 <sup>(5)</sup>	2024 <sup>(5)</sup>	2025 <sup>(5)</sup>
				Correção de 20,00%	Correção de 18,00%	Correção de 29,00%	Correção de 0,00%
Captação de água superficial	PPU <sub>cap</sub>	R\$/m³	0,0358	0,0430 + variação do IPCA 2021	0,0494 + variação do IPCA 2022	0,0598 + variação do IPCA 2023	0,0598 + variação do IPCA 2024
Lançamento de carga poluidora	PPU <sub>arc</sub>	R\$/Kg	0,1909	0,2291 + variação do IPCA 2021	0,2634 + variação do IPCA 2022	0,3188 + variação do IPCA 2023	0,3188 + variação do IPCA 2024
Transposição de água	PPU <sub>transp</sub>	R\$/m³	0,0478	0,0574 + variação do IPCA 2021	0,0660 + variação do IPCA 2022	0,0798 + variação do IPCA 2023	0,0798 + variação do IPCA 2024

<sup>5</sup> Sobre esses valores incidirá a variação do IPCA/IBGE, conforme disposto na Resolução CNRH nº 192/2017

Figura 4: Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021 - Anexo I.

22. Os reajustes sugeridos para os exercícios 2022 (20% em relação a 2021) e 2023 (38% em relação a 2021) serão prontamente aplicados, mas o adicional de correção previsto para o exercício 2024 (67% em relação a 2021) fica condicionado a uma nova revisão dos mecanismos e valores de cobrança, que deverá ocorrer previamente ao exercício 2024.

23. Segundo o CBH-Doce, previamente a 2024 serão avaliados, em especial, o cenário dos valores e mecanismos de cobrança praticados nos rios estaduais em MG, o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce) revisado e a garantia da sustentabilidade da entidade delegatária considerando a sua atuação integrada como entidade equiparada à função de Agência dos Comitês mineiros.

24. Além disto, a aplicação dos reajustes relativos a cada exercício (em 2022, em 2023 e em 2024) fica condicionada ao cumprimento, pela entidade delegatária, dos indicadores e metas a serem definidos pelo CBH-Doce, os quais a Deliberação sugere que estejam em consonância com o Contrato de Gestão nº 034/2020, especialmente no que tange ao Indicador 03.

25. No Parecer Técnico da Câmara Institucional e Legal (CTIL) do CBH-Doce, constante do documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA', tem-se que o indicador 03 refere-se índice de execução física de ações priorizadas pelo CBH.

### 4. ANÁLISE

26. Os documentos que subsidiaram a Plenária do CBH-Doce apontam que os mecanismos atuais foram revisados recentemente em 2018 e que deveriam ser mantidos, ao menos até a revisão do plano da bacia hidrográfica (ver Parecer Técnico da CTIL do CBH-Doce).



27. Por parte da ANA, os mecanismos atuais estão sendo operacionalizados não demandando necessidades urgentes de adequação, podendo aguardar a revisão do plano da bacia hidrográfica para, a partir das diretrizes e critérios para a cobrança nele contidos, atuar na revisão de mecanismos de cobrança, se necessário<sup>8</sup>.

28. Como a revisão do plano de bacia hidrográfica teve início neste exercício de 2021 (maio) com previsão de conclusão em 18 meses, por ora, o CBH-Doce propõe a revisão dos preços unitários de cobrança como foco na viabilidade financeira da AGEVAP.

29. Entretanto, antes de adentrar na viabilidade financeira da AGEVAP, a figura a seguir mostra os preços unitários aprovados em março de 2011 pelo CBH-Doce e quais seriam estes preços se eles tivessem sido corrigidos periodicamente pelo IPCA/IBGE.

Preços unitários				
PPUs	Unidade	Deliberação CBH-Doce nº 26 <sup>1</sup>	IPCA/IBGE	PPU <sub>corrigido</sub>
			mar/11 a dez/20	2021
PPU <sub>cap</sub>	R\$/m <sup>3</sup>	0,03	69,85%	0,0510
PPU <sub>lanç</sub>	R\$/Kg	0,16		0,2718
PPU <sub>transp</sub>	R\$/m <sup>3</sup>	0,04		0,0679
1 - de 31 de março de 2011.				

Figura 5: Preços unitários - Deliberação CBH-Doce nº 26/2011.

30. Já a figura a seguir apresenta os preços unitários sugeridos na Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021.

Preços unitários				
PPUs	Unidade	Deliberação CBH-Doce nº 93 <sup>1</sup>		
		2022	2023	2024
PPU <sub>cap</sub>	R\$/m <sup>3</sup>	0,0430	0,0494	0,0598
PPU <sub>lanç</sub>	R\$/Kg	0,2291	0,2634	0,3188
PPU <sub>transp</sub>	R\$/m <sup>3</sup>	0,0574	0,0660	0,0798
1 - de 13 de maio de 2021.				

Figura 6: Preços unitários - Deliberação CBH-Doce nº 93/2021.

<sup>8</sup> Neste ponto, além das sugestões contidas na Nota Técnica nº 12/2018/CSCOB/SAS, de 13 de julho de 2018, que subsidiou o CNRH na definição da atual metodologia de cobrança vigente na bacia hidrográfica do rio Doce, sugere-se ao CBH-Doce que, na oportunidade de revisão do PIRH Doce:

- sejam eleitas as ações do plano da bacia hidrográfica que deverão ser realizadas com valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos num determinado horizonte temporal, incluindo o custeio da entidade delegatária de funções de agência de água;
- que os valores unitários da cobrança sejam estabelecidos em função da necessidade de arrecadação definida conforme o item anterior;
- que as fórmulas de cobrança sejam simples (recomenda-se abolir a utilização de coeficientes multiplicadores), facilitando o seu entendimento pela sociedade e proporcionando menores custos operacionais, sobretudo para os usuários de pequeno porte (exemplos no País: Estado do Ceará; Estado da Paraíba, Estado do Piauí; CBHs do DF, CBH Paranaíba);
- que haja diferenciação de preços entre os setores usuários, buscando-se refletir as distintas capacidades de pagamento (exemplos no País: Estado do Ceará; Estado da Paraíba, Estado do Piauí; CBHs do DF, CBH Paranaíba).



31. Observa-se que os preços sugeridos para 2022 e 2023 são em termos reais inferiores aos sugeridos em 2011. Os preços sugeridos para o exercício 2024 terão ganhos reais de cerca de 17%, mas conforme a própria Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021 estarão sobrestados:

*"a aplicação do índice de 29% (vinte e nove por cento) prevista para o exercício de 2024 fica condicionado à realização de uma nova revisão dos mecanismos e valores de cobrança que deverá ocorrer previamente, quando deverão ser avaliados em especial o cenário dos valores e mecanismos de cobrança praticados nos rios estaduais em MG, o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce) revisado e a garantia da sustentabilidade da entidade delegatária considerando a sua atuação integrada como entidade equiparada à função de Agência dos Comitês mineiros" - art. 2º da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021.*

#### 4.1. Estimativa de Arrecadação

32. Para o exercício 2021, considerando os mecanismos e valores de cobrança estabelecidos na Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/18 e os usos de recursos hídricos presentes no CNARH 40, o valor total cobrado pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce foi de cerca de R\$ 13.769.657,94 (ver anexo), sendo 95% deste valor resultante da cobrança de 10 dos 290 usuários de recursos hídricos cobrados na bacia.

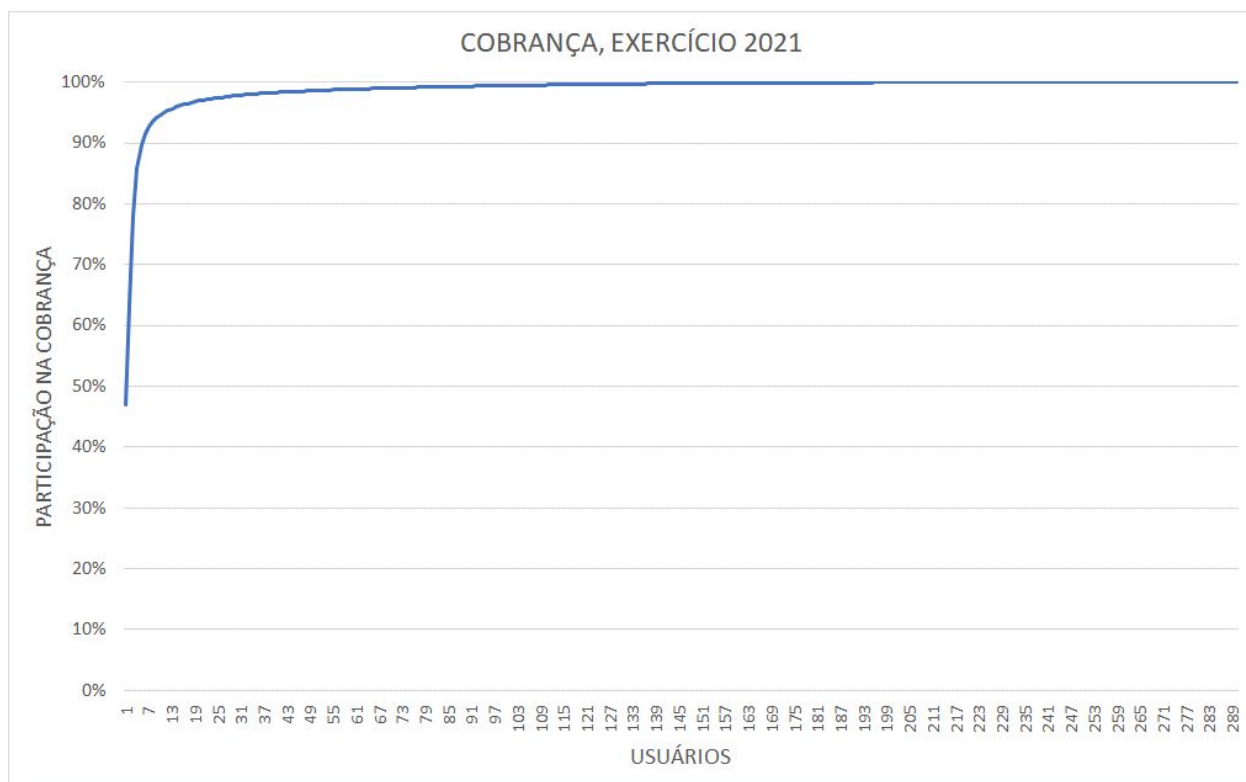


Figura 7: Participação dos usuários na cobrança - bacia hidrográfica do rio Doce.





33. A figura a seguir mostra a estimativa de cobrança para os exercícios de 2022 a 2024 a partir dos preços unitários sugeridos pela Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021 e a respectiva estimativa de arrecadação considerando uma inadimplência de 5%, que foi observada nos últimos cinco exercícios. O quadro aponta também o valor limite para o pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH (7,5% do valor arrecadado).

Ano	Valores Cobrados, em R\$	Estimativa de Arrecadação, em R\$	
		Total <sup>1</sup>	7,50%
2021	13.769.658	13.081.175	981.088
2022	16.523.590	15.697.410	1.177.306
2023	19.002.128	18.052.022	1.353.902
2024	22.995.329	21.845.562	1.638.417
1- considerou-se uma inadimplência de 5% (índice verificado no período 2016/2020).			
fundo verde: valores estimados.			

Figura 8: Estimativa de arrecadação.

#### 4.2. Nota Técnica CSCOB/CINCS nº 27/2020/CSCOB/SAS

34. Resgatando o conteúdo da Nota Técnica CSCOB/CINCS nº 27/2020/CSCOB/SAS<sup>9</sup>, de 3 de junho de 2020 (doc. nº 02500.025972/2020-53), a estrutura ideal apontada na Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP, de 30 de março de 2020, tinha um custo estimado de R\$ 2.531.367,92 (em 2020).

35. Entretanto, frente ao cenário de arrecadação, a AGEVAP indicava uma estrutura mínima para início de seu funcionamento, cujo custo era de R\$ 1.420.894,36 (em 2020). Embora a Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP apontasse a estrutura mínima para iniciar, ela apresentou também o desenho de uma estrutura possível com a arrecadação prevista para o exercício 2020, cujo custo era de aproximadamente R\$ 1.196.852,48 (em 2020).

36. A Nota Técnica CSCOB/CINCS nº 27/2020/CSCOB/SAS apontou que, para cobrir os custos da estrutura mínima, os preços vigentes deveriam ser acrescidos em 45%. Do contrário, a AGEVAP teria que operar com uma estrutura inferior a estrutura mínima indicada na Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP.

37. A mesma Nota Técnica CSCOB/CINCS nº 27/2020/CSCOB/SAS demonstrou que os preços necessários para cobrir os custos da estrutura mínima seriam próximos daqueles valores reais aprovados pelo CNRH em 2011.

#### 4.3. Estimativa da ANA para o Custeio da Entidade Delegatária

38. No exercício 2018, dentro do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas - Interáguas, foi concluído um estudo especializado contratado pela ANA para desenvolvimento de uma metodologia para estimar o custeio administrativo de entidades delegatárias de funções

<sup>9</sup> Que forneceu, a pedido, subsídios para a tomada de decisão do CNRH referente a delegação de funções de competência das agências de água à AGEVAP.





de agência de água. Esta contratação culminou na elaboração de uma ferramenta que apoia a ANA na estimativa do custeio necessário ao funcionamento de uma entidade delegatária<sup>10</sup>.

39. Em apertada síntese, a ferramenta estima a necessidade estrutural da entidade delegatária e seu respectivo custeio considerando variáveis consideradas mais significativas para sua determinação: i) número de comitês de bacia hidrográfica atendidos pela entidade delegatária; ii) número de projetos desenvolvidos, por grau de complexidade e por existência ou não de apoio de empresas gerenciadoras de projetos; e iii) número de escritórios descentralizados, além da localização da entidade delegatária.

A utilização da ferramenta indica que a estrutura mínima de uma entidade delegatária para atendimento apenas ao CBH Doce resulta em um custo estimado de R\$ 1,18 milhão anuais<sup>11</sup>, que poderia ser corrigido para um custo de 1,34 milhão (inflação do período 2018/2020 de cerca de 13% pelo IPCA/IBGE).

#### 4.4. Viabilidade Financeira da AGEVAP

40. Observa-se que este valor de R\$ 1,34 milhão é bem próximo ao limite de custeio que será obtido no exercício 2023, de R\$ 1,35 milhão, conforme dados da Figura 8.

41. Em relação à necessidade de custeio conforme os documentos apresentados, a AGEVAP indicou ao CBH-Doce que a estrutura atual tem custo de R\$ 938.015,24<sup>12</sup>, a estrutura intermediária custaria R\$ 1.987.081,88<sup>13</sup>, a estrutura intermediária ajustada custaria R\$ 1.815.577,88<sup>14</sup> e a estrutura ideal custaria R\$ 2.524.292,12<sup>15</sup>. Das discussões no âmbito das instâncias do CBH-Doce, surgiu a chamada estrutura proposta Doce de R\$ 1.567.236,76<sup>16</sup>, que é a que consta do Parecer Técnico da CTIL do CBH-Doce.

42. Verifica-se que a arrecadação estimada para os exercícios 2022 e 2023, considerando os preços unitários sugeridos na Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021 (ver Figura 8), impossibilita suprir o custo de quaisquer das estruturas apresentadas no Anexo X do documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA'.

<sup>10</sup>

Relatórios

disponíveis

em:

<https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/agencias-de-agua/agencias-de-agua>, no portal 'Estimativa de custeio'.

<sup>11</sup> A ferramenta estima um custo anual de R\$ 1,86 milhão. Porém, com a edição a Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020, dispõe-se de novas orientações quanto ao enquadramento das despesas das entidades delegatárias, passando a considerar como finalísticas as despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos profissionais técnicos contratados para a execução de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos planos de recursos hídricos. Descontando-se estas despesas, a estimava de custo anual passe de R\$ 1,86 milhão para R\$ 1,18 milhão.

<sup>12</sup> Painel 12 do Anexo X do documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA'.

<sup>13</sup> Painel 14 do Anexo X do documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA'.

<sup>14</sup> Painel 15 do Anexo X do documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA'.

<sup>15</sup> Painel 13 do Anexo X do documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA'.

<sup>16</sup> Painel 16 do Anexo X do documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA'.



43. Segundo este, somente em 2024 seria possível suprir o custo daquela chamada estrutura proposta Doce, que é a que consta do Parecer Técnico da CTIL do CBH-Doce, porém, ainda distante das estruturas intermediárias e da estrutura ideal apresentada pela AGEVAP.

44. Sobre o déficit em 2022 e 2023, o CBH-Doce encaminhou o Ofício nº 053/2021/CBH-Doce, contendo o detalhamento do custeio da entidade delegatária para o período compreendido entre 2022 e 2024 (documento 'DETALHAMENTO CUSTEIO 2022 - 2023 -2024').

45. O Ofício nº 053/2021/CBH-Doce destaca que:

*“o referido documento demonstra que a sustentabilidade da entidade delegatária, a AGEVAP, foi construída de forma escalonada, após amplo e democrático processo de discussão ocorrido no âmbito do Grupo de Trabalho de Cobrança (CTCOB) e da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), conforme progressão da arrecadação aprovada pela Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021, a qual permitirá incremento gradativo da capacidade operacional, considerada a estratégia mais racional pelo comitê, especialmente devido ao grave impacto da pandemia da COVID-19 sobre a economia.*

*...  
Cumprir enfatizar que a estrutura é enxuta, porém suficiente para garantir a sustentabilidade da entidade delegatária sem prejuízo à operacionalização das atividades, sobretudo considerando que o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) foi construído com ênfase em macroações, tanto no âmbito do Programa de Saneamento Básico como na Iniciativa Rio Vivo, cuja operacionalização ocorre, normalmente, em parceria com a Caixa Econômica Federal, os quais, somados, totalizam cerca de 75% (setenta e cinco por cento) de todo o recurso previsto no planejamento.”*

#### 4.5. Equiparação da AGEVAP em MG

46. A Deliberação CERH-MG nº 441, de 04 de setembro de 2020, aprovou a equiparação da AGEVAP para exercer, até 31 de dezembro de 2025, atividades de funções de agência de bacia hidrográfica dos afluentes mineiros dos Rio Doce.

47. Lembra-se que a Nota Técnica CSCOB/CINCS nº 27/2020/CSCOB/SAS já apontava esta possibilidade e informava que a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio mineiro gira em torno de R\$ 20 milhões anuais, o que proporciona R\$ 1,5 milhão para custeio.

48. A Nota Técnica abordou também que ferramenta que apoia a ANA na estimativa do custeio necessário ao funcionamento de uma entidade delegatária estima que o atendimento a cada Comitê de Bacia Hidrográfica adicional, sem se elevar o número de projetos desenvolvidos, acarreta um acréscimo de R\$ 220 mil ao custo da entidade delegatária (ou R\$ 250 mil em valor atualizado). Como são seis Comitê de Bacia Hidrográfica mineiros na bacia do rio Doce, o atendimento aos comitês mineiros soma R\$ 1,5 milhão.

49. Ou seja, o acréscimo de receita mineira é suficiente ao pagamento da secretaria executiva destes seis Comitês de Bacia Hidrográfica<sup>17</sup>.

50. Informa-se que a ANA vem adotando precauções para que eventual atuação da AGEVAP como entidade equiparada à agência de bacia dos Comitês mineiros não onere o contrato de gestão firmado com a União.

#### 4.6. Comparativo dos Preços Públicos Unitários propostos

51. A título comparativo, a figura a seguir mostra os valores da Deliberação CBH-Doce nº 26/2011 corrigidos monetariamente, os valores sugeridos pela Deliberação CBH-Doce nº 93/2021 e os valores cobrados pelo uso de recursos hídricos no Estado do Ceará<sup>18</sup>.

Finalidade de Uso	Estado do CE <sup>1</sup> (exercício 2021)		PPU <sub>corrigido</sub> <sup>2</sup>	Deliberação Normativa CBH Doce nº 93/2021		
				2022	2023	2024
PPU, em R\$/m <sup>3</sup>						
abastecimento público	em geral	0,06451	0,0510	0,0430	0,0494	0,0598
	na RMF	0,19536				
indústria		0,85233				
mineração		0,85233				
transposição			0,0679	0,0574	0,0660	0,0798
irrigação	< 19mil m <sup>3</sup> /mês	0,00192	0,0025	0,0021	0,0025	0,0030
	> 19mil m <sup>3</sup> /mês	0,00576				
aquicultura tanque escavado		0,00593	0,0025	0,0021	0,0025	0,0030
outros		0,19599	0,0510	0,0430	0,0494	0,0598
PPU, em R\$/Kg						
todos		não tem	0,2718	0,2291	0,2634	0,3188
1- Decreto CE nº 33.920/2021: preços mínimos e quando não há adução pela COGERH.						
RMF = região metropolitana de Fortaleza/CE.						
2- Em relação a Deliberação CBH-Doce nº 26, de 31 de março de 2011.						

Figura 9: Comparativo.

52. A figura acima indica a possibilidade da disposição a pagar estar inferior à capacidade de pagamento dos usuários.

53. Já a figura a seguir mostra a comparação entre os valores sugeridos pela Deliberação CBH-Doce nº 93/2021 e os valores aprovados pelo CNRH para a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul (PBS), dos rios Piracicaba-Capivari-Jundiá (PCJ), do rio São Francisco (SF), do rio Paranaíba e do rio Verde Grande (VG), vigentes no exercício 2021.

<sup>17</sup> O Pannel 23 do Anexo X do documento 'PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA' aponta que Estrutura Contrato IGAM - 2022 é de R\$ 1.610.761,28.

<sup>18</sup> O enfoque desta comparação é demonstrar a capacidade de pagamento dos setores usuários de recursos hídricos. As distinções da cobrança pelo uso da água do Estado do Ceará em relação à cobrança pelo uso de recursos hídricos da qual tem tratado o CNRH não desvirtua este enfoque.



PPUs	Delib. Normativa CBH Doce nº 93/2021			PBS	PCJ	SF	Paranaíba	VG
	2022	2023	2024	2021	2021	2021	2021	2021
PPU <sub>cap</sub> em R\$/m <sup>3</sup>	0,0430	0,0494	0,0598	0,0249	0,0145	0,0128	0,0345	0,0122
PPU <sub>transp</sub> em R\$/m <sup>3</sup>	0,0574	0,0660	0,0798		0,0219	0,0192		
PPU <sub>consr</sub> em R\$/m <sup>3</sup>				0,0499	0,0292	0,0256		0,0244
PPU <sub>lang</sub> em R\$/kg de DBO	0,2291	0,2634	0,3188	0,1746	0,1458		0,1837	0,0855
PPU <sub>lang</sub> em R\$/m <sup>3</sup>						0,0013		

Figura 10: Comparativo 2.

54. A figura acima mostra que os valores sugeridos pela Deliberação CBH-Doce nº 93/2021 são superiores ao patamar de preços de cobrança que vem sendo aprovados pelo CNRH.

55. Salienta-se que os números apresentados até o momento nesta Nota Técnica referem-se apenas à cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e a estimativa de custeio da AGEVAP como entidade delegatária somente do CBH-Doce.

#### 4.7. Bacia Hidrográfica

56. É fundamento da Lei nº 9.433/1997 que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) (inc. V do art. 1º). O SINGREH objetiva, dentre outros, promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos (inc. V do art. 32).

57. Os Decretos Presidenciais que instituem Comitês de Bacia Hidrográfica estabelecem a bacia hidrográfica para atuação normativa, deliberativa e consultiva deste colegiado. De acordo com o art. 9º da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, a proposta de instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica, cujo rio principal é de domínio da União “deve ser subscrita pelos Secretários de Estado responsáveis pelo gerenciamento de recurso hídricos de, pelo menos, dois terços dos Estados contidos na bacia hidrográfica respectiva”, dentre outros.

58. Ou seja, a Política Nacional de Recursos Hídricos preza pela gestão por território e não por domínio das águas e, assim, entende-se que, quando aprovada pelo CNRH, que conta com a participação dos CERHs, a cobrança deveria ser implementada em toda a bacia hidrográfica, sob pena de uns usuários pagarem pelo uso de recursos hídricos e outros não.

59. Por exemplo, na bacia hidrográfica do rio Doce, os usuários de água de domínio da União e mineiro já pagam pelo uso de recursos hídricos há mais de uma década, enquanto os usuários de água de domínio capixaba não pagam<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Acordo de Cooperação Técnica nº /2010: Em março de 2010, os Governadores de Estados, os órgãos gestores e os CBHs atuantes na bacia hidrográfica do rio Doce firmaram Acordo de Cooperação Técnica nº /2010 para a gestão integrada das águas na bacia hidrográfica do rio Doce. No Plano de Metas deste Acordo era prevista a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em toda a bacia hidrográfica do rio Doce. Conforme relatado nesta Nota Técnica, a cobrança na bacia hidrográfica do rio Doce já alcança os usos realizados em águas de domínio da União e mineiro, mas não foi implementada em águas de domínio capixaba. Foi relatado também que a Moção CNRH nº 70/2018 recomenda a implementação da cobrança no Estado do Espírito Santo.



## 5. CONCLUSÕES

60. A Nota Técnica CSCOB/CINCS nº 27/2020/CSCOB/SAS já havia indicado ao CNRH que os valores vigentes à época eram insuficientes para proporcionar viabilidade financeira para a agência de água, havendo necessidade de reajuste dos preços unitários. Entretanto, frente aos apelos do CBH-Doce, o CNRH aprovou a delegação à AGEVAP, que, por sua vez, teve que se adequar a uma estrutura possível indicada na Carta nº 201/2020/DP-AGEVAP.

61. Desta feita, a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021 sugere 67% de reajuste, escalonado em 20% no exercício 2022, 18% no exercício 2023 e 29% no exercício 2024. As escalas dos exercícios 2022, 2023 e 2024 ficam condicionadas a metas a serem ainda definidas pelo CBH-Doce e a última escala ficará sobrestada até a revisão de mecanismos e valores a serem realizados pelo CBH-Doce previamente ao exercício 2024.

62. As estimativas de arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União segundo esses valores sugeridos (Figura 6), dão conta de que, nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, os recursos a que estarão disponíveis para custeio administrativo serão da ordem de, respectivamente, R\$ 1,18 milhão, R\$ 1,35 milhão e R\$ 1,64 milhão (Figura 8).

63. Para o exercício de 2024, a estimativa de arrecadação a partir dos preços unitários sugeridos pelo CBH-Doce (Figura 8) será suficiente para suprir a necessidade de custeio da estrutura da AGEVAP chamada estrutura proposta Doce, que consta do Parecer Técnico da CTIL do CBH-Doce, se adotado todo o reajuste previsto (67%).

64. Até o exercício 2024, nos termos do documento 'DETALHAMENTO CUSTEIO 2022 - 2023 - 2024', anexo ao Ofício nº 053/2021/CBH-Doce, que detalha o custeio da entidade delegatária para o período compreendido entre 2022 e 2024, o CBH-Doce recorre ao incremento gradativo da capacidade operacional da AGEVAP, conforme progressão da arrecadação aprovada pela Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021. Ou seja, o CBH-Doce propõe a sustentabilidade financeira da entidade delegatária de forma escalonada.

65. Diante disso, além das recomendações da Resolução CNRH nº 203/2018, sugere-se que o CNRH acrescente uma recomendação similar à que existe na Resolução CNRH nº 212/2020: de que, nos exercícios 2022 e 2023, a entidade delegatária se estruture considerando o limite de custeio administrativo proporcionado pela cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

66. Os valores sugeridos pela Deliberação CBH-Doce nº 93/2021 são superiores ao patamar de valores de cobrança que vêm sendo definidos pelo CNRH para as demais bacias hidrográficas.

67. Por fim, nos termos da reflexão do item 4.7 desta Nota Técnica, sugere-se que o CNRH promova uma discussão sobre o estabelecimento de diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do SINGREH visando à implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos a todos os usos sujeitos a outorga dentro da mesma unidade territorial da bacia hidrográfica, quando esta for aprovada a partir de uma sugestão de CBH que tem atuação em todo o seu território.

68. São esses os subsídios ao CNRH para definição dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Doce.



## 6. ENCAMINHAMENTO

69. Sugere-se o encaminhamento dos presentes subsídios à SGE, visando resposta ao Ofício nº 379/2021/SNSH/MDR (doc. nº 02500.029716/2021-16).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
**MARCO ANTÔNIO MOTA AMORIM**  
Especialista em Regulação de Recursos  
Hídricos e Saneamento Básico

(assinado eletronicamente)  
**GIORDANO BRUNO BOMTEMPO DE  
CARVALHO**  
Especialista em Regulação de Recursos  
Hídricos e Saneamento Básico  
Coordenador de Sustentabilidade  
Financeira e Cobrança

(assinado eletronicamente)  
**LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA**  
Especialista em Regulação de Recursos  
Hídricos e Saneamento Básico

(assinado eletronicamente)  
**OSMAN FERNANDES DA SILVA**  
Especialista em Regulação de Recursos  
Hídricos e Saneamento Básico  
Coordenador de Instâncias Colegiadas do  
SINGREH

De acordo. Encaminhe-se à SGE.

(assinado eletronicamente)  
**HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES**  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

## **ANEXO**

**Cobrança pelo uso de recursos hídricos  
Bacia hidrográfica do rio Doce  
Usuários de recursos hídricos de domínio da União  
Exercício 2021**

EMPREENHIMENTO	CNARH	VALOR_TOTAL
SUZANO S/A	320032308801	R\$6.470.133,30
CENIBRA	310005309138	R\$2.256.206,04
SAAE GOVERNADOR VALADARES/MG	310005316002	R\$2.003.864,01
SERVICO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL	320005309208	R\$1.086.110,20
DMAE PONTE NOVA	310005824253	R\$528.143,36
COPASA CIPISPTI	310005321006	R\$249.621,24
FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S/A	320005307922	R\$169.830,05
SERVIO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)	320005309380	R\$115.337,21
SAAE	320005313302	R\$79.303,37
COPASA BELO ORIENTE	310026643304	R\$57.881,99
COPASA RESPLENDOR	310005312945	R\$55.981,73
GALILÉIA SERVIO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	310005309642	R\$50.082,14
ESGOTO SANITARIO OPERAO MUNICIPAL	310007102611	R\$44.140,97
MAFRIAL MATADOURO E FRIGORÍFICO LTDA	310005254643	R\$38.177,50
CAPEL	310005306201	R\$29.828,64
SERVIO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LAJINHA	310007387879	R\$27.091,00
COPASA ALPERCATA	310005309804	R\$23.482,92
REGULARIZAO AMBIENTAL DAS OBRAS DE DRAAGAGEM E DISPOSIO DE REJE	310032240909	R\$23.190,01
COOP MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DE CONS PENA LTDA	310005292731	R\$19.746,83
ET&S	320007682500	R\$17.628,66
SERVIO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO SAABAIM / AIMORÉS	310005312600	R\$16.782,19
BARBOSA & MARQUES	310005351410	R\$15.680,40
Prefeitura Municipal de Brás Pires (MG)	310007045634	R\$13.103,63
PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE CIPOTANEA	310007371515	R\$11.832,31
NO INFORMADO	310008760540	R\$11.071,15
COPASA ALTO RIO DOCE	310005861299	R\$11.024,11
SERVIO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	310005967607	R\$10.836,40
SAAE IPANEMA (MG)	310005933974	R\$10.831,99
COPASA ITUETA	310005838310	R\$10.584,27
LATICINIOS BELA VISTA LTDA	310006037409	R\$10.494,46
OLAM AGRICOLA LTDA	320030572812	R\$9.513,24
THIAGO SANTANA MAIA	310009855897	R\$9.073,16
IFESCAMPUS ITAPINA	320005176135	R\$8.129,22
AREAL LAGOIA DOURADA	310007374379	R\$7.770,34
FAZENDA SANTA RITA, BREJAL OU TAQUARIL	310030549694	R\$7.073,65
MATADOURO RIO DOCE LTDA	310005306031	R\$6.199,58
NO INFORMADO	310005906659	R\$6.186,24
IRMOS NARDI	320005307507	R\$5.382,03
CONFECÇÕES MERPA SO PAULO LTDA	320005307337	R\$4.721,42
FAZENDA CAPARAÓ	320005477763	R\$4.581,37
AREAL COUTNARD EIRELI	310033638485	R\$4.536,58
NO INFORMADO	310010320977	R\$4.355,06
MIBAX MINERAO BARCELOS LTDA	310032779921	R\$4.304,59
AREAL TORRES & CARVALHO LTDA	310005305302	R\$4.253,04
AREAL E MATERIAL DE CONSTRUO SO JORGE LTDA	310005304683	R\$4.234,14
CENIBRA	310009824665	R\$4.116,10
CENIBRA	310009824746	R\$4.116,10
CENIBRA	310009824827	R\$4.116,10
NO INFORMADO	320005307175	R\$3.976,70



FAZENDA CALIFÓRNIA	320005477844	R\$3.668,76
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA. ETE PORTO SEGURO	310027967405	R\$3.647,39
AREAL RIO DOCE LTDA	310005291235	R\$3.592,90
LATICÍNIOS COLATINA LTDA	320005307760	R\$3.538,20
AREAL GARÇA	320010421045	R\$3.536,47
FUNDAO RENOVA	310026751883	R\$3.462,82
FAZENDA CAPORANGA	320005477925	R\$3.289,37
CAPIXABA COURO LTDA	320005845150	R\$3.170,19
TRANSLUMAR SERVIÇOS E CIA LTDA ME	310006036860	R\$3.024,38
COPASA PERIQUITO / PEDRA CORRIDA	310007941125	R\$2.877,43
ABEC AREIA BAUNILHA EXTRAIO E COMÉRCIO	320006681070	R\$2.721,95
AREAL PEDXOTO LTDAME	310030791630	R\$2.667,82
SERVIO AUTÔNOMO DE ÁGUA	310005309480	R\$2.638,86
COOPERATIVA AGROPECUARIA DE IPANEMA LTDA	310009638633	R\$2.625,92
FAZENDA COCO VERDE	310005186540	R\$2.530,66
AREAL DO RIMES	310007590071	R\$2.505,68
PROJETO MACEDÔNIA	310032887732	R\$2.474,30
AREAL NAQUE LTDA	310005826973	R\$2.403,88
INTERCEMENT BRASIL SA	310005906578	R\$2.252,52
AREAL BELA VISTA	310005305060	R\$2.199,55
AREAL BELA VISTA LTDA	310022238804	R\$2.199,55
AREAL TUMIRITINGA LTDA ME	310005728297	R\$2.199,27
J L OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME	320010391626	R\$2.165,18
NO INFORMADO	310009702802	R\$2.148,00
FAZENDA TRS MARIAS	320022617993	R\$2.146,46
ATERRO E DESATERRO TRS IRMOS	310005906063	R\$2.117,07
NO INFORMADO	310006576547	R\$2.117,07
MENTROZ MAGALHES LACERDA NETO ME	310007371353	R\$2.117,07
NO INFORMADO	310007625126	R\$2.117,07
COPASA TUMIRITINGA	310005858239	R\$2.102,22
MARCA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA	320009101296	R\$2.095,02
SAA PEQUIÃ	320009300655	R\$2.063,37
ADILSON MOREIRA DE MATOS	310005532716	R\$2.021,05
FAZENDA NOSSA SENHORA DAS GRAAS	320007296618	R\$2.010,51
FAZENDA PRONTO SOCORRO ILHA DO BARO	320033579192	R\$1.982,15
DIAN CONFECÇÕES LTDA	320005905315	R\$1.912,21
VITÓRIA MATERIAL DE CONSTRUO LTDA	310030532961	R\$1.890,24
FAZENDA GUARANI	320027380649	R\$1.879,01
FAZENDA RIO DOCE	310009580340	R\$1.872,42
AC DALCOL	320005904009	R\$1.866,61
FAZENDA ESPERANA	320007417180	R\$1.733,08
COMERCIO DE AREIA GOIABAL LTDA	310029771761	R\$1.726,21
PW BRASIL EXPORT S/A	320005905820	R\$1.696,97
NO INFORMADO	310009222932	R\$1.614,58
NO INFORMADO	310008813503	R\$1.611,21
DOIS IRMOS BENEFICIAMENTO DE AREIA LTDA	320006036922	R\$1.611,00
PIRÂMIDE EXTRAIO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO	310005305655	R\$1.603,84
FAZENDA RIO DOCE	310010513856	R\$1.563,53
TOGO CONFECÇÕES	320005307680	R\$1.511,61
FAZENDA SANTA THEREZINHA	320034239700	R\$1.500,01



FAZENDA SO SALVADOR	320007267944	R\$1.432,98
AREAL RIO DOCE	310030996445	R\$1.431,28
ANTONIO JOSÉ RODRIGUES GUALBERTO TONNI	310008327234	R\$1.411,38
FAZENDA SANTO ANTONIO	320006717954	R\$1.365,92
KDG MINERAÇÕES	310005305574	R\$1.360,97
AREAL VALE DO AO LTDA	310006427975	R\$1.360,97
AREBRITA SANTA LUZIA LTDA	320034193379	R\$1.360,97
FAZENDA BUGRINHA	320023433454	R\$1.327,46
PREFEITURA MUNICIPAL DE PERIQUITO	310007102700	R\$1.314,42
NO INFORMADO	310007968163	R\$1.288,80
JOJO RIBEIRO	310008197861	R\$1.285,36
LAS PALMAS FRUTÍCOLA LTDA	320005904777	R\$1.275,83
FAZENDA SANTA ISABEL	310008457014	R\$1.253,52
JK EXTRAÇÃO BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME	320010044314	R\$1.244,98
FAZENDA BIBOCA E CAPICHABA	310029036603	R\$1.238,15
PORTO DE AREIA, AREAL ILHA DO RIO DOCE LTDA	310007225454	R\$1.237,25
LAROUZS IND E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA	320005307256	R\$1.187,58
CICLO METAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	310006680956	R\$1.176,03
FAZENDA ESPERANA	320005147704	R\$1.169,60
COPASA DESTERRO DO MELO	310005861450	R\$1.152,55
NO INFORMADO	320010416041	R\$1.148,59
FAZENDA BARRA MANGA	310026644700	R\$1.139,79
REALCE MATERIAL DE CONTRUO, EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA	310007095496	R\$1.134,14
JOSÉ GERALDO LIMA LANA ME	310007782655	R\$1.089,25
ARC AREIAL RIO CASCA LTDA	310028023842	R\$1.072,89
JOSE EUSTAQUIO NATAL	310007694950	R\$1.072,28
ATERRO E DESATERRO TRS IRMOS LTDA ME	310007562965	R\$1.058,53
ATERRO E DESATERRO TRS IRMOS LTDA ME - ÁREA DA LEILA	310034136165	R\$1.058,53
FAZENDA PAQUETÁ	310034066280	R\$1.040,77
NO INFORMADO	310008802722	R\$1.031,04
CAMPUS ANTÔNIO RODRIGUES COELHO UNIVALE	310005161203	R\$1.009,67
ZACCHE & CIA LTDA	320005933521	R\$1.008,78
AREAL DO MAURICINHO	320005305202	R\$962,30
TOQUE FINAL	310029184384	R\$952,67
NO INFORMADO	310005306384	R\$945,12
NO INFORMADO	320008376186	R\$941,04
ESTRADA DE FERRO VITÓRIA, A MINAS EPVM	310007416470	R\$928,84
MINAS PÉROLA LTDA	310007625983	R\$902,16
AREAL GLÓRIA	310005826701	R\$898,22
RUBENS SILVA GOMES	310022672334	R\$879,82
TRANSGRAAS LTDA	310005824334	R\$859,20
AREAL GARRAFINHA	310008794525	R\$859,20
MINERAÇÃO VALE DO PIRANGA	310028077853	R\$859,20
KARINE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	310030675053	R\$831,71
NO INFORMADO	320005904181	R\$817,96
FAZENDA ILHA FUNDA	310005138651	R\$801,69
SÍTIO BEBEDOURO	320028014247	R\$720,97
CARLOS ALVES CALDEIRA ME	310009812306	R\$714,85
FAZENDA PIRAJÁ	320007394628	R\$687,36
AREIAL CALDEIRA FREITAS EIRELI	310029036794	R\$680,49





FAZENDA SANTA ISABEL 2	310030462572	R\$678,30
FAZENDA STEFENONI	320032312573	R\$676,79
NO INFORMADO	320009871210	R\$607,16
AREAL MONICA LTDA	310007868452	R\$604,88
FAZENDA MAJÁ	310027206633	R\$597,00
FAZENDA BOA ESPERANA	320028956315	R\$592,17
CONSÓRCIO INFRACON RJ RENOV. OBRA ADUTORA RIO CORRENTE TRE	310028305405	R\$583,91
FAZENDA PRAA DA ONA	310009638446	R\$582,11
G B LAVANDERIA LTDA EPP	320005786391	R\$548,92
RANCHO DA LAPA	310032205321	R\$519,20
NO INFORMADO	310009990913	R\$496,47
FAZENDA MARIA BONITA	320005131972	R\$488,68
SÍTIO CONSTANTINO SESANA	320032597472	R\$451,73
AREAL CANDONGA	310008003331	R\$429,60
NO INFORMADO	310008386168	R\$429,60
CARLOS MAGNO LOPES DE OLIVEIRA	310031519489	R\$406,62
GLEDISMAR ALVES DE CARVALHO	310005331656	R\$406,90
NO INFORMADO	320008336710	R\$393,89
FAZENDA PORTO FINAL	320006384610	R\$386,04
SÍTIO DO BIXIGA	320032628106	R\$384,30
EVALDO LÚCIO DE SOUZA	310005933621	R\$378,03
NO INFORMADO	310006602130	R\$378,03
FAZENDA PORTO ESPERANA	320009949260	R\$376,74
NO INFORMADO	310005330901	R\$356,83
FAZENDA SABIÁ	310028282511	R\$333,67
FAZENDA GRANJA CAPIXABA	320010050390	R\$328,06
ROMAN ZUCOLOTO LUZ	310009767840	R\$310,12
LATICÍNIOS LIMILK	320005881467	R\$296,08
FAZENDA GRANJA CAPIXABA ARRENDAMENTO FABIO BOONE RAMOS	320028075386	R\$294,73
NO INFORMADO	310010442304	R\$292,98
FAZENDA POSSE DO RIO DOCE E BARRA MANGA	310001165301	R\$286,20
LAVANDERIA DOIS IRMAOS LTDA ME	320005904858	R\$282,23
CONSÓRCIO UHE BAGUARI	310005307860	R\$267,92
SÍTIO SANTA LUZIA	320010419067	R\$261,67
FAZENDA PAU GIGANTE	320030335284	R\$259,42
GRANJA SANTA TEREZINHA	320034075503	R\$244,82
NO INFORMADO	320009823836	R\$241,63
FAZENDA PEDRA RACHADA	320007809429	R\$236,07
NO INFORMADO	320009760907	R\$235,21
CÓRREGO COBRADOR MARGEM DIREITA DO RIO JOSÉ PEDRO	310010486867	R\$227,33
SÍTIO SANTA LUZIA	310032175821	R\$225,09
SÍTIO SCOTA	320031175604	R\$222,79
RAYLAN LAUER	320031068190	R\$220,81
AREAL CANDONGA LTDA	310005904524	R\$218,92
NO INFORMADO	310010440107	R\$201,20
FAZENDA STELLA	310030650816	R\$200,70
JCS AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA	310005905253	R\$191,89
SÍTIO SO SEBASTIÃO	320028387604	R\$189,88
FAZENDA BOA VISTA	310030746171	R\$183,42
SÍTIO CÔRREGO ALEGRE	320031560346	R\$181,43



M & M INDUSTRIAL LTDA   ME	320005306101	R\$177,40
SÍTIO CATITA	320030103403	R\$176,03
FAZENDA PEDRA DOURADA	310007313078	R\$173,99
SÍTIO CRAVADINHO	310031888840	R\$173,09
RUI JOSE DA MATA	310010032271	R\$171,13
CÓRREGO PORTO BELO	320009709111	R\$164,64
COLODETTI & LOPES LTDA	310005767337	R\$158,64
SÍTIO NECA FELÍCIO	310009425430	R\$157,88
AREAL MONICA LTDA	310005304411	R\$153,86
MARCELO RODRIGUES ALVIM ME	310008472323	R\$150,36
NO INFORMADO	310009223904	R\$150,36
FAZENDA VALA SECA DO BAIXIO	310027007436	R\$149,76
NO INFORMADO	310010412740	R\$146,28
NO INFORMADO	310009928797	R\$146,12
FAZENDA CATITA	320030312667	R\$140,97
REAL GARDEN	320026363303	R\$137,47
GILSON VITOR CAMPOS	310007234128	R\$131,06
NO INFORMADO	310009921946	R\$129,60
NO INFORMADO	310009623767	R\$127,39
IRRIGAO	310009194890	R\$123,08
NO INFORMADO	310009938947	R\$118,44
SÍTIO SERJEIRA	310032309291	R\$116,88
JSA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA	310005933893	R\$113,41
FAZENDA SO SEBASTIÃO	320005136770	R\$112,81
SÍTIO BARBADOS	320030462804	R\$112,80
NO INFORMADO	310008372108	R\$110,07
NO INFORMADO	310010490970	R\$109,41
NO INFORMADO	310009927120	R\$109,28
LATICÍNIO DELBOM LTDA	310031637792	R\$108,87
FAZENDA SO JOSÉ	320030336612	R\$108,41
FAZENDA CÓRREGO DO SÍTIO	310010269303	R\$106,07
FAZENDA GUIANAZES	320010433320	R\$101,92
NO INFORMADO	310009915032	R\$99,88
SÍTIO BARBADOS	320030487700	R\$98,69
ILHA DAS FRUTAS	320028332991	R\$96,69
NO INFORMADO	310010360301	R\$94,19
NO INFORMADO	320008612303	R\$92,22
NO INFORMADO	310008887331	R\$91,72
SÍTIO CORREGO LAJINHA	310029288688	R\$83,16
FAZENDA AS	310009731639	R\$84,43
HORTO MESQUITA	310005224736	R\$82,83
NO INFORMADO	320009437600	R\$82,81
CORREGO SANTA SILVÉRIA	310007130268	R\$82,33
FAZENDA TURMALINA	310009730687	R\$82,28
NO INFORMADO	310010340667	R\$81,52
RECUPERAÇÃO ÁREA LORENA UHE AIMORÉS	310031363133	R\$81,42
NO INFORMADO	310010384274	R\$79,09
NO INFORMADO	320008311130	R\$78,31
SÍTIO SANSÃO	320029803881	R\$78,13
FAZENDA DA PEDRA	310032297340	R\$73,36



LOTE 97	320003523121	R\$73,11
SÍTIO CAFÉ COM LEITE	310010436879	R\$67,36
SÍTIO MARILÂNDIA	320030808360	R\$67,07
NO INFORMADO	310009714648	R\$63,73
GILSON VITOR CAMPOS	310030333366	R\$63,16
SÍTIO SANTA JOANA	320009647094	R\$63,41
SÍTIO SO GERALDO	310009196400	R\$59,16
SÍTIO SEREJEIRA	310009736537	R\$56,05
NO INFORMADO	310010328366	R\$52,18
SHEMA YSRAEL	320009106921	R\$50,05
SÍTIO VALE VERDE	310008887612	R\$49,46
SÍTIO MONTE ALEGRE BICUIBA	310027447754	R\$47,58
FAZENDA TAPIUA	320030637612	R\$43,00
NO INFORMADO	320010403144	R\$44,64
FAZENDA ROXA	310031805147	R\$44,59
SÍTIO SO SEBASTIÃO	320010414421	R\$44,25
SÍTIO PEDRA DO RESPLENDOR	310009726817	R\$42,77
FAZENDA BELA VISTA	310031887283	R\$40,49
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (REVEGETAÇÃO OBRA VALE S/A)	320029740944	R\$38,82
IRRIGAÇÃO BOA VISTA	310003903413	R\$37,58
PAFUS CONFECÇÕES LTDA	320003904424	R\$36,30
ILHA FORMOSA	320029510515	R\$34,99
CÓRREGO SERGEIRA	310009750602	R\$34,83
USINA HIDRELÉTRICA MASCARENHAS	320007411140	R\$32,71
FAZENDA CACHOEIRA DA FUMAA	310008462522	R\$32,66
SÍTIO SO JOJO	320006574231	R\$32,63
USINA HIDRELÉTRICA RISOLETA NEVES	310006573874	R\$32,00
CHÁCARA ÁGUIA DE RAJA	310031714001	R\$29,35
SÍTIO JATAY	310027447673	R\$28,51
SÍTIO BOA SORTE	310009196834	R\$26,74
SÍTIO BEIRA RIO	320030666710	R\$26,50
NELSON ROCHA	320007783570	R\$26,42
SÍTIO SOSSEGO	310009194629	R\$21,81
FAZENDA SANTA LÚCIA	320010453400	R\$20,91
CHÁCARA DO CHEIROSO	310028358356	R\$16,31
ELIOMAR RODRIGUES DA SILVA	310009186790	R\$12,89
SÍTIO FERRUGEM	310009546320	R\$12,45
PROTAMAR	320006574312	R\$8,61
COPASA GUARACIABA	310003862503	R\$0,00
COPASA SANTANA DO PARAÍSO	310026437070	R\$0,00
FAZENDA EXPERIMENTAL DE LINHARES	320005133835	-R\$682,63
<b>TOTAL</b>		<b>R\$13.769.637,94</b>





**OFÍCIO Nº 051/2021/CBH-DOCE**

Governador Valadares/MG, 11 de junho de 2021.

Ilmo Sr.

**HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES**

Superintendente

Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SAS)

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

**ASSUNTO:** Encaminha proposta de revisão do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Prezado Senhor,

Em atendimento ao disposto no Art. 3º da Resolução CNRH nº 212/2020, que delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap, para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, encaminhamos anexa Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93, de 13 de maio de 2021, que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Complementarmente, encaminhamos anexo a este ofício documento com a síntese de todo o trâmite do processo de revisão, contendo todas as versões do estudo de cobrança elaborado pela AGEVAP para subsídio às discussões do CBH-Doce.

A documentação completa também poderá ser acessada no seguinte link:  
[https://drive.google.com/drive/folders/1teb8TuC\\_FD0dYZyWWN8z119xPs8gAwI?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1teb8TuC_FD0dYZyWWN8z119xPs8gAwI?usp=sharing)

Informamos que a documentação foi encaminhada nesta data ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), por meio do Ofício nº 49/2021, também anexo.

Atenciosamente,

**FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES**

Presidente do CBH-Doce

## PROCESSO DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DA COBRANÇA

DATA	OBJETIVO	ANEXO
09/02/2021	Realização de reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) para Instituição e Composição do Grupo de Trabalho para revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia do Rio Doce (GTCOB);	<a href="#"><u>ANEXO I</u></a>
12/02/2021	Emissão <i>ad referendum</i> da Deliberação Normativa nº 92, por meio da qual foi instituído Grupo de trabalho para acompanhar o processo de revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Doce (GTCOB);	<a href="#"><u>ANEXO II</u></a>
25/02/2021	Realização da primeira reunião do GTCOB para início da discussão de proposta para atualização da Cobrança e análise do cenário atual de cobrança existente, com base do Sumário Executivo;	<a href="#"><u>ANEXO III</u></a>
25/02/2021	Apresentação da primeira versão do Sumário Executivo sobre a cobrança elaborado pela AGEVAP	<a href="#"><u>ANEXO IV</u></a>
04/03/2021	Realização da 47ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, em que foi referendada a Deliberação Normativa nº 92, que institui Grupo de trabalho para acompanhar o processo de revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Doce (GTCOB);	<a href="#"><u>ANEXO V</u></a> <a href="#"><u>ANEXO VI</u></a>
17/03/2021	Realização da segunda reunião do GTCOB para continuidade da discussão de proposta para atualização da Cobrança, com apresentação das propostas de formatação da Agência	<a href="#"><u>ANEXO VII</u></a>
17/03/2021	Apresentação da segunda versão do Sumário Executivo sobre a cobrança elaborado pela AGEVAP	<a href="#"><u>ANEXO VIII</u></a>



01/04/2021	Realização da terceira reunião do GTCOB visando à formatação da proposta para atualização da cobrança para encaminhamento à CTIL	<a href="#"><u>ANEXO IX</u></a>
01/04/2021	Apresentação da terceira versão do Sumário Executivo sobre a cobrança elaborado pela AGEVAP	<a href="#"><u>ANEXO X</u></a>
06/04/2021	Encaminhamento do Relatório de Atividades do GTCOB à CTIL para subsidiar as discussões a serem realizadas na Câmara Técnica	<a href="#"><u>ANEXO XI</u></a>
09/04/2021	Recebimento de proposta alternativa de correção de PPU – FIEMG	<a href="#"><u>ANEXO XII</u></a>
12/04/2021	Realização de primeira reunião da CTIL, visando à apresentação do relatório das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB) e consolidação da proposta para atualização da Cobrança para encaminhamento à plenária do CBH-Doce;	<a href="#"><u>ANEXO XIII</u></a>
12/04/2021	Apresentação da quarta versão do Sumário Executivo sobre a cobrança elaborado pela AGEVAP	<a href="#"><u>ANEXO XIV</u></a>
19/04/2021	Realização de reunião da CTIL visando à consolidação da proposta para atualização da Cobrança para encaminhamento de parecer sobre a matéria à plenária do CBH-Doce	<a href="#"><u>ANEXO XV</u></a>
19/04/2021	Apresentação da quinta versão do Sumário Executivo sobre a cobrança elaborado pela AGEVAP	<a href="#"><u>ANEXO XVI</u></a>
19/04/2021	Elaboração de Parecer Técnico da CTIL com recomendação acerca da revisão da cobrança	<a href="#"><u>ANEXO XVII</u></a>
13/05/2021	Realização da 48ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce em que a matéria foi colocada em votação, tendo sido aprovada pela maioria dos conselheiros presentes com direito a voto, conforme Deliberação Normativa nº 93/2021, que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.	<a href="#"><u>ANEXO XVIII</u></a> <a href="#"><u>ANEXO XIX</u></a>



**CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL**

**CONVOCATÓRIA**

Prezados (as) Senhores (as) Membros,

O presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce convoca V.S.<sup>a</sup> para a 1ª Reunião Extraordinária do 8º mandato desta Câmara a realizar-se:

**DATA:** 09 de fevereiro de 2021- terça-feira.

**HORÁRIO:** 10h00 às 12h00

**LOCAL:** Videoconferência – GOOGLE MEET

**LINK:** <https://meet.google.com/txf-xhqz-aeb>

**PAUTA:**

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Instituição e Composição do Grupo de Trabalho para revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia do Rio Doce (GTCOB);
3. Manifestação da CTIL acerca da Deliberação Normativa nº 89/2020 referente à Retificação do PAP 2016/2020 para correção de erro material;
4. Assuntos Gerais;
5. Encerramento.

Atenciosamente,

**EDSON VALGAS DE PAIVA**  
Presidente da CTIL do CBH-Doce



**DELIBERAÇÃO NORMATIVA AD REFERENDUM Nº 92, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Institui, *ad referendum*, Grupo de trabalho para acompanhar o processo de revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Doce (GTCOB)

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce, criado pelo Decreto Presidencial de 25 de janeiro de 2002, no uso de suas atribuições;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, que dispõe sobre a atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce;

Considerando o Art. 2º da Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 203, de 16 outubro de 2018, no qual fica estabelecido que os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverão ser revistos e encaminhados ao CNRH pelo CBH-Doce até 30 de junho de 2021, mediante apresentação de manifestação técnica.

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 83/2020, emitida, *ad referendum*, em 15 de abril de 2020, e referendada durante a 43ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada no dia 23 de julho de 2020, que aprovou a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), durante a 42ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de junho de 2020, aprovou a delegação de competência à AGEVAP para o exercício de funções inerentes à Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, conforme Resolução CNRH nº 212, de 28 de agosto de 2020;

Considerando o Art. 3º da Resolução CNRH nº 212/2020 que estabelece até o dia 30 de junho de 2021 o prazo para que Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce apresente proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao CNRH;

Considerando o Contrato de Gestão nº 034/2020, celebrado entre a AGEVAP e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com anuência do CBH-Doce, para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 90/2020 por meio do qual foi aprovado o Plano de Aplicação de Aplicação Plurianual dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce – PAP 2021-2025;



Considerando a necessidade de garantir a sustentabilidade financeira da AGEVAP, entidade delegatária às funções de agência de água na bacia do rio Doce;

Considerando as discussões realizadas e manifestação favorável à criação de grupo de trabalho específico para atuar no processo de revisão dos mecanismos e valores de cobrança, ocorrida, no dia 09 de fevereiro de 2021, durante reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL).

**DELIBERA, AD REFERENDUM:**

Art. 1º Fica instituído, *ad referendum*, o Grupo de Trabalho para acompanhar o processo de revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia do rio Doce (GTCOB), no âmbito da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), com a seguinte formação:

- I. 02 (dois) representantes do segmento poder público;
- II. 02 (dois) representantes do segmento usuários;
- III. 02 (dois) representantes do segmento sociedade civil;
- IV. 03 (três) representantes da diretoria executiva, sendo um de cada segmento.

§ 1º A composição do grupo deverá ser feita modo a assegurar a participação de representantes de Minas Gerais e do Espírito Santo.

§2º A Coordenação do Grupo será escolhida entre seus membros, na primeira reunião;

Art. 2º Este grupo tem como objetivo analisar, avaliar e sugerir adequações à proposta apresentada pela entidade delegatária para revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em atendimento aos prazos estabelecidos e em consonância com os normativos vigentes.

Art. 3º A vigência deste grupo é até 30 de junho de 2021.

Art. 4º Após a conclusão dos trabalhos, o Grupo deverá apresentar relatório síntese para apreciação da CTIL que, em seguida, deverá encaminhar Parecer para análise e apreciação do Plenário do CBH-Doce.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Valadares/MG, 12 de fevereiro de 2021.

**FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES**  
Presidente do CBH-Doce



## ANEXO I

<b>COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE COBRANÇA (GTCOB)<sup>1</sup></b>	
<b>PODER PÚBLICO</b>	
Maria de Lourdes Amaral Nascimento	IGAM
Paloma Galdino da Silva	Prefeitura de Cuparaque/MG
<b>USUÁRIOS</b>	
Luiz Claudio de Castro Figueiredo	VALE S.A
Rone Frank Silva	FIEMG
<b>SOCIEDADE CIVIL</b>	
Ariane Kelly Roncal Silva	ABES
Ronevon Huebra da Silva	SINDÁGUA/MG
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	
José Carlos Loss Júnior	Vice-presidente – Poder Público/ES
Márcio Caliarí	Secretário – Usuários/ES
Humberto Savelli Batista Gomes	2º Secretário – Sociedade Civil/MG

## ANEXO III – CONVOCATÓRIA GTCOB – 25/02/2021



CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL

GRUPO DE TRABALHO – REVISÃO DOS MECANISMOS E VALORES DE COBRANÇA – GTCOB

### CONVOCATÓRIA

Prezados (as) Senhores (as) Membros,

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce convoca V.S.<sup>as</sup>. para a **1ª Reunião do Grupo de trabalho para revisão dos mecanismos e valores de cobrança na porção federal da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**, instituído no âmbito da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), a realizar-se na seguinte data, local e horário:

**DATA:** 25/02/2021 – quinta-feira

**HORÁRIO:** 13h30 às 16h00

**LOCAL:** Videoconferência – GOOGLE MEET

CLIQUE [AQUI](#) PARA ACESSO À SALA DE REUNIÕES

#### PAUTA:

1. Abertura;
2. Instalação, designação da coordenação e relator e Planejamento de Atividades;
3. Discussão sobre os mecanismos e valores de Cobrança instituídos no Doce;
4. Início da discussão de proposta para atualização da Cobrança;
5. Assuntos Gerais;
6. Encerramento.

Atenciosamente,

**FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES**  
Presidente do CBH-Doce





# SUMÁRIO EXECUTIVO

## ESTUDO DA COBRANÇA

GOVERNADOR VALADARES, 25 DE FEVEREIRO DE 2021



### SUMÁRIO EXECUTIVO



#### ESTUDO SOBRE A COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE

PAINEL 1 | INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE - 2018

PAINEL 2 | INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA DE ACORDO COM A FINALIDADE

PAINEL 3 | INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA POR ESTADO E POR FINALIDADE

PAINEL 4 | OS 10 MAIORES USUÁRIOS

PAINEL 5 | EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO E DESEMBOLSO DE 2012 A 2020

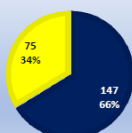
PAINEL 6 | EVOLUÇÃO DOS VALORES DE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE DE 2011 a 2021

PAINEL 7 | EXEMPLOS DA METODOLOGIA ATUAL DOS MECANISMOS DE COBRANÇA

#### PAINEL 1 | INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE - 2018

NÚMERO DE USUÁRIOS POR ESTADO

■ Minas Gerais ■ Espírito Santo



ESTADO Nº DE USUÁRIOS

Minas Gerais 147

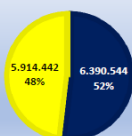
Espírito Santo 75

**TOTAL 222**

Atualmente temos 222 usuários cadastrados na bacia, sendo que o Estado de Minas Gerais tem 66% destes usuários.

ARRECADAÇÃO POR ESTADO

■ Minas Gerais ■ Espírito Santo



ESTADO ARRECADAÇÃO

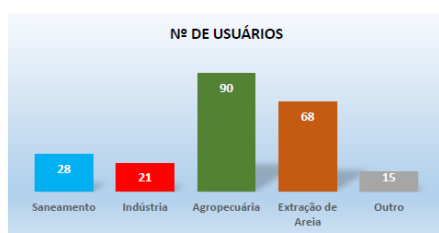
Minas Gerais 6.390.544

Espírito Santo 5.914.442

**TOTAL 12.304.986**

O Estado de Minas Gerais arrecada aproximadamente 52% do total, ou seja, a arrecadação dos estados praticamente se equivalem.

## PAINEL 2 | INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA DE ACORDO COM A FINALIDADE



FINALIDADE	Nº DE USUÁRIOS
Saneamento	28
Indústria	21
Agropecuária	90
Extração de Areia	68
Outro	15
<b>TOTAL</b>	<b>222</b>

O Setor de agropecuária representa 41% do total dos usuários e somado aos de extração de areia passam de 72%, mas representam somente 0,66% em relação a arrecadação. A maior arrecadação é feita pela indústria e junto com o saneamento representam aproximadamente 99% da arrecadação.



FINALIDADE	ARRECADAÇÃO R\$ x 1000
Saneamento	R\$ 5.062
Indústria	R\$ 7.084
Agropecuária	R\$ 24
Extração de Areia	R\$ 104
Outro	R\$ 31
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 12.305</b>

## PAINEL 3 | INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA POR ESTADO E POR FINALIDADE



O setor de saneamento tem uma arrecadação muito maior no estado de Minas Gerais, que representa cerca de 67% do total arrecadado, enquanto que no estado do Espírito Santo o setor forte é a indústria, a qual arrecada cerca de 86% do total arrecadado.

FINALIDADE	ARRECADAÇÃO MG	ARRECADAÇÃO ES
Saneamento	R\$ 4.287.373,92	R\$ 774.323,88
Indústria	R\$ 2.003.993,48	R\$ 5.080.346,33
Agropecuária	R\$ 10.889,04	R\$ 13.443,64
Extração de Areia	R\$ 78.395,00	R\$ 25.475,85
Outro	R\$ 9.892,57	R\$ 20.852,19
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.390.544,01</b>	<b>R\$ 5.914.441,89</b>

FINALIDADE	Nº DE USUÁRIOS MG	Nº DE USUÁRIOS ES
Saneamento	24	4
Indústria	9	12
Agropecuária	50	40
Extração de Areia	56	12
Outro	8	7
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>75</b>

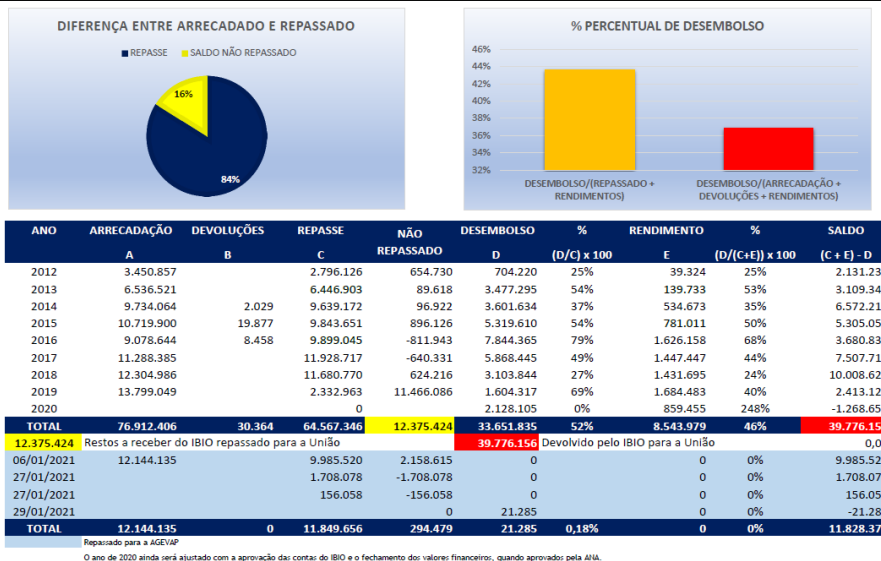
## PAINEL 4 | OS 10 MAIORES USUÁRIOS



Os 10 (dez) maiores usuários representam 94% do valor total da cobrança, sendo que somente 01 (um) usuário da indústria representa 43% do total cobrado e que 05 (cinco) usuários, sendo 02 (dois) da indústria e 03 (três) do saneamento representam 89% dos valor da cobrança.

RAZÃO SOCIAL	MUNICÍPIO	COBRANÇA
FIBRIA CELULOSE S/A	Aracruz	R\$ 4.366.144,84
CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A - CENIBRA	Antônio Dias	R\$ 1.952.209,36
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE	Governador Valadares	R\$ 1.628.672,31
SERVIÇO COLATINENSE DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL - SANEAR	Colatina	R\$ 583.611,53
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA - DMAES	Ponte Nova	R\$ 454.573,27
COMPANHIA DE SNEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG	Ipatinga	R\$ 170.523,22
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LINHARES	Linhares	R\$ 118.787,32
FRISA - FRIGORÍFICO RIO DOCE S/A	Colatina	R\$ 78.368,56
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - BAIXO GUANDU	Baixo Guandu	R\$ 69.973,09
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAEAIM	Aimorés	R\$ 54.774,76
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 9.477.638,26</b>

**PAINEL 5 | EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO E DESEMBOLSO DE 2012 A 2020**



**PAINEL 6 | EVOLUÇÃO DOS VALORES DE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE DE 2011 a 2021**

TIPO DE USO	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU								
		2011/2012 <sup>(1)</sup>	2013 <sup>(1)</sup>	2014 <sup>(1)</sup>	2015/2017	2018 <sup>(1)(2)</sup>	2019 <sup>(3)</sup>	2020 <sup>(3)</sup>	2021 <sup>(3)</sup>	
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0180	0,0210	0,0240	0,0300	0,0308	0,0336	0,0345	0,0358	
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,1000	0,1200	0,1500	0,1600	0,1643				
	R\$/kg						0,1790	0,1837	0,1909	
Transposição	R\$/m³	0,0220	0,0270	0,0310	0,0400	0,0411	0,0448	0,0460	0,0478	

(1) DELIBERAÇÃO CBH-Doce Nº 26/2011, aprovada pela RESOLUÇÃO CNRH Nº 123, DE 29 DE JUNHO DE 2011 define os valores de 2011 a 2015

(2) RESOLUÇÃO CNRH Nº 192, DE 26 DE JANEIRO DE 2018 - atualização por IPCA

(3) DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 69, DE 12 DE JUNHO DE 2018 - aprovada pela RESOLUÇÃO CNRH Nº 203, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

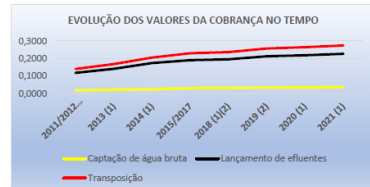
a) A metodologia que será utilizada para definição da cobrança pelo lançamento de Carga Poluidora será a do Equivalente Populacional Limitante (EPL), que demonstra a equivalência entre uma fonte poluidora (DBO, SST e PT) e certo número de pessoas;

O PPU<sub>EP</sub> será definido multiplicando-se a Carga Per Capita (CPC) da variável DBO pelo PPU<sub>DBO</sub> e CPC<sub>SST</sub> = Carga Per Capita (CPC) referente à variável DBO, em Kg/hab./ano

b) K<sub>cap</sub> = coeficiente que leva em conta a natureza do uso e/ou as boas práticas de uso e conservação da água. K<sub>cap</sub> = K<sub>cap</sub> classe x K<sub>it</sub>

c) K<sub>it</sub> varia entre 0,5 e 1,0 (zero) em caso de escassez hídrica, em áreas declaradas de restrição de uso superior a 30%, bem como se houver a demonstração de fatores hidrológicos ou contaminações que resultem em uma redução da captação superior a 30% da vazão outorgada.

TIPO DE USO	UNIDADE	PPU 2021	COMITÊ
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0249	CEVAP
Consumo de água bruta	R\$/m³	0,0499	
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,1746	
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0145	PCI
Governador Valadares, 25 de fev	R\$/m³	0,0292	
Lançamento de efluentes	R\$/kg	0,1458	
Transposição de bacia	R\$/m³	0,0219	SÃO FRANCISCO
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0128	
Consumo de água bruta	R\$/m³	0,0256	
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,0013	



**PAINEL 7 | EXEMPLOS DA METODOLOGIA ATUAL DOS MECANISMOS DE COBRANÇA**

SIMULAÇÃO DO VALOR DO VALOR DA COBRANÇA PARA LANÇAMENTO DE ESGOTO - EP - EQUIVALENTE POPULACIONAL										
LANÇAMENTO DE ESGOTO COM MEDIÇÃO SOMENTE DE DBO							DBO = 300			
Valorlanç =	EPL	9.539	X	PPUEP	3,3525	=	R\$ 31.978	R\$/ano		
EP =	CP <sub>(DBO ou SST ou PT)</sub>	174.079	/	CPC	18,25	=	9.539			
PPUEP =	CPC <sub>DBO</sub>	18,25	X	PPU <sub>lanç</sub>	0,1837	=	3,3525	R\$/hab		
LANÇAMENTO DE ESGOTO COM MEDIÇÃO COM MEDIÇÃO DE DBO E PT							DBO = 29		PT = 23	
Valorlanç =	EPL	601	X	PPUEP	3,352525	=	R\$ 2.016	R\$/ano		
EP =	CP <sub>(DBO)</sub>	10.975	/	CPC	18,25	=	601			
PPUEP =	CPC <sub>DBO</sub>	18,25	X	PPU <sub>lanç</sub>	0,1837	=	3,352525	R\$/hab		
Valorlanç =	EPL	23.846	X	PPUEP	0,0670505	=	R\$ 1.599	R\$/ano		
EP =	CP <sub>(PT)</sub>	8.704	/	CPC	0,365	=	23.846			
PPUEP =	CPC <sub>DBO</sub>	0,365	X		0,1837	=	0,0670505	R\$/hab		
Carga per capita (CPC) (kg/hab/ano)										
DBO		SST		PT						
18,25		21,90		0,365						
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)										
Sólidos Suspensos Totais (SST)										
Fósforo Total (PT)										
Valor <sub>lanç</sub> = EPL x PPUEP						EP = CP <sub>(DBO ou SST ou PT)</sub> / CPC				
						PPUEP = CPC <sub>DBO</sub> x PPU <sub>lanç</sub>				

## PAINEL 7

## EXEMPLOS DA METODOLOGIA ATUAL DOS MECANISMOS DE COBRANÇA

## SIMULAÇÃO DO VALOR DO VALOR DA COBRANÇA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO E IRRIGAÇÃO

Valor <sub>capabastec</sub> =	Q <sub>cap</sub>	179.262	X	PPU <sub>cap</sub>	0,0345	X	K <sub>cap</sub>	0,90	=	R\$ 5.566	Abastecimento público
K <sub>cap</sub> =	K <sub>cap classe</sub>	0,90	X	Kt	1,00	=	0,90	Rio Doce		136.367,456	
Valor <sub>capagrop</sub> =	Q <sub>cap</sub>	46.008	X	PPU <sub>cap</sub>	0,0345	X	K <sub>cap</sub>	0,050	=	R\$ 79,36	Agropecuário/Irrigação
K <sub>cap</sub> =	K <sub>cap classe</sub>	1,00	X	Kt	0,050	=	0,050	Córrego José Pedro		8888888888	

Enquadramento	K <sub>cap classe</sub>
Especial	1,15
1	1,10
2	1,00
3	0,90
4	0,80

Kt	1	Outros usos
Kt	0,05	Agropecuário

$$\text{Valor}_{\text{cap}} = Q_{\text{cap}} \times \text{PPU}_{\text{cap}} \times K_{\text{cap}}$$

$$K_{\text{cap}} = K_{\text{cap classe}} \times Kt$$

## SIMULAÇÃO DO VALOR DO VALOR DA COBRANÇA PARA TRANSPosição

Valor <sub>trans</sub> =	Q <sub>transp</sub>	136.367,456	X	PPU <sub>transp</sub>	0,046	X	K <sub>classe</sub>	1,00	=	R\$ 6.272.903	Transposição
Q <sub>transp</sub> =	0,2 x Q <sub>out</sub>	34.689.600	+	0,8 x Q <sub>med</sub>	78.942.977	+	1 x (0,7 x Q <sub>out</sub> - Q <sub>med</sub> )			22.734.879	= 136.367,456
Governador Valadare		173.448.000									
Q <sub>medido</sub> =		98.678.721									

$$\text{Valor}_{\text{cap}} = [0,2 \times Q_{\text{out}} + 0,8 \times Q_{\text{med}} + 1,0 \times (0,7 \times Q_{\text{out}} - Q_{\text{med}})] \times \text{PPU}_{\text{cap}} \times K_{\text{cap}}$$

## PAINEL 7

## EXEMPLOS DA METODOLOGIA ATUAL DOS MECANISMOS DE COBRANÇA

## SIMULAÇÃO DO VALOR DO VALOR DA COBRANÇA PARA LANÇAMENTO DE ESGOTO - EP - EQUIVALENTE POPULACIONAL

## LANÇAMENTO DE ESGOTO COM MEDIÇÃO SOMENTE DE DBO

DBO = 300

Valor <sub>lanç</sub> =	EPL	9.539	X	PPUEP	3,3525	=	R\$ 31.978	R\$/ano
EP =	CP <sub>(DBO ou SST ou PT)</sub>	174.079	/	CPC	18,25	=	9.539	110000103611
PPUEP =	CPC <sub>DBO</sub>	18,25	X	PPU <sub>lanç</sub>	0,1837	=	3,3525	R\$/hab

## LANÇAMENTO DE ESGOTO COM MEDIÇÃO COM MEDIÇÃO DE DBO e PT

DBO = 29

e

PT = 23

Valor <sub>lanç</sub> =	EPL	601	X	PPUEP	3,352525	=	R\$ 2.016	R\$/ano
EP =	CP <sub>(DBO)</sub>	10.975	/	CPC	18,25	=	601	120000101296
PPUEP =	CPC <sub>DBO</sub>	18,25	X	PPU <sub>lanç</sub>	0,1837	=	3,352525	R\$/hab
Valor <sub>lanç</sub> =	EPL	23.846	X	PPUEP	0,0670505	=	R\$ 1.599	R\$/ano
EP =	CP <sub>(PT)</sub>	8.704	/	CPC	0,365	=	23.846	120000101296
PPUEP =	CPC <sub>DBO</sub>	0,365	X		0,1837	=	0,0670505	R\$/hab

## Carga per capita (CPC) (kg/hab/ano)

DBO	SST	PT
18,25	21,90	0,365

Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)

Sólidos Suspensos Totais (SST)

Fósforo Total (PT)

$$\text{Valor}_{\text{lanç}} = \text{EPL} \times \text{PPUEP}$$

$$\text{EP} = \text{CP}_{(\text{DBO ou SST ou PT})} / \text{CPC}$$

$$\text{PPUEP} = \text{CPC}_{\text{DBO}} \times \text{PPU}_{\text{lanç}}$$



**CONVOCATÓRIA**

**47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE**

Prezados membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce:

O Presidente do CBH-Doce, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do art. 11 do Regimento Interno do Comitê, e pelos art. 38 e 40 da Lei nº 9.433/97, convoca V. S<sup>a</sup>. a participar da **47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE**, a realizar-se na seguinte data, local e horário:

**DATA:** 04/03/2021 – quinta-feira

**HORÁRIO:** 14h00 às 17h00

**LOCAL:** Videoconferência - JITS MEET

CLIQUE [AQUI](#) PARA ACESSO À SALA DE REUNIÕES

**PAUTA:**

1. Abertura e verificação de *quórum*;
2. Orientações gerais para participação na videoconferência;
3. Informes da diretoria;
4. Informes sobre o início dos trabalhos da AGEVAP na Bacia do rio Doce, no âmbito do Contrato de Gestão nº 034/ANA/2020;
5. Apreciação e votação da ata da 46ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada no dia 10 de dezembro de 2020;
6. Apresentação do Parecer da CTIL sobre a Deliberação Normativa nº 89/2020;
7. Apreciação e votação da Deliberação Normativa nº 92/2020, que aprovou, *ad referendum*, a criação do Grupo de trabalho para acompanhar o processo de revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Doce (GTCOB);
8. Apresentações da Entidade Delegatária - AGEVAP:
  - 8.1 Processo de Implementação da Escola de Projetos na Bacia do Rio Doce;
  - 8.2 Processo de contratação do Sistema de Informações (SIGA-Doce);
  - 8.3 Estratégias para a execução da iniciativa Rio Vivo;
  - 8.4 Estratégias para a execução dos Projetos de Esgotamento Sanitário.
9. Assuntos Gerais;
10. Encerramento.

Atenciosamente,

**FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES**  
Presidente do CBH-Doce

## ANEXO VI – DELIBERAÇÃO NORMATIVA 92/2021- REFERENDADA



### DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 92, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

Institui o Grupo de trabalho para acompanhar o processo de revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Doce (GTCOB)

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce, criado pelo Decreto Presidencial de 25 de janeiro de 2002, no uso de suas atribuições;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, que dispõe sobre a atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce;

Considerando o Art. 2º da Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 203, de 16 outubro de 2018, no qual fica estabelecido que os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Doce deverão ser revistos e encaminhados ao CNRH pelo CBH-Doce até 30 de junho de 2021, mediante apresentação de manifestação técnica.

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 83/2020, emitida, ad referendum, em 15 de abril de 2020, e referendada durante a 43ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada no dia 23 de julho de 2020, que aprovou a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), durante a 42ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de junho de 2020, aprovou a delegação de competência à AGEVAP para o exercício de funções inerentes à Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, conforme Resolução CNRH nº 212, de 28 de agosto de 2020;

Considerando o Art. 3º da Resolução CNRH nº 212/2020 que estabelece até o dia 30 de junho de 2021 o prazo para que Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce apresente proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de sua área de atuação ao CNRH;

Considerando o Contrato de Gestão nº 034/2020, celebrado entre a AGEVAP e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com anuência do CBH-Doce, para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 90/2020 por meio do qual foi aprovado o Plano de Aplicação de Aplicação Plurianual dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce – PAP 2021-2025;

Referente à aprovação, em plenária, da DN nº 92/2021, emitida *ad referendum* no dia 12/02/2021





Considerando a necessidade de garantir a sustentabilidade financeira da AGEVAP, entidade delegatária às funções de agência de água na bacia do rio Doce;

Considerando as discussões realizadas e manifestação favorável à criação de grupo de trabalho específico para atuar no processo de revisão dos mecanismos e valores de cobrança, ocorrida, no dia 09 de fevereiro de 2021, durante reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL).

**DELIBERA:**

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho para acompanhar o processo de revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia do rio Doce (GTCOB), no âmbito da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), com a seguinte formação:

- I. 02 (dois) representantes do segmento poder público;
- II. 02 (dois) representantes do segmento usuários;
- III. 02 (dois) representantes do segmento sociedade civil;
- IV. 03 (três) representantes da diretoria executiva, sendo um de cada segmento.

§ 1º A composição do grupo deverá ser feita modo a assegurar a participação de representantes de Minas Gerais e do Espírito Santo.

§ 2º A Coordenação do Grupo será escolhida entre seus membros, na primeira reunião;

Art. 2º Este grupo tem como objetivo analisar, avaliar e sugerir adequações à proposta apresentada pela entidade delegatária para revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em atendimento aos prazos estabelecidos e em consonância com os normativos vigentes.

Art. 3º A vigência deste grupo é até 30 de junho de 2021.

Art. 4º Após a conclusão dos trabalhos, o Grupo deverá apresentar relatório síntese para apreciação da CTIL que, em seguida, deverá encaminhar Parecer para análise e apreciação do Plenário do CBH-Doce.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Valadares/MG, 04 de março de 2021.

**FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES**  
Presidente do CBH-Doce

Referente à aprovação, em plenária, da DN nº 92/2021, emitida *ad referendum* no dia 12/02/2021



## ANEXO I

COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE COBRANÇA (GTCOB) <sup>1</sup>	
PODER PÚBLICO	
Maria de Lourdes Amaral Nascimento	IGAM
Paloma Galdino da Silva	Prefeitura de Cuparaque/MG
USUÁRIOS	
Luiz Claudio de Castro Figueiredo	VALE S.A
Rone Frank Silva	FIEMG
SOCIEDADE CIVIL	
Ariane Kelly Roncal Silva	ABES
Ronevon Huebra da Silva	SINDÁGUA/MG
DIRETORIA EXECUTIVA	
José Carlos Loss Júnior	Vice-presidente – Poder Público/ES
Márcio Caliarí	Secretário – Usuários/ES
Humberto Savelli Batista Gomes	2º Secretário – Sociedade Civil/MG

<sup>1</sup> Composição definida durante reunião da CTIL/CBH-Doce realizada no dia 09/02/2021

Referente à aprovação, em plenária, da DN nº 92/2021, emitida *ad referendum* no dia 12/02/2021



**CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL**

**GRUPO DE TRABALHO – REVISÃO DOS MECANISMOS E VALORES DE COBRANÇA – GTCOB**

**CONVOCATÓRIA**

Prezados (as) Senhores (as) Membros,

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce convoca V.S.<sup>a</sup> para a **2ª Reunião do Grupo de trabalho para revisão dos mecanismos e valores de cobrança na porção federal da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**, instituído no âmbito da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), a realizar-se na seguinte data, local e horário:

**DATA:** 17/03/2021 – quarta-feira

**HORÁRIO:** 13h30 às 16h00

**LOCAL:** Videoconferência – GOOGLE MEET

CLIQUE [AQUI](#) PARA ACESSO À SALA DE REUNIÕES

**PAUTA:**

1. Abertura;
2. Resgate das discussões da 1ª Reunião do GTCOB, realizada em 25/02/2021;
3. Apresentação das propostas de formatação da Agência;
4. Discussão sobre a atualização dos valores de Cobrança instituídos no Doce;
5. Consolidação da proposta para atualização da Cobrança para encaminhamento à CTIL;
6. Assuntos Gerais;
7. Encerramento.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "LCF", is positioned above the printed name of the coordinator.

**Luiz Cláudio de Castro Figueiredo**  
Coordenador do GTCOB/CBH-Doce

## ANEXO VIII – SUMÁRIO EXECUTIVO AGEVAP – PAINÉIS 08 - 16



### SUMÁRIO EXECUTIVO



#### ESTUDO SOBRE A COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE

PAINEL 1	INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE - 2018
PAINEL 2	INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA DE ACORDO COM A FINALIDADE
PAINEL 3	INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA POR ESTADO E POR FINALIDADE
PAINEL 4	OS 10 MAIORES USUÁRIOS
PAINEL 5	EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO E DESEMBOLSO DE 2012 A 2020
PAINEL 6	EVOLUÇÃO DOS VALORES DE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE DE 2011 a 2021
PAINEL 7	EXEMPLOS DA METODOLOGIA ATUAL DOS MECANISMOS DE COBRANÇA
PAINEL 8	PROPOSTA DE AUMENTO DO VALOR DE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE PARA O ANO DE 2022
PAINEL 9	CONSOLIDAÇÃO DO PPU NOVO POR FINALIDADE - reajuste 48,43% inflação no período
PAINEL 10	CONSOLIDAÇÃO DO PPU NOVO POR FINALIDADE - reajuste 100%
PAINEL 11	CENÁRIO 1 - ESTRUTURA ATUAL
PAINEL 12	CENÁRIO 2 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA
PAINEL 13	CENÁRIO 3 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA AJUSTADA
PAINEL 14	CENÁRIO 4 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE
PAINEL 15	COMPARATIVO - CENÁRIOS
PAINEL 16	PLANILHA DE SIMULAÇÃO

#### PAINEL 8 PROPOSTA DE AUMENTO DO VALOR DE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE PARA O ANO DE 2022

ANO	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
% CORREÇÃO	48,43%	18,43%	28,43%	38,43%	48,43%	48,43%
PPU cap	0,0358	0,0424	0,0460	0,0496	0,0531	
PPU lanç	0,1909	0,2261	0,2452	0,2643	0,2834	
PPU transp	0,0478	0,0566	0,0614	0,0662	0,0709	

A partir de 2022 deverá ser aplicado no valor apresentado a variação de IPCA do ano anterior

10%

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	06/2011
Data final	05/2018
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,50297270
Valor percentual correspondente	50,297270 %

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PPU 2017	0,0300
PPU 2019	0,0336
Aumento <sup>(A)</sup>	12,00%

O reajuste do PPU aprovado pela Deliberação CBH-DOCE nº 69/2018 em relação a Deliberação CBH-DOCE nº 26/2011 foi de 12%. A inflação apurada no período entre a aprovação da cobrança no CNRH (Resolução nº 123, de 29 de junho de 2011) a maio de 2018, pelo IPCA do IBGE, foi de aproximadamente 50,1%, vide Nota Técnica da ANA nº 12, de 13 de julho de 2018 <sup>(A)</sup>

O reajuste do PPU proposto é de 48,33% que corresponde a variação 67,76% inflação apurada no período entre a aprovação da Resolução CNRH/2011 a 12/2020 subtraído o aumento de 19,33% <sup>(B)</sup> já considerado em 2021.

#### Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados	
Data inicial	06/2011
Data final	12/2020
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,67762220
Valor percentual correspondente	67,762220 %

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PPU 2017	0,0300
PPU 2021	0,0358
Aumento <sup>(A)</sup>	19,33%

TIPO DE USO	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU				
		2015/2017	2018 <sup>(1)(2)</sup>	2019 <sup>(2)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>	2021 <sup>(1)</sup>
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0300	0,0308	0,0336	0,0345	0,0358
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,1600	0,1643			
	R\$/kg			0,1790	0,1837	0,1909
Transposição	R\$/m³	0,0400	0,0411	0,0448	0,0460	0,0478

## PAINEL 9 CONSOLIDAÇÃO DO PPU NOVO POR FINALIDADE - reajuste 48,43% inflação no período

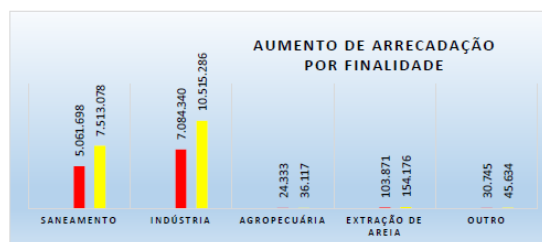
VALOR DE REAJUSTE PREVISTO 48,43%

ESTADO	Saneamento		Indústria		Agropecuária		Extração de Areia		Outro	
	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO
MG	4.287.374	6.363.749	2.003.993	2.974.528	10.889	16.163	78.395	116.362	9.893	14.684
ES	774.324	1.149.329	5.080.346	7.540.758	13.444	19.954	25.476	37.814	20.852	30.951
<b>TOTAL</b>	<b>5.061.698</b>	<b>7.513.078</b>	<b>7.084.340</b>	<b>10.515.286</b>	<b>24.333</b>	<b>36.117</b>	<b>103.871</b>	<b>154.176</b>	<b>30.745</b>	<b>45.634</b>

ESTADO	Total por Estado	
	PPU ATUAL	PPU NOVO
Minas Gerais	6.390.544	9.485.484
Espírito Santo	5.914.442	8.778.806
<b>TOTAL</b>	<b>12.304.986</b>	<b>18.264.291</b>



FINALIDADE	PPU ATUAL	PPU NOVO
Saneamento	5.061.698	7.513.078
Indústria	7.084.340	10.515.286
Agropecuária	24.333	36.117
Extração de Areia	103.871	154.176
Outro	30.745	45.634
<b>Total</b>	<b>12.304.986</b>	<b>18.264.291</b>



## PAINEL 10 CONSOLIDAÇÃO DO PPU NOVO POR FINALIDADE - reajuste 100%

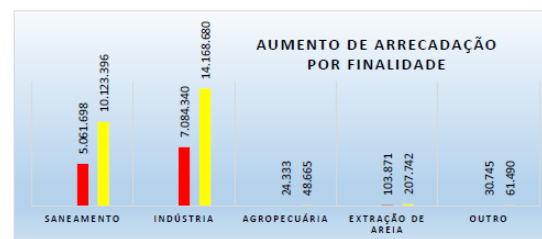
VALOR DE REAJUSTE PREVISTO 100,00%

ESTADO	Saneamento		Indústria		Agropecuária		Extração de Areia		Outro	
	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO
MG	4.287.374	8.574.748	2.003.993	4.007.987	10.889	21.778	78.395	156.790	9.893	19.785
ES	774.324	1.548.648	5.080.346	10.160.693	13.444	26.887	25.476	50.952	20.852	41.704
<b>TOTAL</b>	<b>5.061.698</b>	<b>10.123.396</b>	<b>7.084.340</b>	<b>14.168.680</b>	<b>24.333</b>	<b>48.665</b>	<b>103.871</b>	<b>207.742</b>	<b>30.745</b>	<b>61.490</b>

ESTADO	Total por Estado	
	PPU ATUAL	PPU NOVO
Minas Gerais	6.390.544	12.781.088
Espírito Santo	5.914.442	11.828.884
<b>TOTAL</b>	<b>12.304.986</b>	<b>24.609.972</b>



FINALIDADE	PPU ATUAL	PPU NOVO
Saneamento	5.061.698	10.123.396
Indústria	7.084.340	14.168.680
Agropecuária	24.333	48.665
Extração de Areia	103.871	207.742
Outro	30.745	61.490
<b>Total</b>	<b>12.304.986</b>	<b>24.609.972</b>



PAINEL 11

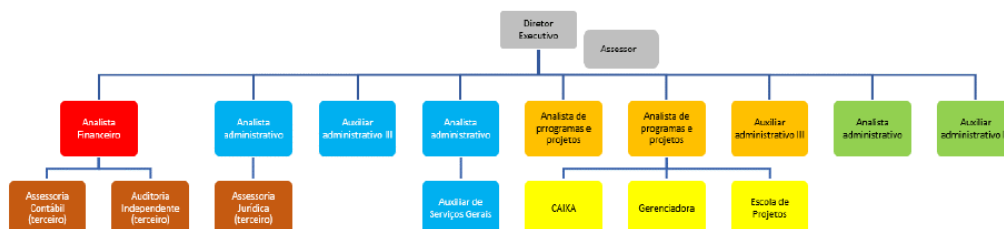
## CENÁRIO 1 - ESTRUTURA ATUAL



6,22	RECURSOS HUMANOS	77,44%	726.362,40
4,22	Administrativo Financeiro	53,03%	497.448,48
0	Estagiário	0,00%	0,00
1	Técnico e planejamento	12,20%	114.456,96
0	Estagiário	0,00%	0,00
1	Secretaria executiva	12,20%	114.456,96
0	Estagiário	0,00%	0,00
B	ASSESSORIAS	8,83%	82.852,84
C	DESPESAS OPERACIONAIS	13,73%	128.800,00
TOTAL		100,00%	938.015,24

PAINEL 12

## CENÁRIO 2 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA



A	10,52	RECURSOS HUMANOS	rateio	119.289,66	1.431.475,92
B	6	ESTAGIÁRIOS	rateio	9.960,00	119.520,00
	12%	Diretoria	12%	8.805,28	105.663,36
	40%	Coordenação Geral	40%	25.932,87	311.194,44
	1	Financiamento	100%	10.014,98	120.179,76
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	4	Administrativo	100%	30.184,44	362.213,28
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	3	Técnico e planejamento	100%	27.183,54	326.202,48
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	2	Secretaria executiva	100%	17.168,55	206.022,60
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
C		ASSESSORIAS	100%	180.000,00	180.000,00
D		DESPESAS OPERACIONAIS	70%	257.600,00	257.600,00
TOTAL					1.988.595,92



PAINEL 13

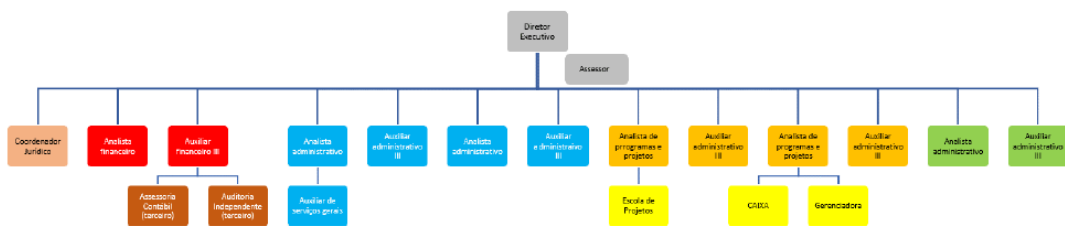
## CENÁRIO 3 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA AJUSTADA



<b>A</b>	<b>8,52</b>	<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>rateio</b>	<b>104.982,52</b>	<b>1.259.790,24</b>
<b>B</b>	<b>6</b>	<b>ESTAGIÁRIOS</b>	<b>rateio</b>	<b>9.960,00</b>	<b>119.520,00</b>
	0,12	Diretoria	12%	8.805,28	105.663,36
	0,40	Coordenação Geral	40%	25.932,87	311.194,44
	1	Financeiro	100%	10.014,98	120.179,76
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	3	Administrativo	100%	23.030,87	276.370,44
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	2	Técnico e planejamento	100%	20.029,97	240.359,64
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	2	Secretaria executiva	100%	17.168,55	206.022,60
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
<b>C</b>		<b>ASSESSORIAS</b>	<b>100%</b>	<b>180.000,00</b>	<b>180.000,00</b>
<b>D</b>		<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>70%</b>	<b>257.600,00</b>	<b>257.600,00</b>
<b>TOTAL</b>				<b>1.816.910,24</b>	

PAINEL 14

## CENÁRIO 4 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE

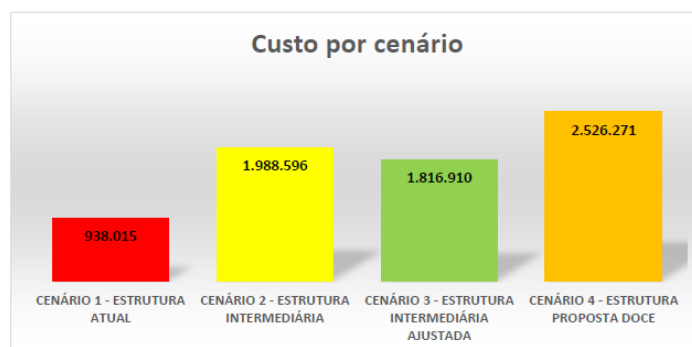


<b>A</b>	<b>14,52</b>	<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>rateio</b>	<b>155.915,91</b>	<b>1.870.990,92</b>
<b>B</b>	<b>9</b>	<b>ESTAGIÁRIOS</b>	<b>rateio</b>	<b>14.940,00</b>	<b>179.280,00</b>
	0,12	Diretoria	12%	8.805,28	105.663,36
	0,40	Coordenação Geral	40%	25.932,87	311.194,44
	1	Jurídico	100%	15.165,54	181.986,48
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	2	Financeiro	100%	17.168,55	206.022,60
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	5	Administrativo	100%	37.338,01	448.056,12
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	4	Técnico e planejamento	100%	34.337,11	412.045,32
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	2	Secretaria executiva	100%	17.168,55	206.022,60
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
<b>C</b>		<b>ASSESSORIAS</b>	<b>100%</b>	<b>108.000,00</b>	<b>108.000,00</b>
<b>D</b>		<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>100%</b>	<b>368.000,00</b>	<b>368.000,00</b>
<b>TOTAL</b>				<b>2.526.270,92</b>	

## PAINEL 15

## COMPARATIVO - CENÁRIOS

CENÁRIO	R\$	EMPREGADOS	AUMENTO	AUMENTO
CENÁRIO 1 - ESTRUTURA ATUAL	938.015	6,22	0%	0%
CENÁRIO 2 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA	1.988.596	10,52	74% - custo de pessoa	117%
CENÁRIO 3 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA AJUSTADA	1.816.910	8,52	108%	98%
CENÁRIO 4 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE	2.526.271	14,52	Escola de projetos	190%



## PAINEL 16

## PLANILHA DE SIMULAÇÃO

% de aumento do valor da cobrança			Aumento	2022	2023	2024	2025	
Entrada de dados - % acumulado ao ano			20,00%	48,43%	68,43%	88,43%	108,43%	
Entrada de dados			78,43%	48,43%	10,00%	10,00%	10,00%	
Estimativa de cobrança - domínio			2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	
	IPCA		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
União <sup>(1)</sup>	Somente IPCA	4,0%	12.304.986	12.797.185	13.309.073	13.841.436	14.395.093	17%
	Fixo 2021		12.304.986	18.264.291	20.725.288	23.186.285	25.647.282	108%
	Fixo 2021	4,0%	12.304.986	18.994.862	21.554.299	24.113.737	26.673.174	117%
	Não fixo	0,0%	12.304.986	18.264.291	20.090.720	22.099.792	24.309.771	98%
	Não fixo	4,0%	12.304.986	18.994.862	21.730.123	24.859.260	28.438.994	131%
Limite para despesas de implantação e custeio			2021	2022	2023	2024	2025	
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
União	7,5%		922.874	959.789	998.180	1.038.108	1.079.632	
	7,5%		922.874	1.369.822	1.554.397	1.738.971	1.923.546	
	7,5%		922.874	1.424.615	1.616.572	1.808.530	2.000.488	
	7,5%		922.874	1.369.822	1.506.804	1.657.484	1.823.233	
	7,5%		922.874	1.424.615	1.629.759	1.864.445	2.132.925	
			922.874	1.424.615	1.629.759	1.864.445	2.132.925	
Custeio Entidade Delegatária			2021	2022	2023	2024	2025	
Estrutura								
ED - custeio 2022	Atual		938.015	975.536	1.014.557	1.055.140	1.097.345	
ED - custeio 2022	Intermediária			1.988.596	2.068.140	2.150.865	2.236.900	
ED - custeio 2023	Ajustada			1.816.910	1.889.587	1.965.170	2.043.777	
ED - custeio 2022	Proposta Doce			2.526.271	2.627.322	2.732.415	2.841.711	
			7,5% é maior do que o custeio da entidade delegatária					

7,5% é maior do que o custeio da entidade delegatária



**CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL**

**GRUPO DE TRABALHO – REVISÃO DOS MECANISMOS E VALORES DE COBRANÇA – GTCOB**

**CONVOCATÓRIA**

Prezados (as) Senhores (as) Membros,

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce convoca V.S.<sup>a</sup>. para a **3ª Reunião do Grupo de trabalho para revisão dos mecanismos e valores de cobrança na porção federal da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**, instituído no âmbito da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), a realizar-se na seguinte data, local e horário:

**DATA:** 01/04/2021 – quinta-feira

**HORÁRIO:** 13h30 às 16h00

**LOCAL:** Videoconferência – GOOGLE MEET

CLIQUE [AQUI](#) PARA ACESSO À SALA DE REUNIÕES

**PAUTA:**

1. Abertura;
2. Resgate das discussões da 1ª e 2ª Reunião do GTCOB, realizada em 25/02/2021;
3. Consolidação da proposta para atualização da Cobrança para encaminhamento à CTIL;
4. Assuntos Gerais;
5. Encerramento.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "LCF", is positioned above the printed name of the signatory.

**Luiz Cláudio de Castro Figueiredo**  
Coordenador do GTCOB/CBH-Doce



# SUMÁRIO EXECUTIVO

## ESTUDO DA COBRANÇA

GOVERNADOR VALADARES, 01 DE ABRIL DE 2021



### SUMÁRIO EXECUTIVO



#### ESTUDO SOBRE A COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE

PAINEL 1	INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE - 2018
PAINEL 2	INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA DE ACORDO COM A FINALIDADE
PAINEL 3	INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA POR ESTADO E POR FINALIDADE
PAINEL 4	OS 10 MAIORES USUÁRIOS
PAINEL 5	EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO E DESEMBOLSO DE 2012 A 2020
PAINEL 6	EVOLUÇÃO DOS VALORES DE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE DE 2011 a 2021
PAINEL 7	EXEMPLOS DA METODOLOGIA ATUAL DOS MECANISMOS DE COBRANÇA
PAINEL 8	PROPOSTA DE AUMENTO DO VALOR DE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE PARA O ANO DE 2022
PAINEL 9	CONSOLIDAÇÃO DO PPU NOVO POR FINALIDADE - reajuste 48,43% inflação no período
PAINEL 10	CONSOLIDAÇÃO DO PPU NOVO POR FINALIDADE - reajuste 100%
PAINEL 11	ORGANOGRAMA AGEVAP E RATEIO PARA 2021 E SUGESTÃO PARA 2022
PAINEL 12	CENÁRIO 1 - ESTRUTURA ATUAL
PAINEL 13	CENÁRIO 2 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - COMPLETO
PAINEL 14	CENÁRIO 3 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA



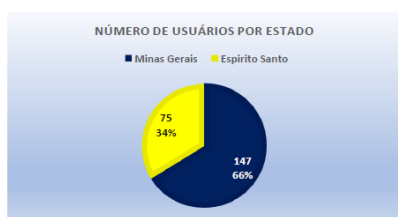
### SUMÁRIO EXECUTIVO



#### ESTUDO SOBRE A COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE

PAINEL 15	CENÁRIO 4 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA AJUSTADA
PAINEL 16	CENÁRIO 5 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - SEM DIREX
PAINEL 17	COMPARATIVO - CENÁRIOS
PAINEL 18	PLANILHA DE SIMULAÇÃO
PAINEL 19	PLANILHA DE SIMULAÇÃO - fixo 2021 e 67% de aumento escalonado + correção de IPCA
PAINEL 20	ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO - IGAM - 2020 a 2025
PAINEL 21	CÁLCULO DO RATEIO DA UNIDADE GOVERNADOR VALADARES/MG
PAINEL 22	SALDO EXISTENTE NA CONTA DOS MG/ANA E RECURSOS DEVOLVIDOS ANA E INADIMPLÊNCIA
PAINEL 23	CENÁRIO MG - ESTRUTURA CONTRATO IGAM - 2022
PAINEL 24	CUSTEIO INTEGRADO - ESTIMATIVA DE AUMENTO PARA COBRIR O CUSTEIO - 2022
PAINEL 25	CENÁRIO - ESTRUTURA CONJUNTA DOCE FEDERAL E IGAM - SEM DIREX - COM BLINDAGEM

## PAINEL 1 | INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE - 2018



Atualmente temos 222 usuários cadastrados na bacia, sendo que o Estado de Minas Gerais tem 66% destes usuários.



O Estado de Minas Gerais arrecada aproximadamente 52% do total, ou seja, a arrecadação dos estados praticamente se equivalem.

## PAINEL 2 | INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA DE ACORDO COM A FINALIDADE

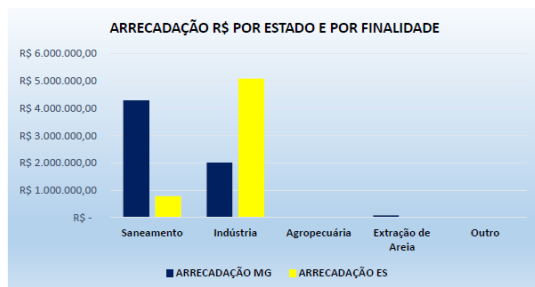


O Setor de agropecuária representa 41% do total dos usuários e somado aos de extração de areia passam de 72%, mas representam somente 0,66% em relação a arrecadação. A maior arrecadação é feita pela indústria e junto com o saneamento representam aproximadamente 99% da arrecadação.



FINALIDADE	ARRECAÇÃO R\$ x 1000
Saneamento	R\$ 5.062
Indústria	R\$ 7.084
Agropecuária	R\$ 24
Extração de Areia	R\$ 104
Outro	R\$ 31
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 12.305</b>

## PAINEL 3 | INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE COBRANÇA POR ESTADO E POR FINALIDADE



O setor de saneamento tem uma arrecadação muito maior no estado de Minas Gerais, que representa cerca de 67% do total arrecadado, enquanto que no estado do Espírito Santo o setor forte é a indústria, a qual arrecada cerca de 86% do total arrecadado.

FINALIDADE	ARRECAÇÃO MG	ARRECAÇÃO ES
Saneamento	R\$ 4.287.373,92	R\$ 774.323,88
Indústria	R\$ 2.003.993,48	R\$ 5.080.346,33
Agropecuária	R\$ 10.889,04	R\$ 13.443,64
Extração de Areia	R\$ 78.395,00	R\$ 25.475,85
Outro	R\$ 9.892,57	R\$ 20.852,19
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.390.544,01</b>	<b>R\$ 5.914.441,89</b>

FINALIDADE	Nº DE USUÁRIOS MG	Nº DE USUÁRIOS ES
Saneamento	24	4
Indústria	9	12
Agropecuária	50	40
Extração de Areia	56	12
Outro	8	7
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>75</b>

## PAINEL 4

## OS 10 MAIORES USUÁRIOS



Os 10 (dez) maiores usuários representam 94% do valor total da cobrança, sendo que somente 01 (um) usuário da indústria representa 43% do total cobrado e que 05 (cinco) usuários, sendo 02 (dois) da indústria e 03 (três) do saneamento representam 89% dos valor da cobrança.

## RAZÃO SOCIAL

FIBRIA CELULOSE S/A  
CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A - CENIBRA  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE  
SERVIÇO COLATINENSE DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL - SANEAR  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA - DMAES  
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LINHARES  
FRISA - FRIGORÍFICO RIO DOCE S/A  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - BAIXO GUANDU  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAEAIM

## MUNICÍPIO

Aracruz  
Antônio Dias  
Governador Valadares  
Colatina  
Ponte Nova  
Ipatinga  
Linhares  
Colatina  
Baixo Guandu  
Aimorés

## COBRANÇA

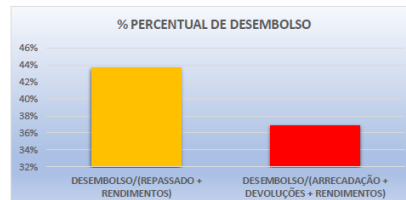
R\$ 4.366.144,84  
R\$ 1.952.209,36  
R\$ 1.628.672,31  
R\$ 583.611,53  
R\$ 454.573,27  
R\$ 170.523,22  
R\$ 118.787,32  
R\$ 78.368,56  
R\$ 69.973,09  
R\$ 54.774,76

## TOTAL

R\$ 9.477.638,26

## PAINEL 5

## EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO E DESEMBOLSO DE 2012 A 2020



ANO	ARRECADAÇÃO	DEVOLUÇÕES	REPASSE	NÃO REPASSADO	DESEMBOLSO	%	RENDIMENTO	%	SALDO
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
2012	3.450.857		2.796.126	654.730	704.220	25%	39.324	25%	2.131.231
2013	6.536.521		6.446.903	89.618	3.477.295	54%	139.733	53%	3.109.341
2014	9.734.064	2.029	9.639.172	96.922	3.601.634	37%	534.673	35%	6.572.211
2015	10.719.900	19.877	9.843.651	896.126	5.319.610	54%	781.011	50%	5.305.052
2016	9.078.644	8.458	9.899.045	-811.943	7.844.365	79%	1.626.158	68%	3.680.838
2017	11.288.385		11.928.717	-640.331	5.868.445	49%	1.447.447	44%	7.507.719
2018	12.304.986		11.680.770	624.216	3.103.844	27%	1.431.695	24%	10.008.620
2019	13.799.049		2.332.963	11.466.086	1.604.317	69%	1.684.483	40%	2.413.129
2020			0		2.128.105	0%	859.455	248%	-1.268.650
<b>TOTAL</b>	<b>76.912.406</b>	<b>30.364</b>	<b>64.567.346</b>	<b>12.375.424</b>	<b>33.651.835</b>	<b>52%</b>	<b>8.543.979</b>	<b>46%</b>	<b>39.776.156</b>
12.375.424	Restos a receber do IBIO repassado para a União								
06/01/2021	12.144.135		9.985.520	2.158.615	0	0%	0	0%	9.985.520
27/01/2021			1.708.078	-1.708.078	0	0%	0	0%	1.708.078
27/01/2021			156.058	-156.058	0	0%	0	0%	156.058
29/01/2021			0	0	21.285	0%	0	0%	-21.285
<b>TOTAL</b>	<b>12.144.135</b>	<b>0</b>	<b>11.849.656</b>	<b>294.479</b>	<b>21.285</b>	<b>0,18%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>11.828.371</b>

Repassado para a AGEVAP

## PAINEL 6

## EVOLUÇÃO DOS VALORES DE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE DE 2011 a 2021

TIPO DE USO	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU							
		2011/2012 <sup>(1)</sup>	2013 <sup>(1)</sup>	2014 <sup>(1)</sup>	2015/2017	2018 <sup>(1)(2)</sup>	2019 <sup>(2)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>	2021 <sup>(1)</sup>
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0180	0,0210	0,0240	0,0300	0,0308	0,0336	0,0345	0,0358
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,1000	0,1200	0,1500	0,1600	0,1643			
	R\$/kg						0,1790	0,1837	0,1909
Transposição	R\$/m³	0,0220	0,0270	0,0310	0,0400	0,0411	0,0448	0,0460	0,0478

(1) DELIBERAÇÃO CBH-Doce Nº 26/2011, aprovada pela RESOLUÇÃO CNRH Nº 123, DE 29 DE JUNHO DE 2011 define os valores de 2011 a 2015

(2) RESOLUÇÃO CNRH Nº 192, DE 26 DE JANEIRO DE 2018 - atualização por IPCA

(3) DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 69, DE 12 DE JUNHO DE 2018 - aprovada pela RESOLUÇÃO CNRH Nº 203, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

a) A metodologia que será utilizada para definição da cobrança pelo lançamento de Carga Poluidora será a do Equivalente Populacional Limitante (EPL), que demonstra a equivalência entre uma fonte poluidora (DBO, SST e PT) e certo número de pessoas.

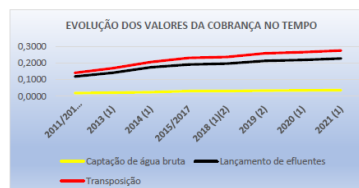
O PPU<sub>PP</sub> será definido multiplicando-se a Carga Per Capita (CPC) da variável DBO pelo PPU<sub>DBO</sub> = CPC<sub>DBO</sub> = Carga Per Capita (CPC) referente à variável DBO, em Kg/hab./ano

b) Kt = coeficiente que leva em conta a natureza do uso e/ou as boas práticas de uso e conservação da água.

Kcap = Kcap classe x Kt

c) Kméd extra será igual a 0 (zero) em caso de escassez hídrica, em áreas declaradas de restrição de uso superior a 30%, bem como se houver a demonstração de fatores hidrológicos ou contaminações que resultem em uma redução da captação superior a 30% da vazão outorgada.

TIPO DE USO	UNIDADE	PPU 2021	COMITÊ
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0249	CEVAP
Consumo de água bruta	R\$/m³	0,0499	
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,1746	
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0145	PCI
Consumo de água bruta	R\$/m³	0,0292	
Lançamento de efluentes	R\$/kg	0,1458	
Transposição de bacia	R\$/m³	0,0219	SÃO FRANCISCO
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0128	
Consumo de água bruta	R\$/m³	0,0256	
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,0013	





**PAINEL 7** **EXEMPLOS DA METODOLOGIA ATUAL DOS MECANISMOS DE COBRANÇA**

SIMULAÇÃO DO VALOR DO VALOR DA COBRANÇA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO E IRRIGAÇÃO									
Valor <sub>capabastec</sub> =	Q <sub>cap</sub>	179.262	X	PPU <sub>cap</sub>	0,0345	X	K <sub>cap</sub>	0,90	= R\$ 5.566 Abastecimento público
K <sub>cap</sub> =	K <sub>cap classe</sub>	0,90	X	Kt	1,00	=	0,90	Rio Doce	179.262 X 0,90
Valor <sub>capagrop</sub> =	Q <sub>cap</sub>	46.008	X	PPU <sub>cap</sub>	0,0345	X	K <sub>cap</sub>	0,050	= R\$ 79,36 Agropecuário/Irrigação
K <sub>cap</sub> =	K <sub>cap classe</sub>	1,00	X	Kt	0,050	=	0,050	Córrego José Pedro	46.008 X 0,050

Enquadramento	K <sub>cap classe</sub>
Especial	1,15
1	1,10
2	1,00
3	0,90
4	0,80

Kt	1	Outros usos
Kt	0,05	Agropecuário

**Valor<sub>cap</sub> = Q<sub>cap</sub> x PPU<sub>cap</sub> x K<sub>cap</sub>** **K<sub>cap</sub> = K<sub>cap classe</sub> x Kt**

SIMULAÇÃO DO VALOR DO VALOR DA COBRANÇA PARA TRANSPOSIÇÃO									
Valor <sub>trans</sub> =	Q <sub>transp</sub> =	136.367.456	X	PPU <sub>transp</sub>	0,046	X	K <sub>classe</sub>	1,00	= R\$ 6.272.903 Transposição
Q <sub>transp</sub> =	0,2 x Q <sub>out</sub>	34.689.600	+ 0,8 x Q <sub>med</sub>	78.942.977	+ 1 x (0,7 x Q <sub>out</sub> - Q <sub>med</sub> )		22.734.879	=	136.367.456
Q <sub>outorgado</sub> =		173.448.000							
Q <sub>medido</sub> =		98.678.721							

**Valor<sub>cap</sub> = [0,2 x Q<sub>out</sub> + 0,8 x Q<sub>med</sub> + 1,0 x (0,7xQ<sub>out</sub> - Q<sub>med</sub>)] x PPU<sub>cap</sub> x K<sub>cap</sub>**

**PAINEL 7** **EXEMPLOS DA METODOLOGIA ATUAL DOS MECANISMOS DE COBRANÇA**

SIMULAÇÃO DO VALOR DO VALOR DA COBRANÇA PARA LANÇAMENTO DE ESGOTO - EP - EQUIVALENTE POPULACIONAL									
LANÇAMENTO DE ESGOTO COM MEDIÇÃO SOMENTE DE DBO							DBO = 300		
Valor <sub>lanç</sub> =	EPL	9.539	X	PPUEP	3,3525		=	R\$ 31.978	R\$/ano
EP =	CP <sub>(DBO ou SST ou PT)</sub>	174.079	/	CPC	18,25	=	9.539		319079/18,25
PPUEP =	CPC <sub>DBO</sub>	18,25	X	PPU <sub>lanç</sub>	0,1837	=	3,3525	R\$/hab	

LANÇAMENTO DE ESGOTO COM MEDIÇÃO COM MEDIÇÃO DE DBO e PT							DBO = 29 e PT = 23		
Valor <sub>lanç</sub> =	EPL	601	X	PPUEP	3,352525		=	R\$ 2.016	R\$/ano
EP =	CP <sub>(DBO)</sub>	10.975	/	CPC	18,25	=	601		31009/18,25
PPUEP =	CPC <sub>DBO</sub>	18,25	X	PPU <sub>lanç</sub>	0,1837	=	3,352525	R\$/hab	

Valor <sub>lanç</sub> =	EPL	23.846	X	PPUEP	0,0670505		=	R\$ 1.599	R\$/ano
EP =	CP <sub>(PT)</sub>	8.704	/	CPC	0,365	=	23.846		31009/13,426
PPUEP =	CPC <sub>DBO</sub>	0,365	X		0,1837	=	0,0670505	R\$/hab	

Carga per capita (CPC) (kg/hab/ano)		
DBO	SST	PT
18,25	21,90	0,365

**Valor<sub>lanç</sub> = EPL x PPUEP** **EP = CP<sub>(DBO ou SST ou PT)</sub> / CPC**

**PPUEP = CPC<sub>DBO</sub> X PPU<sub>lanç</sub>**

A METODOLOGIA DE COBRANÇA É NOVA E DE FÁCIL ENTENDIMENTO, DESTA FORMA NÃO SOFRERIA ALTERAÇÕES NESTE MOMENTO

**PAINEL 7** **EXEMPLOS DA METODOLOGIA ATUAL DOS MECANISMOS DE COBRANÇA**

DEFINIÇÕES GERAIS PARA A CONSTRUÇÃO DAS FÓRMULAS DE COBRANÇA									
<p>Valortotal = valor anual total de cobrança, em R\$/ano;</p> <p>Valorcap = valor anual de cobrança pela captação de água, em R\$/ano;</p> <p>Valorlanç = valor anual de cobrança pelo lançamento de carga poluidora em R\$/ano;</p> <p>Valortransp = valor anual de cobrança pela transposição de água, em R\$/ano;</p> <p>ValorPCH = valor anual de cobrança pela geração de energia elétrica por meio de PCHs, em R\$/ano;</p> <p>Kgestão = coeficiente que leva em conta o efetivo retorno à bacia do rio Doce dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.</p> <p>EPL = Equivalente Populacional Limitante, em habitantes;</p> <p>PPUEP = Preço Público Unitário referente a um Equivalente Populacional (EP), em R\$/hab.;</p> <p>EP = Equivalente Populacional, em habitantes;</p> <p>CP(DBO ou SST ou PT) = Carga Poluidora, para cada variável (DBO, SST e PT), em kg/ano; CPC = Carga Per Capita, em Kg/hab./ano,</p> <p>CPC = Carga Per Capita, em Kg/hab./ano,</p> <p>PPUEP = Preço Público Unitário referente a um Equivalente Populacional (EP), em R\$/hab.;</p> <p>CPCDBO = Carga Per Capita (CPC) referente à variável DBO, em Kg/hab./ano</p> <p>Valortransp = valor anual de cobrança pela transposição de água, em R\$/ano;</p> <p>Qtransp = volume anual de água transposto da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para outras bacias, em m³/ano;</p> <p>PPUtransp = Preço Público Unitário para a transposição de bacia, em R\$/m³;</p>									

# PAINEL 8 PROPOSTA DE AUMENTO DO VALOR DE COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE PARA O ANO DE 2022

ANO	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
% CORREÇÃO	48,43%	18,43%	28,43%	38,43%	48,43%	48,43%
PPU cap	0,0358	0,0424	0,0460	0,0496	0,0531	
PPU lanç	0,1909	0,2261	0,2452	0,2643	0,2834	
PPU transp	0,0478	0,0566	0,0614	0,0662	0,0709	

A partir de 2022 deverá ser aplicado no valor apresentado a variação de IPCA do ano anterior

10%

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	06/2011
Data final	05/2018
Valor nominal	R\$ 1,00 ( REAL )
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,50297270
Valor percentual correspondente	50,297270 %
BANCO CENTRAL DO BRASIL	
PPU 2017	0,0300
PPU 2019	0,0336
Aumento <sup>(B)</sup>	12,00%

O reajuste do PPU aprovado pela Deliberação CBH-DOCE nº 69/2018 em relação a Deliberação CBH-DOCE nº 26/2011 foi de 12%. A inflação apurada no período entre a aprovação da cobrança no CNRH (Resolução nº 123, de 29 de junho de 2011) a maio de 2018, pelo IPCA do IBGE, foi de aproximadamente 50,1%, vide Nota Técnica da ANA nº 12, de 13 de julho de 2018 <sup>(A)</sup>

O reajuste do PPU proposto é de 48,33% que corresponde a variação 67,76% inflação apurada no período entre a aprovação da Resolução CNRH/2011 a 12/2020 subtraído o aumento de 19,33% <sup>(B)</sup> já considerado em 2021.

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	06/2011
Data final	12/2020
Valor nominal	R\$ 1,00 ( REAL )
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,67762220
Valor percentual correspondente	67,762220 %
BANCO CENTRAL DO BRASIL	
PPU 2017	0,0300
PPU 2021	0,0358
Aumento <sup>(B)</sup>	19,33%

TIPO DE USO	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU				
		2015/2017	2018 <sup>(B)(A)</sup>	2019 <sup>(B)</sup>	2020 <sup>(B)</sup>	2021 <sup>(B)</sup>
Captação de água bruta	R\$/m³	0,0300	0,0308	0,0336	0,0345	0,0358
Lançamento de efluentes	R\$/kg de DBO	0,1600	0,1643			
	R\$/kg			0,1790	0,1837	0,1909
Transposição	R\$/m³	0,0400	0,0411	0,0448	0,0460	0,0478

# PAINEL 9 CONSOLIDAÇÃO DO PPU NOVO POR FINALIDADE - reajuste 48,43% inflação no período

VALOR DE REAJUSTE PREVISTO

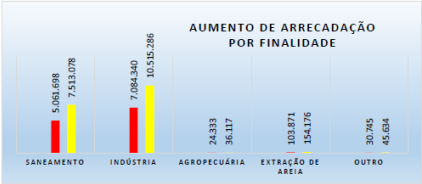
48,43%

ESTADO	PPU CONSOLIDADO									
	Saneamento		Indústria		Agropecuária		Extração de Areia		Outro	
	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO
MG	4.287.374	6.363.749	2.003.993	2.974.528	10.889	16.163	78.395	116.362	9.893	14.684
ES	774.324	1.149.329	5.080.346	7.540.758	13.444	19.954	25.476	37.814	20.852	30.951
	5.061.698	7.513.078	7.084.340	10.515.286	24.333	36.117	103.871	154.176	30.745	45.634

ESTADO	Total por Estado	
	PPU ATUAL	PPU NOVO
Minas Gerais	6.390.544	9.485.484
Espírito Santo	5.914.442	8.778.806
TOTAL	12.304.986	18.264.291



FINALIDADE	PPU ATUAL	PPU NOVO
Saneamento	5.061.698	7.513.078
Indústria	7.084.340	10.515.286
Agropecuária	24.333	36.117
Extração de Areia	103.871	154.176
Outro	30.745	45.634
Total	12.304.986	18.264.291



# PAINEL 10 CONSOLIDAÇÃO DO PPU NOVO POR FINALIDADE - reajuste 100%

VALOR DE REAJUSTE PREVISTO

100,00%

ESTADO	PPU CONSOLIDADO									
	Saneamento		Indústria		Agropecuária		Extração de Areia		Outro	
	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO	PPU ATUAL	PPU NOVO
MG	4.287.374	8.574.748	2.003.993	4.007.987	10.889	21.778	78.395	156.790	9.893	19.785
ES	774.324	1.548.648	5.080.346	10.160.693	13.444	26.887	25.476	50.952	20.852	41.704
	5.061.698	10.123.396	7.084.340	14.168.680	24.333	48.665	103.871	207.742	30.745	61.490

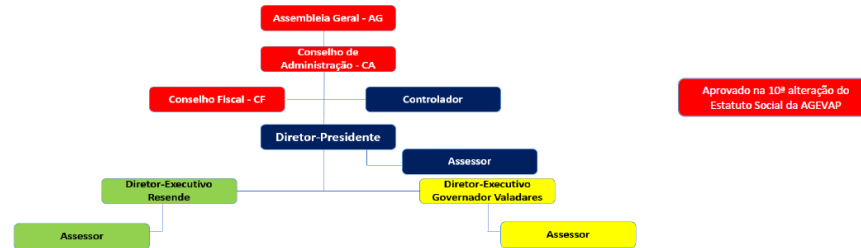
ESTADO	Total por Estado	
	PPU ATUAL	PPU NOVO
Minas Gerais	6.390.544	12.781.088
Espírito Santo	5.914.442	11.828.884
TOTAL	12.304.986	24.609.972



FINALIDADE	PPU ATUAL	PPU NOVO
Saneamento	5.061.698	10.123.396
Indústria	7.084.340	14.168.680
Agropecuária	24.333	48.665
Extração de Areia	103.871	207.742
Outro	30.745	61.490
Total	12.304.986	24.609.972



## PAINEL 11 ORGANOGRAMA AGEVAP E RATEIO PARA 2021 E SUGESTÃO PARA 2022



As despesas da AG, CA e CF deverão ser custeados pela Unidade Resende e pela Unidade Governador Valadares.

UNIDADE RESENDE	70,00%
UNIDADE GOVERNADOR VALADARES	30,00%

O Diretor Presidente, Assessor e o Controlador deverão ser custeados pela Unidade Resende e pela Unidade Governador Valadares

UNIDADE RESENDE	70,00%
UNIDADE GOVERNADOR VALADARES	30,00%

O Diretor Executivo e o Assessor de Resende deverão ser custeados pelo CG ANA, CG INEA e CG IGAM - rateio atual.

CONTRATO DE GESTÃO INEA	51,20%
CONTRATO DE GESTÃO IGAM	2,00%
CONTRATO DE GESTÃO ANA	46,80%

O Diretor Executivo e o Assessor de Governador Valadares deverão ser custeados pelo CG ANA e CG IGAM.

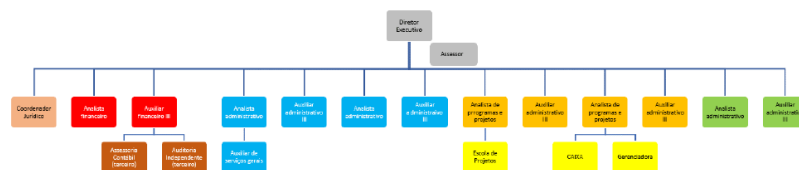
CONTRATO DE GESTÃO IGAM	60,00%
CONTRATO DE GESTÃO ANA	40,00%

PAINEL 12 CENÁRIO 1 - ESTRUTURA ATUAL



6,22	RECURSOS HUMANOS	77,44%	726.382,40
4,22	Administrativo Financeiro	53,03%	497.448,48
0	Estagiário	0,00%	0,00
1	Técnico e planejamento	12,20%	114.456,96
0	Estagiário	0,00%	0,00
1	Secretaria executiva	12,20%	114.456,96
0	Estagiário	0,00%	0,00
B	ASSESSORIAS	8,83%	82.852,84
C	DESPESAS OPERACIONAIS	13,73%	128.800,00
	TOTAL	100,00%	938.015,24

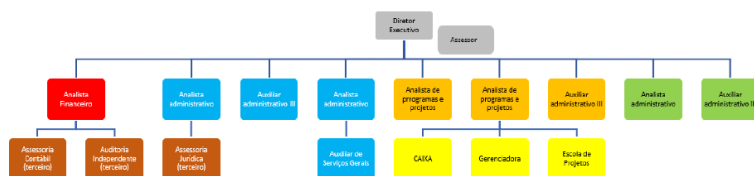
PAINEL 13 CENÁRIO 2 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - COMPLETO



A	15,04	RECURSOS HUMANOS	rateio	155.751,01	1.869.012,12
B	9	ESTAGIÁRIOS	rateio	14.940,00	179.280,00
	0,24	Diretoria	12%	8.795,96	105.551,52
	0,80	Coordenação Geral	40%	25.905,44	310.865,28
	1	Jurídico	100%	15.149,50	181.794,00
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	2	Financeiro	100%	17.150,39	205.804,68
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	5	Administrativo	100%	37.298,53	447.582,36
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	4	Técnico e planejamento	100%	34.300,80	411.609,60
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	2	Secretaria executiva	100%	17.150,39	205.804,68
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
C		ASSESSORIAS	100%	108.000,00	108.000,00
D		DESPESAS OPERACIONAIS	100%	368.000,00	368.000,00
		TOTAL			2.524.292,12

PAINEL 14

## CENÁRIO 3 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA



A	11,04	RECURSOS HUMANOS	rateio	119.163,49	1.429.961,88
B	6	ESTAGIÁRIOS	rateio	9.960,00	119.520,00
	0,24	Diretoria	12%	8.795,96	105.551,52
	0,80	Coordenação Geral	40%	25.905,44	310.865,28
	1	Financeiro	100%	10.004,39	120.052,68
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	4	Administrativo	100%	30.152,52	361.830,24
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	3	Técnico e planejamento	100%	27.154,79	325.857,48
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	2	Secretaria executiva	100%	17.150,39	205.804,68
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
C		ASSESSORIAS	100%	180.000,00	180.000,00
D		DESPESAS OPERACIONAIS	70%	257.600,00	257.600,00
TOTAL					1.987.081,88

PAINEL 15

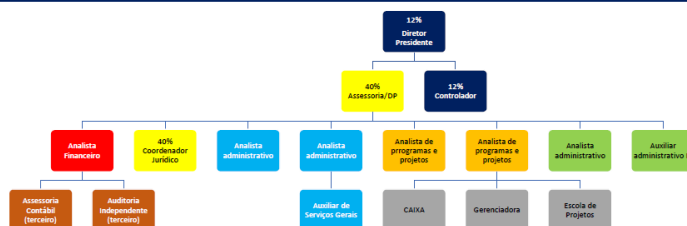
## CENÁRIO 4 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA AJUSTADA



A	9,04	RECURSOS HUMANOS	rateio	104.871,49	1.258.457,88
B	6	ESTAGIÁRIOS	rateio	9.960,00	119.520,00
	0,24	Diretoria	12%	8.795,96	105.551,52
	0,80	Coordenação Geral	40%	25.905,44	310.865,28
	1	Financeiro	100%	10.004,39	120.052,68
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	3	Administrativo	100%	23.006,52	276.078,24
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	2	Técnico e planejamento	100%	20.008,79	240.105,48
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	2	Secretaria executiva	100%	17.150,39	205.804,68
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
C		ASSESSORIAS	100%	180.000,00	180.000,00
D		DESPESAS OPERACIONAIS	70%	257.600,00	257.600,00
TOTAL					1.815.577,88

PAINEL 16

## CENÁRIO 5 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - SEM DIREX

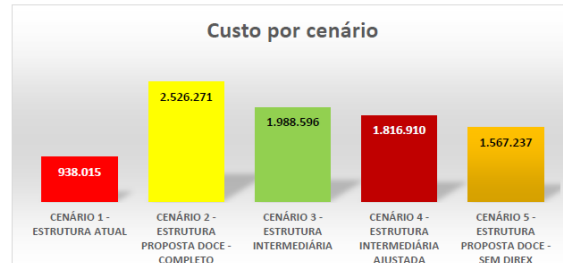


A	9,04	RECURSOS HUMANOS	rateio	95.309,73	1.143.716,76
B	6	ESTAGIÁRIOS	rateio	9.960,00	119.520,00
	0,24	Diretoria	12%	8.795,96	105.551,52
	0,80	Coordenação Geral	40%	16.343,68	196.124,16
	1	Financeiro	100%	10.004,39	120.052,68
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	3	Administrativo	100%	23.006,52	276.078,24
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	2	Técnico e planejamento	100%	20.008,79	240.105,48
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	2	Secretaria executiva	100%	17.150,39	205.804,68
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
C		ASSESSORIAS	40%	120.000,00	120.000,00
D		DESPESAS OPERACIONAIS	40%	184.000,00	184.000,00
TOTAL					1.567.236,76

## PAINEL 17

## COMPARATIVO - CENÁRIOS

CENÁRIO	R\$	EMPREGADOS	AUMENTO
CENÁRIO 1 - ESTRUTURA ATUAL	938.015	6,22	0%
CENÁRIO 2 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - COMPLETO	2.526.271	15,04	169%
CENÁRIO 3 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA	1.988.596	11,04	112%
CENÁRIO 4 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA AJUSTADA	1.816.910	9,04	94%
CENÁRIO 5 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - SEM DIREX	1.567.237	9,04	67%
CENÁRIO MG - ESTRUTURA CONTRATO IGAM - 2022	1.610.761	8,56	14,85%



## PAINEL 18

## PLANILHA DE SIMULAÇÃO

% de aumento do valor da cobrança		Aumento	2022	2023	2024	2025		
Entrada de dados - % acumulado ao ano		0,00%	20,00%	40,00%	67,00%	0,00%		
Entrada de dados		67,00%	10,00%	27,00%	30,00%	0,00%		
Estimativa de cobrança - domínio			2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	
	IPCA		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
União <sup>(1)</sup>	Somente IPCA	4,0%	12.304.986	12.797.185	13.309.073	13.841.436	14.395.093	17%
	Fixo 2021		12.304.986	14.765.983	17.226.980	20.549.327	20.549.327	67%
	Fixo 2021	4,0%	12.304.986	15.356.623	17.916.060	21.371.300	22.226.152	81%
	Não fixo	0,0%	12.304.986	13.535.485	17.190.065	22.347.085	22.347.085	82%
	Não fixo	4,0%	12.304.986	14.076.904	18.592.775	25.137.432	26.142.929	112%
Limite para despesas de implantação e custeio			2021	2022	2023	2024	2025	
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
União		7,5%	922.874	959.789	998.180	1.038.108	1.079.632	
		7,5%	922.874	1.107.449	1.292.024	1.541.199	1.541.199	
		7,5%	922.874	1.151.747	1.343.704	1.602.847	1.666.961	
		7,5%	922.874	1.015.161	1.289.255	1.676.031	1.676.031	
		7,5%	922.874	1.055.768	1.394.458	1.885.307	1.960.720	
			922.874	1.055.768	1.394.458	1.885.307	1.960.720	
			922.874	1.055.768	1.394.458	1.885.307	1.960.720	
Custeio Entidade Delegatária		Estrutura	2021	2022	2023	2024	2025	
ED - custeio 2022	Atual		938.015	975.536	1.014.557	1.055.140	1.097.345	
ED - custeio 2022	Intermediária			1.988.596	2.068.140	2.150.865	2.236.900	
ED - custeio 2022	Ajustada			1.816.910	1.889.587	1.965.170	2.043.777	
ED - custeio 2022	Sem direx			1.567.237	1.629.926	1.695.123	1.762.928	
ED - custeio 2022	Proposta Doce			2.526.271	2.627.322	2.732.415	2.841.711	
			7,5% é maior do que o custeio da entidade delegatária					

7,5% é maior do que o custeio da entidade delegatária

## PAINEL 19

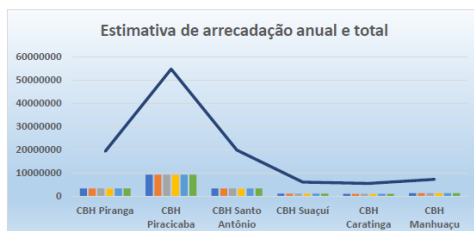
## PLANILHA DE SIMULAÇÃO - fixo 2021 e 67% de aumento escalonado + correção de IPCA

DADOS DE ENTRADA			2022	2023	2024	2025		
Entrada de dados somente nos campos verdes								
1	VALOR DA COBRANÇA 2021	12.304.986						
2	% DO AUMENTO	67%	por ano	20%	20%	27%	0%	
5	% ESTIMADO DO IPCA	4%						
% de aumento do valor da cobrança			Reajuste	2022	2023	2024	2025	
% DO AUMENTO				20%	20%	27%	0%	
% ESTIMADO DO IPCA				4%	4%	4%	4%	
Estimativa de cobrança - UNIÃO			2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
O valor de 2021 está fixo	1		12.304.986	12.304.986	12.304.986	12.304.986	21.371.300	
Reajuste aplicado sobre 2021	3 = (1 x 2)			2.460.997	4.921.994	8.244.341	0	
Valor com reajuste	4 = (1 + 3)	67%	12.304.986	14.765.983	17.226.980	20.549.327	21.371.300	
Cálculo IPCA * sobre o valor com reajuste	6 = (4 x 5)			590.639	689.079	821.973	854.852	
Valor anual da cobrança	7 = (4 + 6)	81%	12.304.986	15.356.623	17.916.060	21.371.300	22.226.152	
Limite para despesas de implantação e custeio			2021	2022	2023	2024	2025	
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
8 = (7 * 7,5%)			7,5%	922.874	1.151.747	1.343.704	1.602.847	1.666.961
				922.874	1.151.747	1.343.704	1.602.847	1.666.961
Custeio Entidade Delegatária			Estrutura	2021	2022	2023	2024	2025
ED crescimento escalonado				938.015	1.128.508	1.371.113	1.567.237	1.665.611
Diferença financeira					23.239	-27.408	35.610	1.350
ED - custeio 2022			Sem direx		1.567.237	1.599.365	1.632.152	1.665.611
						-255.661	-29.305	1.350

2,05% Estimativa de aumento do custeio

**PAINEL 20** **ESTIMATIVA DE ARRECAÇÃO - IGAM - 2020 a 2025**

BACIA	COMITÊ	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL	%
DO1	CBH Piranga	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000	19.200.000	17,11%
DO2	CBH Piracicaba	9.100.000	9.100.000	9.100.000	9.100.000	9.100.000	9.100.000	54.600.000	48,66%
DO3	CBH Santo Antônio	3.300.000	3.300.000	3.300.000	3.300.000	3.300.000	3.300.000	19.800.000	17,65%
DO4	CBH Suaçuí	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	6.000.000	5,35%
DO5	CBH Caratinga	900.000	900.000	900.000	900.000	900.000	900.000	5.400.000	4,81%
DO6	CBH Manhuaçu	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	7.200.000	6,42%
<b>TOTAL</b>		<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>112.200.000</b>	<b>100,00%</b>
<b>92,50% INVESTIMENTO</b>		<b>17.297.500</b>	<b>17.297.500</b>	<b>17.297.500</b>	<b>17.297.500</b>	<b>17.297.500</b>	<b>17.297.500</b>	<b>103.785.000</b>	<b>92,5%</b>
<b>7,50% CUSTEIO</b>		<b>1.402.500</b>	<b>1.402.500</b>	<b>1.402.500</b>	<b>1.402.500</b>	<b>1.402.500</b>	<b>1.402.500</b>	<b>8.415.000</b>	<b>7,5%</b>



O Comitê do Piracicaba arrecada aproximadamente 50% de toda arrecadação estadual da bacia do Doce e que somados com o Comitê Piranga e Santo Antônio arrecadam mais de 80% de toda a porção mineira da bacia. Os comitês Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu arrecadam menos de 17% da arrecadação da bacia, sendo o comitê Caratinga a menor arrecadação dos 06 (seis) comitês mineiros.

**PAINEL 21** **CÁLCULO DO RATEIO DA UNIDADE GOVERNADOR VALADARES/MG**

CONTRATO DE GESTÃO - CG IGAM Nº 01/2020									
BACIA	COMITÊ	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL	%
DO1	CBH Piranga	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000	19.200.000	17,11%
DO2	CBH Piracicaba	9.100.000	9.100.000	9.100.000	9.100.000	9.100.000	9.100.000	54.600.000	48,66%
DO3	CBH Santo Antônio	3.300.000	3.300.000	3.300.000	3.300.000	3.300.000	3.300.000	19.800.000	17,65%
DO4	CBH Suaçuí	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	6.000.000	5,35%
DO5	CBH Caratinga	900.000	900.000	900.000	900.000	900.000	900.000	5.400.000	4,81%
DO6	CBH Manhuaçu	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	7.200.000	6,42%
<b>TOTAL - CG IGAM - DOCE</b>		<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>112.200.000</b>	<b>100,00%</b>

RATEIO ADOPTADO PARA DESPESAS COMUNS ENTRE OS 6 (SEIS) CBH'S ESTADUAIS MINEIROS DA BACIA DO DOCE

CONTRATO DE GESTÃO - CG ANA Nº 34/2020									
BACIA	COMITÊ	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL	%
	CBH Doce Federal	12.144.000	12.304.986	12.797.185	13.309.072	13.841.435	14.395.092	78.791.770	100,00%
<b>TOTAL - CG ANA - DOCE</b>		<b>12.144.000</b>	<b>12.304.986</b>	<b>12.797.185</b>	<b>13.309.072</b>	<b>13.841.435</b>	<b>14.395.092</b>	<b>78.791.770</b>	<b>100,00%</b>

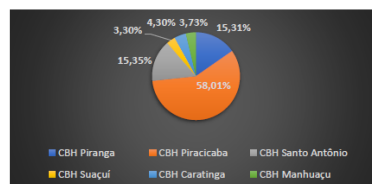
Valor da cobrança reajustado pelo IPCA - adotado 4%

<b>CG IGAM - DOCE</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>18.700.000</b>	<b>112.200.000</b>	<b>58,75%</b>	<b>60,00%</b>
<b>CG ANA - DOCE</b>	<b>12.144.000</b>	<b>12.304.986</b>	<b>12.797.185</b>	<b>13.309.072</b>	<b>13.841.435</b>	<b>14.395.092</b>	<b>78.791.770</b>	<b>41,25%</b>	<b>40,00%</b>
<b>UNIDADE GOV. VALADARES</b>	<b>30.844.000</b>	<b>31.004.986</b>	<b>31.497.185</b>	<b>32.009.072</b>	<b>32.541.435</b>	<b>33.095.092</b>	<b>190.991.770</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

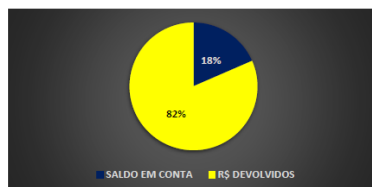
RATEIO ADOPTADO PARA DESPESAS OU PROJETOS COMUNS ENTRE OS 2 (DOIS) CONTRATOS NA BACIA DO DOCE

**PAINEL 22** **SALDO EXISTENTE NA CONTA DOS MG/ANA E RECURSOS DEVOLVIDOS ANA E INADIMPLÊNCIA**

BACIA	CBH MG	SALDO EM CONTA	%
DO1	CBH Piranga	R\$ 16.205.249	15,31%
DO2	CBH Piracicaba	R\$ 61.393.876	58,01%
DO3	CBH Santo Antônio	R\$ 16.246.715	15,35%
DO4	CBH Suaçuí	R\$ 3.490.006	3,30%
DO5	CBH Caratinga	R\$ 4.549.847	4,30%
DO6	CBH Manhuaçu	R\$ 3.950.888	3,73%
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 105.836.580</b>	<b>100,00%</b>



BACIA	CBH DOCE	SALDO EM CONTA	%
	INVESTIMENTOS	R\$ 10.971.003	92,80%
	CUSTEIO	R\$ 851.710	7,20%
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 11.822.712</b>	<b>100,00%</b>



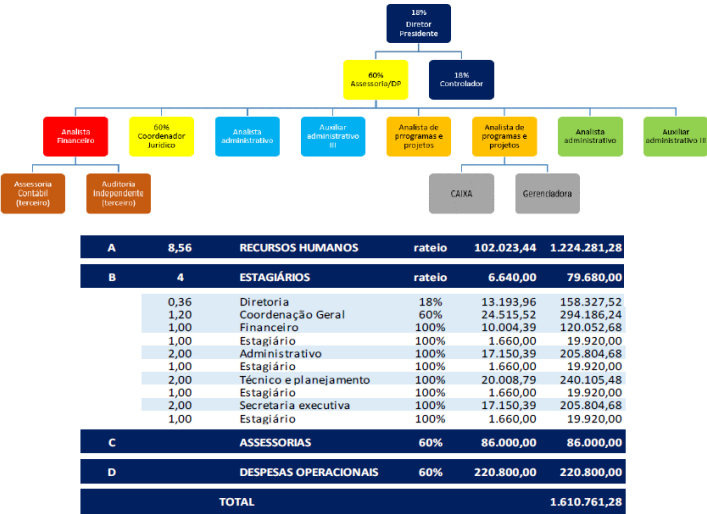
BACIA	CBH DOCE	R\$ DEVOLVIDOS	%
IBIO	CBH Doce Federal	R\$ 39.776.156	76,27%
2019	CBH Doce Federal	R\$ 12.375.424	23,73%
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 52.151.580</b>	<b>100,00%</b>

DEVOLVIDOS A UNIÃO

INADIMPLÊNCIA - Período 11/2011 a 12/2020			
BACIA	CBH DOCE FEDERAL	R\$ DEVOLVIDOS	%
	Cobrado	R\$ 101.448.472	
	Arrecadado	R\$ 89.073.579	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 12.374.893</b>	<b>12,20%</b>

Os boletos referentes à cobrança de 2011 foram encaminhados somente em 2012.

PAINEL 23 CENÁRIO MG - ESTRUTURA CONTRATO IGAM - 2022

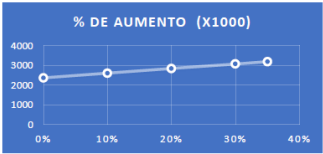


PAINEL 24 CUSTEIO INTEGRADO - ESTIMATIVA DE AUMENTO PARA COBRIR O CUSTEIO - 2022

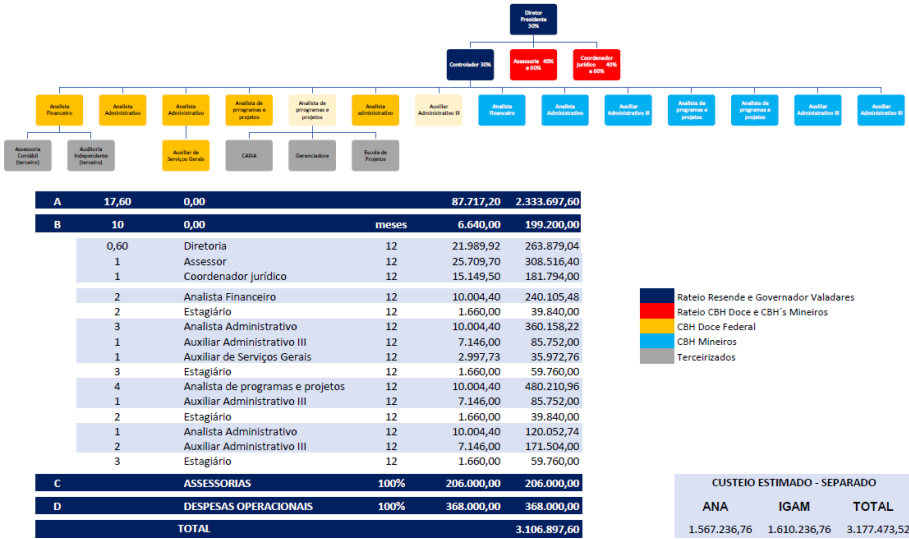
CONTRATO DE GESTÃO - CG IGAM Nº 01/2020									
BACIA	COMITÊ	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL	%
	CBH Mineiros	18.700.000	18.700.000	18.700.000	18.700.000	18.700.000	18.700.000	112.200.000	58,75%
CONTRATO DE GESTÃO - CG ANA Nº 34/2020									
BACIA	COMITÊ	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL	%
	CBH Doce Federal	12.144.000	12.304.986	12.797.185	13.309.072	13.841.435	14.395.092	78.791.770	41,25%
TOTAL - CG's		30.844.000	31.004.986	31.497.185	32.009.072	32.541.435	33.095.092	190.991.770	41,28%

Valor de cobrança reajustado pelo IPCA - adotado 4%

CUSTEIO - 7,5% - 2022				TOTAL COBRANÇA 92,5% - 2022				% aumento	
7,50%	IGAM	ANA	TOTAL	IGAM	ANA	TOTAL			
7,50%	1.402.500	959.789	2.362.289	18.700.000	12.797.185	31.497.185			Custeio estimado
7,50%	1.542.750	1.055.768	2.598.518	20.570.000	14.076.904	34.646.904	10%		3.106.897,60
7,50%	1.683.000	1.151.747	2.834.747	22.440.000	15.356.622	37.796.622	20%		
7,50%	1.823.250	1.247.726	3.070.976	24.310.000	16.636.341	40.946.341	30%		
7,50%	1.893.375	1.295.715	3.189.090	25.245.000	17.276.200	42.521.200	35%		Custeio ANA - MÍNIMO
7,50%	1.963.500	1.343.704	3.307.204	26.180.000	17.916.059	44.096.059	40%		1.324.631,96



PAINEL 25 CENÁRIO - ESTRUTURA CONJUNTA DOCE FEDERAL E IGAM - SEM DIREX - COM BLINDAGEM





## ANEXO XI – RELATÓRIO DE ATIVIDADES GTCOB



### RELATÓRIO DE ATIVIDADES

#### GRUPO DE TRABALHO DE COBRANÇA – GTCOB

##### I. INSTITUIÇÃO E OBJETIVO

O Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB) foi instituído no âmbito da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), por meio da [Deliberação Normativa nº 92/2021](#), com o seguinte objetivo:

*analisar, avaliar e sugerir adequações à proposta apresentada pela entidade delegatária para revisão dos mecanismos e valores de cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em atendimento aos prazos estabelecidos e em consonância com os normativos vigentes (Art. 2º, Deliberação Normativa 92/2021).*

##### II. COMPOSIÇÃO

Considerando a formação definida por meio da deliberação, o Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB) foi composto pelos representantes abaixo especificados, conforme indicação realizada durante reunião da CTIL, realizada no dia 09 de fevereiro de 2021, referendada durante a 47ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, no dia 04 de março de 2021.

COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE COBRANÇA (GTCOB) <sup>1</sup>	
<b>PODER PÚBLICO</b>	
Maria de Lourdes Amaral Nascimento	IGAM
Paloma Galdino da Silva	Prefeitura de Cuparaque/MG
<b>USUÁRIOS</b>	
Luiz Claudio de Castro Figueiredo	VALE S.A
Rone Frank Silva	FIEMG
<b>SOCIEDADE CIVIL</b>	
Ariane Kelly Roncal Silva	ABES
Ronevon Huebra da Silva	SINDÁGUA/MG
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	
José Carlos Loss Júnior	Vice-presidente – Poder Público/ES
Márcio Caliarí	Secretário – Usuários/ES
Humberto Savelli Batista Gomes	2º Secretário – Sociedade Civil/MG

##### III. EMBASAMENTO LEGAL:

- a) [Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 192/2017](#)
- b) [Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018;](#)
- c) [Nota Técnica ANA nº 12/2018/CSCOB/SAS](#)
- d) [Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 203/2018;](#)
- e) [Deliberação Normativa CBH-Doce nº 83/2020;](#)
- f) [Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 212/2020](#)
- g) [Contato de Gestão nº 034/ANA/2020;](#)
- h) [Deliberação Normativa CBH-Doce nº 90/2020](#)



#### IV. 1ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE COBRANÇA

A reunião foi realizada, de forma telepresencial, por meio da plataforma GOOGLE MEET, no dia 25 de fevereiro de 2021, com os seguintes itens em pauta:

1. *Abertura;*
2. *Instalação, designação da coordenação e relator e Planejamento de Atividades;*
3. *Discussão sobre os mecanismos e valores de Cobrança instituídos no Doce;*
4. *Início da discussão de proposta para atualização da Cobrança;*
5. *Assuntos Gerais;*
6. *Encerramento.*

Compareceram à reunião os seguintes membros do GTCOB: Maria de Lourdes Amaral Nascimento (Poder Público), Paloma Galdino Silva (Poder Público), Rone Frank (Usuários), Luiz Cláudio Figueiredo (Usuários), Ariane Kelly Roncal Silva (Sociedade Civil), José Carlos Loss Júnior (Diretoria Executiva), Márcio Calari (Diretoria Executiva) e Humberto Savelli (Diretoria Executiva).

Ademais, participaram da reunião o presidente do CBH-Doce, Flaminio Guerra; o presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), Edson Valgas; o diretor-presidente da AGEVAP, André Marques; e a analista administrativa da AGEVAP, Juliana Vilela Pinto.

##### a) SÍNTESE DAS DISCUSSÕES DA REUNIÃO:

O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, do segmento usuários, foi eleito o coordenador, e a Sra. Paloma Galdino Silva, representante do poder público, designada relatora do GTCOB.

Foi apresentado o planejamento das atividades, cuja previsão era a realização de 02 (duas) reuniões exclusivas do GT, nos dias 25/02 e 17/03, e, por fim, uma da CTIL para avaliação da proposta e emissão de parecer para subsídio à plenária. Houve o entendimento de que ao final da reunião será avaliada a necessidade, ou não, de realizar mais reuniões do GTCOB, conforme andamento dos trabalhos.

Na sequência, o diretor-presidente da AGEVAP fez uma apresentação sintética sobre a situação atual da cobrança na Bacia do Rio Doce, com ênfase nos seguintes aspectos:

- informações básicas sobre cobrança na bacia do rio Doce, com dados de referência de 2018, conforme dados da ANA;
- informações básicas sobre cobrança de acordo com a finalidade;
- informações básicas sobre cobrança por estado e por finalidade;
- os 10 maiores usuários;
- evolução da arrecadação e desembolso de 2012 a 2020;
- evolução dos valores de cobrança na bacia do rio doce de 2011 a 2021;
- exemplos da metodologia atual dos mecanismos de cobrança.

**b) ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO:**

1. Definição consensual entre os membros do GTCOB de recomendar à plenária que não deverá ser trabalhada, por ora, a metodologia de cobrança, apenas o reajuste do PPU, considerando que houve revisão dos mecanismos em 2018, aliada à complexidade da questão e ao tempo disponível para atendimento à Resolução nº 212/2020 e encaminhamento da proposta final ao CNRH.
2. Entendimento de que o valor do reajuste deve se dar sobre o valor de PPU atualmente definido pelo comitê, a fim de não haver sobreposição de valores, considerando que ocorre anualmente a atualização dos valores do PPU pelo IPCA, conforme determinado pelo CNRH.
3. Atenção à recomendação contida na Resolução CNRH nº 212/2020, que delega as competências de entidade delegatária à AGEVAP, a qual é condicionada explicitamente à garantia da sustentabilidade da entidade, que deverá ser promovida por meio dos valores da cobrança pelo uso da água em âmbito federal;
4. A AGEVAP deverá apresentar na próxima reunião do GT, agendada para o dia 17/03, os cenários de estruturação da entidade, explicitando o valor necessário para a manutenção, bem como a capacidade operacional, vinculada ao número e à complexidade de programas e projetos do PAP que cada estrutura proposta conseguirá executar.
5. Na construção da proposta deverão ser considerados os aprimoramentos permitidos na Resolução ANA nº 29/2020, por meio da qual ações relevantes passaram a ser enquadradas na modalidade investimento (92,5%), permitindo desonerar a parte dos recursos da cobrança destinada ao custeio (7,5%).
6. Entendimento do conceito de “blindagem” determinado pela ANA no que se refere ao Contrato de Gestão. Apesar da existência de uma agência única para toda a Bacia do Rio Doce, a entidade delegatária precisa ser sustentável com os recursos de custeio da cobrança federal. Com isso, caso haja extinção do contrato estadual, celebrado com o IGAM, ou atrasos no repasse dos recursos por parte do governo mineiro, os trabalhos em âmbito federal não serão afetados, pois a entidade tem capacidade de “rodar” isoladamente, sem dependência financeira da cobrança estadual.
7. Importante considerar os valores devolvidos à União, que englobam o saldo remanescente do IBIO e os restos a pagar existentes na ANA referentes à arrecadação do exercício de 2019 que, até o momento, não foram repassados à AGEVAP, mas que constam como recursos financeiro indispensáveis à execução do Plano de Aplicação para 2021 a 2025.



Registro Fotográfico da 1ª Reunião do GTCOB – 25-02-2021



## **V. 2ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE COBRANÇA**

A reunião foi realizada, de forma telepresencial, por meio da plataforma GOOGLE MEET, no dia 17 de março de 2021, com os seguintes itens em pauta:

1. *Abertura;*
2. *Resgate das discussões da 1ª Reunião do GTCOB, realizada em 25/02/2021;*
3. *Apresentação das propostas de formatação da Agência;*
4. *Discussão sobre a atualização dos valores de cobrança instituídos no Doce;*
5. *Consolidação da proposta para atualização da cobrança para encaminhamento à CTIL;*
6. *Assuntos Gerais;*
7. *Encerramento.*

Compareceram à reunião os seguintes membros do GTCOB: Maria de Lourdes Amaral Nascimento (Poder Público), Paloma Galdino Silva (Poder Público), Rone Frank (Usuários), Luiz Cláudio Figueiredo (Usuários), Ariane Kelly Roncal Silva (Sociedade Civil), Ronevon Huebra (Sociedade Civil), José Carlos Loss Júnior (Diretoria Executiva), Márcio Caliar (Diretoria Executiva) e Humberto Savelli (Diretoria Executiva).

Ademais, participaram da reunião o diretor-presidente da AGEVAP, André Marques, e a analista administrativa da AGEVAP, Juliana Vilela Pinto.

### **A. SÍNTESE DAS DISCUSSÕES DA REUNIÃO:**

Inicialmente foi feito um breve relato das discussões e encaminhamentos da reunião anterior, realizada no dia 25 de fevereiro de 2021. Na sequência, o diretor-presidente da AGEVAP, André Marques, iniciou a apresentação dos painéis, sendo:

- Organograma AGEVAP e rateio para 2021 e sugestão para 2022;
- Cenário 1 - Estrutura Atual
- Cenário 2 - Estrutura Proposta ao CNRH – Completa;
- Cenário 3 - Estrutura Intermediária;
- Cenário 4 - Estrutura Intermediária Ajustada;
- Cenário 5 - Estrutura Proposta Doce - Sem Diretor Executivo;
- Comparativo – Cenários;
- Planilha de Simulação;

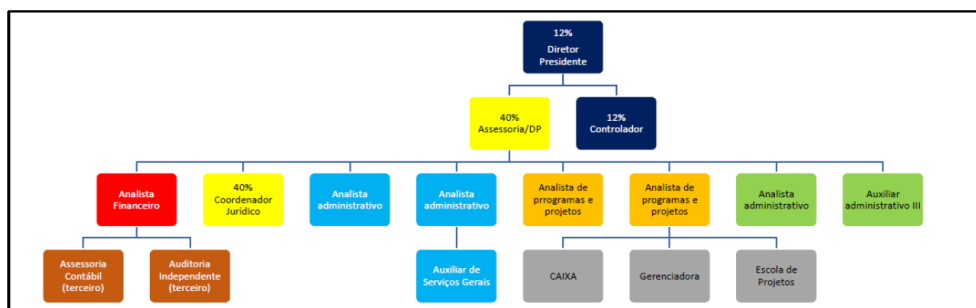
Após a apresentação e o comparativo dos cenários propostos, o diretor-presidente da AGEVAP indicou aos participantes que, atendendo ao CENÁRIO 05 apresentado, no seu entendimento, o reajuste de 67% (sessenta e sete por cento) corresponde ao percentual mínimo necessário para garantir a sustentabilidade da entidade delegatária.

Explicou que o reajuste de 67% (CENÁRIO 05) permite um incremento de funcionários na estrutura atual, com a contratação de 02 (dois) novos colaboradores com recurso de origem federal, sendo 01 (um) analista de programas e projetos e 01 (um) auxiliar administrativo III. Além



disso, viabiliza o custeio dos 04 (quatro) funcionários cuja remuneração é rateada, sendo 01 (um) diretor-presidente, 01 (um) controlador e 01 (um) coordenador jurídico e 01 (um) assessor técnico, conforme demonstrado no organograma abaixo.

- O RATEIO referente à remuneração dos cargos de *coordenador jurídico* e *assessor técnico* ocorre entre os recursos ANA (Contrato de Gestão nº 034/2020) e IGAM (Contrato de Gestão nº 001/2020), ou seja, restrito ao Doce. Nesse caso há a divisão de 60% (sessenta por cento) para os recursos estaduais e 40% (quarenta por cento) para os federais, de forma proporcional à arrecadação.
- O RATEIO referente à remuneração dos cargos de *diretor-presidente* e *controlador* abrange também a AGEVAP matriz (Resende/RJ), responsável pelo pagamento de 70% (setenta por cento). Os demais 30% (trinta por cento) são partilhados entre os contratos ANA e IGAM no âmbito do Doce, na proporção de 12% (doze por cento) em nível federal e 18% (dezoito por cento) na esfera estadual, conforme arrecadação.



Finalizou, considerando que o PAP-Doce para o período entre 2021 e 2025 foi elaborado com ênfase em macroações, permitindo a otimização do trabalho da entidade delegatária, sendo possível que a AGEVAP seja sustentável mesmo com uma estrutura mais enxuta.

## B. ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO:

1. Ratificado o entendimento de que o reajuste se dará sobre o valor do PPU atualmente praticado na bacia, sem sobreposições, considerando que ocorrerão atualizações anuais dos valores do PPU pelo IPCA, conforme estabelecido pelo CNRH.
2. Sugestão de que o reajuste do PPU a ser definido seja feito de forma escalonada, sendo que o incremento da estrutura da entidade ocorrerá de forma gradual, conforme avança o PPU. Considerando como reajuste o percentual de 67%, seriam então: 20% de reajuste em 2022; 20% em 2023; e 27% em 2024.
3. Os representantes do segmento usuários manifestaram preocupação quanto à diversidade de setores do segmento, que reflete diretamente na capacidade de pagamento de cada um deles. Além disso, foi relatada dificuldade de convencimento interno para um reajuste tão expressivo, sobretudo considerando os sucessivos problemas enfrentados pela entidade





anterior, que resultaram em baixa implementação dos programas do PAP e represamento dos valores em conta, gerando um cenário de inseguranças e incertezas.

4. Foi proposta a realização de uma terceira reunião do GTCOB, acrescentando um encontro ao cronograma originalmente proposto. A demanda foi levantada pelo segmento usuários, que manifestou a necessidade de uma articulação e afinamento paralelo junto aos demais representantes do setor, que precisam compreender os cenários apresentados para evitar, sobretudo, conflitos e votação discrepante dentro do mesmo segmento. Ou seja, a ideia é trabalhar em busca de consenso quanto à matéria. A proposta foi acatada pelo demais membros do GT, sendo a 3ª reunião do GTCOB marcada para o dia 01/04/2020, às 13h30.
5. Ficou proposto que a aplicação do reajuste escalonado seja vinculada ao alcance de resultados pela entidade delegatária, conforme métrica a ser estabelecida, que não deve ser atrelada unicamente ao desembolso na aplicação dos recursos da cobrança, considerando ainda a necessidade de uma avaliação qualitativa do trabalho.
6. Foi definido que a AGEVAP encaminhará a todos os membros do GT uma planilha de simulação dos valores do PPU e seus efeitos no valor dos 7,5% disponíveis para a estruturação da Agência.

## **VI. 3ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE COBRANÇA**

A reunião foi realizada, de forma telepresencial, por meio da plataforma GOOGLE MEET, no dia 01 de abril de 2021, com os seguintes itens em pauta:

1. *Abertura;*
2. *Resgate das discussões da 1ª e 2ª Reunião do GTCOB, realizada em 25/02/2021;*
3. *Consolidação da proposta para atualização da Cobrança para encaminhamento à CTIL;*
4. *Assuntos Gerais;*
5. *Encerramento.*

Compareceram à reunião os seguintes membros do GTCOB: Paloma Galdino Silva (Poder Público), Rone Frank (Usuários), Luiz Cláudio Figueiredo (Usuários), Ariane Kelly Roncal Silva (Sociedade Civil), José Carlos Loss Júnior (Diretoria Executiva), Márcio Caliarí (Diretoria Executiva) e Humberto Savelli (Diretoria Executiva).

Ademais, participaram da reunião o diretor-presidente da AGEVAP, André Marques e a analista administrativa da AGEVAP, Juliana Vilela Pinto.

### **A. SÍNTESE DAS DISCUSSÕES DA REUNIÃO:**

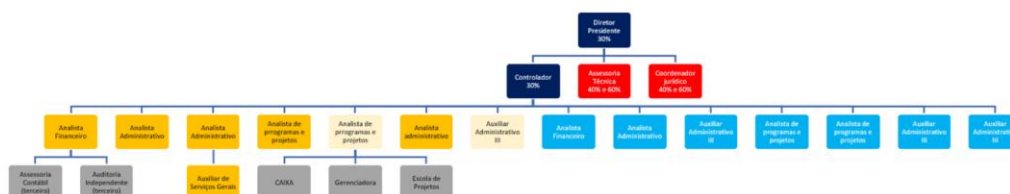
Iniciando os trabalhos, o coordenador do GTCOB, Luiz Cláudio Figueiredo, fez um breve resgate das reuniões anteriores, com a síntese dos encaminhamentos definidos pelo grupo.



Em seguida, destacou que os representantes do segmento usuários, considerando o propósito de integração da gestão das águas praticada na bacia, solicitaram à AGEVAP a apresentação de um novo painel com a estrutura completa da entidade, ou seja, abrangendo os recursos da cobrança estadual e da federal, a fim de identificar sinergias capazes de minimizar o reajuste a ser proposto.

A partir da demanda, o Sr. André Marques, diretor-presidente da AGEVAP, incorporou à apresentação original 02 (dois) novos painéis, sendo:

- custeio integrado - estimativa de aumento para cobrir o custeio;
- estrutura conjunta Doce – recursos ANA e IGAM, conforme organograma abaixo.



Ressalta-se que a apresentação em questão, com custeio integrado, partiu do princípio de que o PPU adotado na cobrança estadual (Minas Gerais) também passará por reajuste proporcional ao que ocorrerá em nível federal, mesmo considerando que o tema ainda não foi levado para discussão nos comitês de rios estaduais.

Apesar de haver um entendimento no GTCOB quanto à importância do valor de reajuste proposto de 67% (considerando o Cenário 05) sobretudo devido à questão da sustentabilidade, os representantes dos usuários informaram que o assunto está sendo exaustivamente debatido entre os setores do segmento e que ainda há muita resistência, conforme externado pelo Sr. Márcio Caliar, representante do segmento e da Diretoria executiva do CBH-Doce.

#### B. ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO:

1. Houve o entendimento de que o valor do PPU atualmente cobrado é insuficiente para garantir a sustentabilidade da Agência, pois, no que se refere ao quadro funcional, custeia apenas os 06 (seis) colaboradores, sendo escasso até mesmo para cobrir os gastos com os funcionários que são rateados.
2. Verificou-se que a proposta de estruturação da Agência com custeio integrado (utilizando recursos da cobrança estadual e da federal) prevê um reajuste do PPU entre 35% e 40% em ambos os domínios, proporcionando um funcionamento adequado da Agência como um todo, no entanto, não há garantia desse aumento na esfera estadual.





3. Foi ratificada pelo diretor-presidente da AGEVAP a indicação de que 67% de reajuste no PPU, considerando o Cenário 05 apresentado, corresponde ao percentual mínimo necessário para a sustentabilidade da entidade com recursos federais.
4. Foi reiterada a necessidade de que o aumento do PPU seja implementado de forma gradual.
5. Como forma de possibilitar a estruturação da Agência dita "integrada" acima apresentada, foi proposto pelos representantes dos usuários que seja definido um primeiro reajuste anual do PPU, sendo discutida uma nova revisão antes do segundo reajuste, considerando a possibilidade de reajuste do PPU estadual (Minas Gerais) nesse intervalo de um ano.
6. A Deliberação Normativa referente à atualização dos valores do PPU deverá conter as metas a serem atendidas pela entidade delegatária para que seja viabilizado o aumento gradual do PPU, a serem discutidas na CTIL. Foi sugerido que essas metas sejam vinculadas ao Contrato de Gestão nº 034/2020, especialmente no que se refere ao INDICADOR 3.



Registro Fotográfico da 3ª Reunião do GTCOB – 01-04-2021

## VII. CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GT

Após a realização de 03 (três) reuniões telepresenciais com debates democráticos e participação ativa dos componentes do grupo de trabalho, o GTCOB, de forma sintética, apresenta à Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) a seguinte proposta para o reajuste dos valores atualmente praticados, considerando a estrutura de agência proposta no Cenário 05:

**Reajuste total de 67% sobre o valor de PPU atualmente cobrado, sendo que esse percentual, a ser aplicado sobre o valor original (fixo), será atingido de forma escalonada, em três etapas, com aumento de 20% para os dois primeiros anos (2022 e 2023) e 27% no último ano (2024), aplicados sobre o valor inicial sem a atualização do IPCA, sendo definido que haverá nova revisão dos valores entre os dois primeiros reajustes, considerando a possibilidade de aprovação nesse tempo de um aumento proporcional do PPU estadual.**



Alternativamente, foi proposto pelos representantes do setor usuário um reajuste inicial do PPU atualmente cobrado para 2022 de 20%, a ser aplicado sobre o valor original (fixo), sendo discutida em 2022 nova revisão para definição dos reajustes subsequentes (2023 e 2024), considerando a possibilidade de aprovação nesse tempo de um aumento proporcional do PPU estadual, o que possibilitaria um aumento total entre 35% e 40% para a estruturação de uma Agência integrada, que teria a mesma estrutura que subsidiou a proposta do Cenário 05.

O aumento do PPU em questão, considerado o devido escalonamento, está condicionado ao desempenho da entidade delegatária, o qual será mensurado pelo devido cumprimento das metas a serem definidas em Deliberação Normativa.

Houve a recomendação de que seja abordado na Deliberação Normativa a questão dos recursos da cobrança federal devolvidos à União, que englobam o saldo remanescente do IBIO e os restos a pagar existentes na ANA referentes à arrecadação do exercício de 2019 que, até o momento, não foram repassados à AGEVAP, mas que constam como recursos financeiro indispensáveis à execução do Plano de Aplicação para 2021 a 2025.

O GTCOB também recomenda à CTIL que a revisão, neste momento, seja restrita aos valores de PPU cobrados, mantidos inalterados os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, definidos conforme Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018.

Apresentamos anexo a este documento estudo elaborado pela AGEVAP, entidade delegatária às funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, que subsidiou as discussões realizadas no âmbito deste GT.

Governador Valadares/MG, 05 de abril de 2021

**PALOMA GALDINO SILVA**  
Relatora do GTCOB/CBH-Doce

**LUIZ CLÁUDIO CASTRO FIGUEIREDO**  
Coordenador do GTCOB/CBH-Doce

## ANEXO XII – PROPOSTA APRESENTADA PELA FIEMG



Belo Horizonte, 09 de abril de 2021.  
Ofício FIEMG nº 07/2021.

Assunto: Proposta de correção dos valores de PPU's, para a viabilidade financeira da Entidade Delegatária das funções de agência de água na Bacia do Rio Doce.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL/CBH Doce

Nossos cumprimentos, viemos através desse ofício, após reunião e consenso dos usuários, apresentar proposta para correções de valores de Preço Público Unitário – PPU, aplicados na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, visando à viabilidade financeira, técnica, bem como a devida aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água.

A proposta em anexo, foi elaborada considerando as seguintes premissas:

- Cumprimento do Plano de Aplicação Plurianual - PAP 2021-2025, aprovado pelo o CBH Doce;
- Otimização na utilização dos recursos arrecadados na bacia;
- Retorno dos valores arrecadados com a cobrança e que atualmente ainda não foram repassados para agência delegatária (AGEVAP);
- Atuação do CBH Doce e Agência Nacional de Águas - ANA para o recebimento dos valores atualmente inadimplentes;

Considerando que a proposta apresentada, permite um adequado funcionamento da entidade delegatária e garante os recursos necessários do PAP 2021 -2025, já aprovado pelo comitê de bacia, solicitamos que a proposta seja apresentada pelos usuários na reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL/CBH Doce, no dia 12 de abril de 2021.

De certo da solicitação, segue a relação dos usuários da bacia do doce, aqui representados:

COPASA - Albino Júnior Batista Campos

COPASA - Naiara Jácome Miranda

SAAE de Governador Valadares – MG Rafaela Frossard Vilela

SUZANO - Márcio Caliri

[WWW.FIEMG.COM.BR](http://WWW.FIEMG.COM.BR)



@fiemg



@fiemgoficial



/company/fiemg



@fiemgoficial



/FIEMGoficial

CENIBRA - Edson Valgas de Paiva

USIMINAS - Francyne Rodrigues Garção

VALE S/A - Luiz Cláudio Castro Figueiredo

SAMARCO MINERAÇÃO S/A - Roseli Aparecida Ferreira

Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. - Thaisa Oliveira Xavier

Instituto Brasileiro de Mineração - Henrique Lobo Gonçalves

Certo de poder contar com sua atenção agradeço, me colocando à disposição para contribuir.

Atenciosamente,



Rone Frank Silva

Representante Titular da Federação das Indústrias de Minas Gerais

Ilmo. Sr. Edson Valgas de Paiva

Avenida Afonso Pena, 2590 - Centro de Governador Valadares.

E-mail: [cbhbaciadoriodoce@gmail.com](mailto:cbhbaciadoriodoce@gmail.com)

**WWW.FIEMG.COM.BR**



@fiemg



@fiemgoficial



/company/fiemg



@fiemgoficial



/FIEMGoficial



## ANEXO

### CUMPRIR O PAP APROVADO!!

**DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 90/2020**  
*Institui o PAP (2021 a 2025)*

#### 2. PREMISSAS

...compatibilizadas com os recursos oriundos da cobrança e permitir o alcance de resultados efetivos para a gestão...

...dimensionado tendo em vista a capacidade operacional e montante disponível de custeio administrativo calculado com base nos valores arrecadados com a cobrança.

#### 4. RECURSOS

- Saldo remanescente do PAP 2016-2020;
- Previsão dos recursos a serem arrecadados;
- Rendimentos financeiros dos valores;

#### RECURSOS:

- R\$ 40 MM - caixa IBIO retido pela União
- R\$ 12 MM - Referente não repassados pela ANA ao IBIO em 2019.
- R\$ 11,4 MM - Inadimplência

#### CONTRATO DE GESTÃO ANA

Obrigação da contratante (ANA):  
"transferir mensalmente a contratada todos os recursos efetivamente arrecadados..."

Deliberação Normativa CBH Doce 69/2018  
Gestão = zero, se houver descumprimento pela ANA do contrato de gestão....

$$\text{Valor total} = (\text{Valor}_{\text{cop}} + \text{Valor}_{\text{financ}} + \text{Valor}_{\text{recup}} + \text{Valor}_{\text{cria}}) \times K_{\text{gestão}}$$

PAP - Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce 2021 a 2025

RECEITA DA COBRANÇA	TOTAL	2021	2022	2023	2024	2025
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
RECEITA - SALDO REMANESCENTE + RENDIMENTOS FINANCEIROS + RECURSOS A ARRECADAR	144.649.021	80.177.676	13.274.251	13.821.890	16.391.434	16.963.700

### ESTRUTURAÇÃO DA AGÊNCIA

ESTRUTURA ATUAL			PROPOSTA GT			PROPOSTA USUÁRIOS BASE PAP		
Função	Qtd	Custo anual	Função	Qtd	Custo anual	Função	Qtd	Custo anual
DIRETOR PRESIDENTE	0,2	119.655	DIRETOR PRESIDENTE	0,1	59.529	DIRETOR PRESIDENTE	0,2	119.655
ANALISTA FINANCEIRO	1,0	114.335	COORDENADOR JURÍDICO	0,4	123.406	ANALISTA FINANCEIRO	1,0	120.052
ANALISTA ADMINISTRATIVO	1,0	114.335	ANALISTA FINANCEIRO	1,0	120.052	COORDENADOR JURÍDICO	0,4	123.406
ANALISTA ADMINISTRATIVO	1,0	114.335	ESTAGIÁRIO	1,0	19.920	ANALISTA ADMINISTRATIVO	1,0	120.052
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	1,0	34.259	ANALISTA ADMINISTRATIVO	1,0	120.052	ANALISTA ADMINISTRATIVO	1,0	120.052
ANALISTA DE PROGRAMAS E PROJETOS	1,0	114.335	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	1,0	35.792	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	1,0	34.259
ASSESSORIA CONTÁBIL		54.000	ESTAGIÁRIO	1,0	19.920	ANALISTA DE PROGRAMAS E PROJETOS	1,0	120.052
ASSESSORIA INDEPENDENTE		10.000	ANALISTA DE PROGRAMAS E PROJETOS	1,0	120.052	ASSESSORIA CONTÁBIL		54.000
ASSESSORIA JURÍDICA		18.850	ESTAGIÁRIO	1,0	19.920	ASSESSORIA INDEPENDENTE		10.000
DESPESAS OPERACIONAIS		128.800	ANALISTA DE PROGRAMAS E PROJETOS	1,0	120.052	ASSESSORIA JURÍDICA		18.850
TOTAL	6,2	937.241	ESTAGIÁRIO	1,0	19.920	DESPESAS OPERACIONAIS		150.900
			ANALISTA ADMINISTRATIVO	1,0	120.052	ANALISTA DE PROGRAMAS E PROJETOS	1,0	120.052
			AUXILIAR ADM	1,0	85.752	ESTAGIÁRIO	1,0	19.920
			ESTAGIÁRIO	1,0	19.920	ESTAGIÁRIO	1,0	19.920
			ESTAGIÁRIO	1,0	19.920	ESTAGIÁRIO	1,0	19.920
			ASSESSORIA CONTÁBIL		72.000	ESTAGIÁRIO	1,0	19.920
			ASSESSORIA INDEPENDENTE		48.000	ESTAGIÁRIO	1,0	19.920
			DESPESAS OPERACIONAIS		181.000	TOTAL	13,7	1.327.984
			TOTAL	15,0	1.987.040			

**AUMENTO DE PESSOAS:**  
Escola de projetos: 04 profissionais de curso superior.  
CLT R\$ 9.800/mês.

**AUMENTO:**  
Escola de projetos: 08 Analistas programas e projetos:  
CLT R\$ 4.900/mês.  
21,7 PESSOAS ENVOLVIDAS

WWW.FIEMG.COM.BR



@fiemg



@fiemgoficial



/company/fiemg



@fiemgoficial



/FIEMGoficial

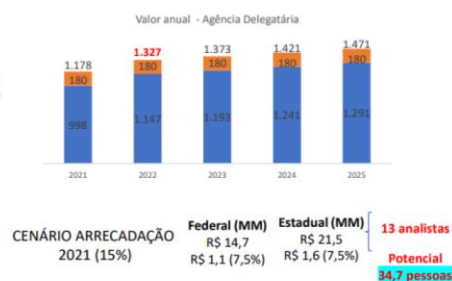
VOLTAR ↑

ANEXO

SUSTENTABILIDADE DA AGÊNCIA x PAP

PAP ELABORADO E APROVADO NO CBH – DEZ/2020

RECEITA DA COBRANÇA				TOTAL	2021	2022	2023	2024	2025
				R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
RECETA: SALDO REMANESCENTE + RENDIMENTOS FINANCEIROS + RECURSOS A ARRECADAR				144.648.011	80.177.676	15.274.251	15.822.890	28.391.434	16.983.700
FINALIDADE	PROGRAMA	AÇÃO	SUBAÇÃO	TOTAL	2021	2022	2023	2024	2025
				R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1	GESTÃO DE RECURSOS HÍBRIDOS			58.805.000	6.105.000	4.375.000	40.625.000	3.800.000	3.900.000
2	AGÊNCIA SETORIAL			72.000.000	32.740.000	21.600.000	5.910.000	6.190.000	5.500.000
3	APOIO AO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA			6.750.000	1.020.000	1.400.000	1.430.000	1.430.000	1.470.000
4	MANUTENÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA E DA ENTIDADE DELEGATÁRIA			7.694.011	1.315.200	1.346.723	1.406.592	1.454.616	1.514.880
TOTAL GERAL				144.648.011	41.180.200	28.781.723	48.365.592	12.879.616	12.444.880





**CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL**

**CONVOCATÓRIA**

Prezados (as) Senhores (as) Membros,

O presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce convoca V.S.<sup>a</sup> para a 2ª Reunião Extraordinária do 8º mandato desta Câmara a realizar-se:

**DATA:** 12 de abril de 2021- segunda-feira.

**HORÁRIO:** 14h00 às 16h00

**LOCAL:** Videoconferência – GOOGLE MEET

**LINK:** <https://meet.google.com/hid-nhqx-ogw>

**PAUTA:**

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Apresentação do relatório das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB);
3. Consolidação da proposta para atualização da Cobrança para encaminhamento à plenária do CBH-Doce;
4. Assuntos Gerais;
5. Encerramento.

Atenciosamente,

**EDSON VALGAS DE PAIVA**  
Presidente da CTIL do CBH-Doce





# ESTUDO DA COBRANÇA

## REUNIÃO - CTIL

GOVERNADOR VALADARES, 12 DE ABRIL DE 2021



### SUMÁRIO EXECUTIVO - CTIL



CETIL - GTCOB - ESTUDO SOBRE A COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE	
PAINEL 1	REUNIÕES REALIZADAS PELO GTCOB
PAINEL 2	DEFINIÇÕES GTCOB E ESTUDO DE CENÁRIOS
PAINEL 3	ESTRUTURA PROPOSTA - GTCOB
PAINEL 4	DIMINUIR O IMPACTO AUMENTO DE 67% ESCALONADO SOBRE 2021
PAINEL 5	CENÁRIO - ESTRUTURA CONJUNTA DOCE FEDERAL E IGAM - SEM DIREX - COM BLINDAGEM
PAINEL 6	CUSTEIO INTEGRADO - ESTIMATIVA DE AUMENTO PARA COBRIR O CUSTEIO - 2022
PAINEL 7	ANEXO - ORGANOGRAMA AGEVAP - RATEIO 2022

PAINEL 1	REUNIÕES REALIZADAS PELO GTCOB
----------	--------------------------------

### CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL

GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DOS MECANISMOS VALORES DA COBRANÇA PORÇÃO FEDERAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOCE - GTCOB INSTITUÍDO NO ÂMBITO DA CETIL

COORDENADOR: Luiz Cláudio Figueiredo  
 RELATORA: Paloma Galdino Silva  
 MEMBROS:  
 Maria de Lourdes Amaral Nascimento  
 Ariane Kelly Roncal Silva  
 Ronevon Huebra da Silva  
 Rone Frank Silva  
 Humberto Savelli  
 Márcio Caliani  
 José Carlos Loss Júnior

### REUNIÕES REALIZADAS PELO GRUPO

- 1ª REUNIÃO REALIZADA EM 25/02/2021
- 2ª REUNIÃO REALIZADA EM 15/03/2021
- 3ª REUNIÃO REALIZADA EM 01/04/2021

PAINEL 2

DEFINIÇÕES GTCOB E ESTUDO DE CENÁRIOS

OBJETIVO:

BUSCAR A SUSTENTABILIDADE DA AGÊNCIA PARA QUE A MESMA TENHA CAPACIDADE DE ATENDER O COMITÊ

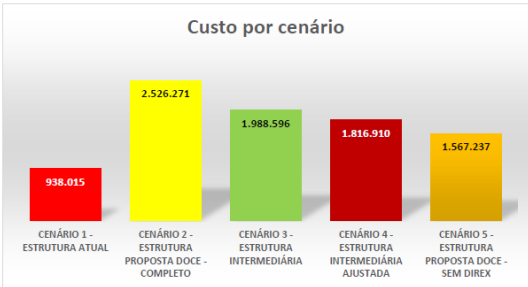
1ª DEFINIÇÃO DO GRUPO:

NÃO ALTERAR OS MECANISMOS DE COBRANÇA

2ª DEFINIÇÃO DO GRUPO:

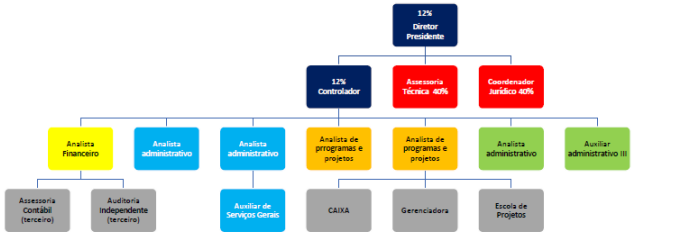
ESTUDAR DIFERENTES CENÁRIOS DE COMPOSIÇÃO DA AGÊNCIA

CENÁRIO	R\$	EMPREGADOS	AUMENTO
CENÁRIO 1 - ESTRUTURA ATUAL	938.015	6,22	0%
CENÁRIO 2 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - COMPLETO	2.526.271	15,04	Escola de projetos 169%
CENÁRIO 3 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA	1.988.596	11,04	74% - custo de pessoal 112%
CENÁRIO 4 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA AJUSTADA	1.816.910	9,04	94%
CENÁRIO 5 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - SEM DIREX	1.567.237	9,04	67%



PAINEL 3

ESTRUTURA PROPOSTA - GTCOB



A	9,04	RECURSOS HUMANOS	rateio	95.309,73	1.143.716,76
B	6	ESTAGIÁRIOS	rateio	9.960,00	119.520,00
	0,24	Diretoria	12%	8.795,96	105.551,52
	0,80	Coordenação Geral	40%	16.343,68	196.124,16
	1	Financeiro	100%	10.004,39	120.052,68
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	3	Administrativo	100%	23.006,52	276.078,24
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	2	Técnico e planejamento	100%	20.008,79	240.105,48
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	2	Secretaria executiva	100%	17.150,39	205.804,68
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
C		ASSESSORIAS	40%	120.000,00	120.000,00
D		DESPESAS OPERACIONAIS	40%	184.000,00	184.000,00
		TOTAL			1.567.236,76

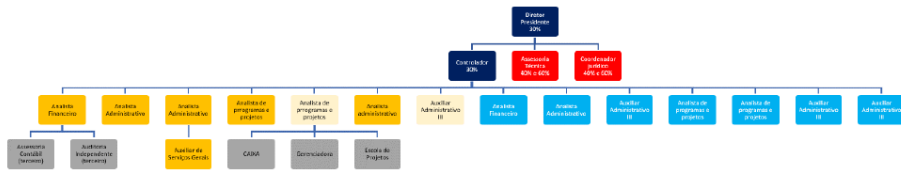
- Direção e controladoria
- Assessoria e jurídico
- Financeiro
- Administrativo
- Programas e projetos
- Secretaria Executiva
- Terceirizados

PAINEL 4

DIMINUIR O IMPACTO AUMENTO DE 67% ESCALONADO SOBRE 2021

DADOS DE ENTRADA			2022	2023	2024	2025		
Entrada de dados somente nos campos verdes								
1	VALOR DA COBRANÇA 2021		12.304.986					
2	% DO AUMENTO	67%	por ano	20%	20%	27%	0%	
5	% ESTIMADO DO IPCA		4%					
% de aumento do valor da cobrança			Reajuste	2022	2023	2024	2025	
% DO AUMENTO				20%	20%	27%	0%	
% ESTIMADO DO IPCA				4%	4%	4%	4%	
Estimativa de cobrança - UNIÃO			2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
O valor de 2021 está fixo	1		12.304.986	12.304.986	12.304.986	12.304.986	21.371.300	
Reajuste aplicado sobre 2021	3 = (1 x 2)			2.460.997	4.921.994	8.244.341	0	
Valor com reajuste	4 = (1 + 3)	67%	12.304.986	14.765.983	17.226.980	20.549.327	21.371.300	
Cálculo IPCA * sobre o valor com reajuste	6 = (4 x 5)			590.639	689.079	821.973	854.852	
Valor anual da cobrança	7 = (4 + 6)	81%	12.304.986	15.356.623	17.916.060	21.371.300	22.226.152	
Limite para despesas de implantação e custeio			2021	2022	2023	2024	2025	
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
8 = (7 * 7,5%)			7,5%	922.874	1.151.747	1.343.704	1.602.847	1.666.961
			922.874	1.151.747	1.343.704	1.602.847	1.666.961	
Custeio Entidade Delegatária			Estrutura	2021	2022	2023	2024	2025
ED crescimento escalonado			938.015	1.128.508	1.371.113	1.567.237	1.665.611	
Diferença financeira				23.239	-27.408	35.610	1.350	
ED - custeio 2022			Sem direx	1.567.237	1.599.365	1.632.152	1.665.611	
					-255.661	-29.305	1.350	

**PAINEL 5** | **CENÁRIO - ESTRUTURA CONJUNTA DOCE FEDERAL E IGAM - SEM DIREX - COM BLINDAGEM**



A	17,60	RECURSOS HUMANOS	81,52%	87.717,20	2.333.697,60
B	10	ESTAGIÁRIOS	meses	6.640,00	199.200,00
	0,60	Diretoria	12	21.989,92	263.879,04
	1	Assessor	12	25.709,70	308.516,40
	1	Coordenador jurídico	12	15.149,50	181.794,00
	2	Analista Financeiro	12	10.004,40	240.105,48
	2	Estagiário	12	1.660,00	39.840,00
	3	Analista Administrativo	12	10.004,40	360.158,22
	1	Auxiliar Administrativo III	12	7.146,00	85.752,00
	1	Auxiliar de Serviços Gerais	12	2.997,73	35.972,76
	3	Estagiário	12	1.660,00	59.760,00
	4	Analista de programas e projetos	12	10.004,40	480.210,96
	1	Auxiliar Administrativo III	12	7.146,00	85.752,00
	2	Estagiário	12	1.660,00	39.840,00
	1	Analista Administrativo	12	10.004,40	120.052,74
	2	Auxiliar Administrativo III	12	7.146,00	171.504,00
	3	Estagiário	12	1.660,00	59.760,00
C		ASSESSORIAS	100%	206.000,00	206.000,00
D		DESPESAS OPERACIONAIS	100%	368.000,00	368.000,00
		TOTAL			3.106.897,60

	Rateio Resende e Governador Valadares
	Rateio CBH Doce e CBH's Mineiros
	CBH Doce Federal
	CBH Mineiros
	Terceirizados

CUSTEIO ESTIMADO - SEPARADO		
ANA	IGAM	TOTAL
1.567.236,76	1.610.236,76	3.177.473,52

<b>PAINEL 6</b>	<b>CUSTEIO INTEGRADO - ESTIMATIVA DE AUMENTO PARA COBRIR O CUSTEIO - 2022</b>
-----------------	---

CONTRATO DE GESTÃO - CG IGAM Nº 01/2020									
BACIA	COMITÊ	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL	%
	CBH Mineiros	18.700.000	18.700.000	18.700.000	18.700.000	18.700.000	18.700.000	112.200.000	58,75%
CONTRATO DE GESTÃO - CG ANA Nº 34/2020									
BACIA	COMITÊ	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL	%
	CBH Doce Federal	12.144.000	12.304.986	12.797.185	13.309.072	13.841.435	14.395.092	78.791.770	41,25%
TOTAL - CG's		30.844.000	31.004.986	31.497.185	32.009.072	32.541.435	33.095.092	190.991.770	41,25%

Valor da cobrança reajustado pelo IPCA - adotado	4%
--	----

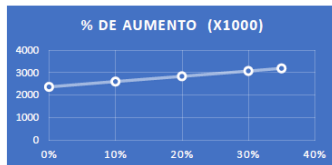
CUSTEIO - 7,5% - 2022			TOTAL COBRANÇA 92,5% - 2022				
7,50%	IGAM	ANA	TOTAL	IGAM	ANA	TOTAL	% aumento
7,50%	1.402.500	959.789	2.362.289	18.700.000	12.797.185	31.497.185	
7,50%	1.542.750	1.055.768	2.598.518	20.570.000	14.076.904	34.646.904	10%
7,50%	1.683.000	1.151.747	2.834.747	22.440.000	15.356.622	37.796.622	20%
7,50%	1.823.250	1.247.726	3.070.976	24.310.000	16.636.341	40.946.341	30%
7,50%	1.893.375	1.295.715	3.189.090	25.245.000	17.276.200	42.521.200	35%
7,50%	1.963.500	1.343.704	3.307.204	26.180.000	17.916.059	44.096.059	40%

Custeio estimado

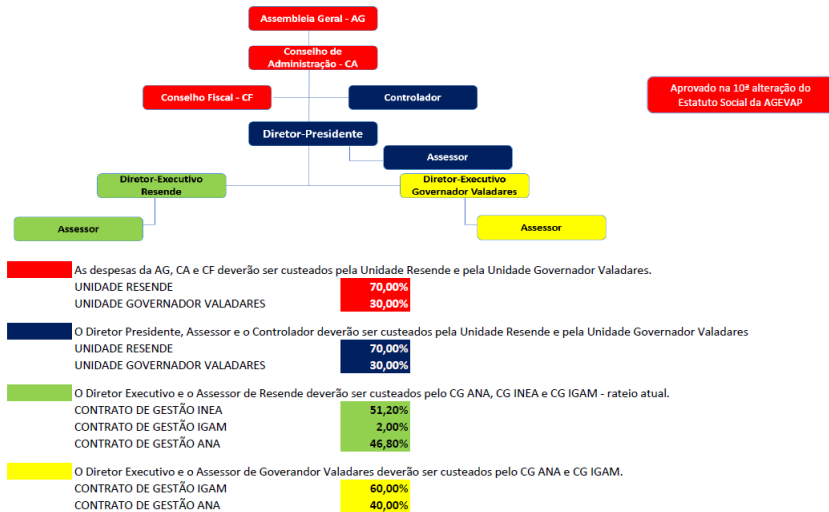
3.106.897,60

Custeio ANA - MÍNIMO

1.324.631,96



**PAINEL 7** | **ANEXO - ORGANOGRAMA AGEVAP - RATEIO 2022**





**CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL**

**CONVOCATÓRIA**

Prezados (as) Senhores (as) Membros,

O presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce convoca V.S.<sup>a</sup> para a 3ª Reunião Extraordinária do 8º mandato desta Câmara a realizar-se:

**DATA:** 19 de abril de 2021- segunda-feira.

**HORÁRIO:** 14h00 às 16h00

**LOCAL:** Videoconferência – GOOGLE MEET

**LINK:** <https://meet.google.com/njb-fgzv-qvw>

**PAUTA:**

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Consolidação da proposta para atualização da Cobrança para encaminhamento à plenária do CBH-Doce;
3. Assuntos Gerais;
4. Encerramento.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Edson", is positioned above the printed name.

**EDSON VALGAS DE PAIVA**  
Presidente da CTIL do CBH-Doce



## ESTUDO DA COBRANÇA

### REUNIÃO - CETIL

GOVERNADOR VALADARES, 19 DE ABRIL DE 2021



#### SUMÁRIO EXECUTIVO - CETIL



##### CETIL - GTCOB - ESTUDO SOBRE A COBRANÇA NA BACIA DO RIO DOCE

PAINEL 1	REUNIÕES REALIZADAS PELO GTCOB
PAINEL 2	DEFINIÇÕES GTCOB E ESTUDO DE CENÁRIOS
PAINEL 3	ESTRUTURA PROPOSTA - GTCOB
PAINEL 4	ANÁLISE DO % DE AUMENTO DO PPU E O CUSTEIO DA AGÊNCIA
PAINEL 5	PROPOSTA
PAINEL 6	DIMINUIR O IMPACTO AUMENTO DE 67% ESCALONADO SOBRE 2021
PAINEL 7	CENÁRIO - ESTRUTURA CONJUNTA DOCE FEDERAL E IGAM - SEM DIREX - COM BLINDAGEM
PAINEL 8	CUSTEIO INTEGRADO - ESTIMATIVA DE AUMENTO PARA COBRIR O CUSTEIO - 2022
PAINEL 9	ANEXO - ORGANOGRAMA AGEVAP - RATEIO 2022

PAINEL 1	REUNIÕES REALIZADAS PELO GTCOB
----------	--------------------------------

##### CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL – CTIL

GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DOS MECANISMOS VALORES DA COBRANÇA PORÇÃO FEDERAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOCE - GTCOB INSTITUÍDO NO ÂMBITO DA CETIL

COORDENADOR: Luis Cláudio de Castro Figueiredo

RELATORA: Paloma Galdino da Silva

MEMBROS: José Carlos Loss Júnior

Márcio Calari

Humberto Savelli Batista Gomes

Maria de Lourdes Amaral Nascimento

Rone Frank Silva

Ariane Kelly Roncal Silva

Ronevon Huebra da Silva

##### REUNIÕES REALIZADAS PELO GRUPO

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 25/02/2021

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 15/03/2021

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 01/04/2021

CETIL 1ª REUNIÃO REALIZADA EM 12/04/2021

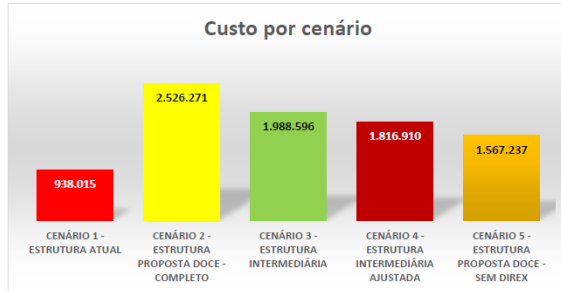
## PAINEL 2 DEFINIÇÕES GTCOB E ESTUDO DE CENÁRIOS

**OBJETIVO:** BUSCAR A SUSTENTABILIDADE DA AGÊNCIA PARA QUE A MESMA TENHA CAPACIDADE DE ATENDER O COMITÊ

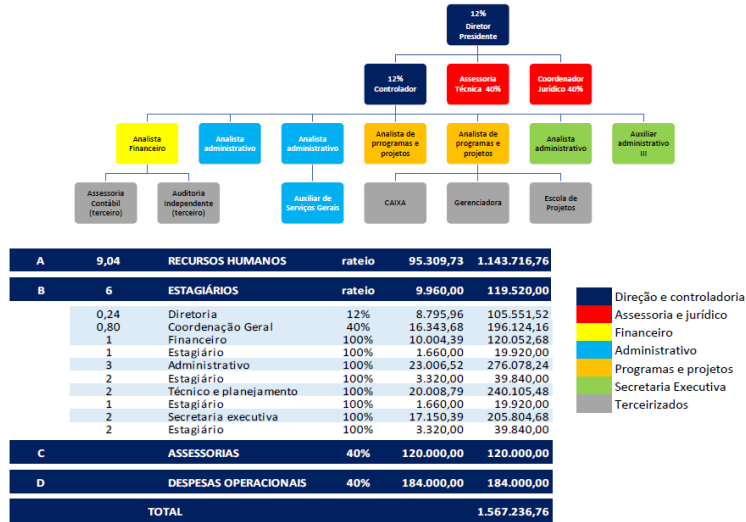
**1ª DEFINIÇÃO DO GRUPO:** NÃO ALTERAR OS MECANISMOS DE COBRANÇA

**2ª DEFINIÇÃO DO GRUPO:** ESTUDAR DIFERENTES CENÁRIOS DE COMPOSIÇÃO DA AGÊNCIA

CENÁRIO	R\$	EMPREGADOS	AUMENTO
<b>CENÁRIO 1 - ESTRUTURA ATUAL</b>	<b>938.015</b>	<b>6,22</b>	<b>0%</b>
<b>CENÁRIO 2 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - COMPLETO</b>	<b>2.526.271</b>	<b>19,04</b>	<b>Escola de projetos 169%</b>
<b>CENÁRIO 3 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA</b>	<b>1.988.596</b>	<b>11,04</b>	<b>74% - custo de pessoal 112%</b>
<b>CENÁRIO 4 - ESTRUTURA INTERMEDIÁRIA AJUSTADA</b>	<b>1.816.910</b>	<b>9,04</b>	<b>94%</b>
<b>CENÁRIO 5 - ESTRUTURA PROPOSTA DOCE - SEM DIREX</b>	<b>1.567.237</b>	<b>9,04</b>	<b>67%</b>

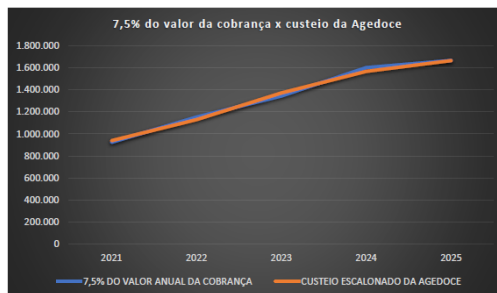


## PAINEL 3 ESTRUTURA PROPOSTA - GTCOB



## PAINEL 4 ANÁLISE DO % DE AUMENTO DO PPU E O CUSTEIO DA AGÊNCIA

% DE AUMENTO	TOTAL	2021	2022	2023	2024	2025
% DE AUMENTO	67%		20%	20%	27%	
<b>COBRANÇA</b>		<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
VALOR ANUAL DA COBRANÇA		12.304.986	15.356.623	17.916.060	21.371.300	22.226.152
7,5% DO VALOR ANUAL DA COBRANÇA	7,5%	922.874	1.151.747	1.343.704	1.602.847	1.666.961
<b>CUSTEIO ENTIDADE DELEGATÁRIA</b>		<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
CUSTEIO ESCALONADO DA AGEDOCE		938.015	1.128.508	1.371.113	1.567.237	1.665.611



PAINEL 5		PROPOSTA				
DADOS DE ENTRADA		2022		2023	2024	2025
Entrada de dados somente nos campos verdes						
1	VALOR DA COBRANÇA 2021	12 304.986				
2	% DO AUMENTO	67%	por ano	20%	20%	27%
5	% ESTIMADO DO IPCA	4%				0%

Custeio Agência - NECESSÁRIO

1.567.237

- PREMISSAS
- 1 - TER a sustentabilidade da AGEDOCE  
2 - CONSEGUIR executar os programas e projetos previstos no PAP  
3 - AUMENTAR de maneira escalonada - 20% em 2022; 20% em 2023 e 27% em 2024  
4 - FOMENTAR, a partir de 2022, o aumento do PPU em Minas Gerais - Resolução CERH nº 68, de 22/03/2021 - correção IPCA  
5 - REESTUDAR o PPU federal, caso tenha o aumento nos comitês afluentes mineiros do Doce  
6 - ESTABELECEER METAS vinculadas ao aumento com base no Contrato de Gestão

3	Ações de apoio à implementação do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica	Auxiliar o nível de atuação física de ações (des) priorizadas pelo CBH	Implantar os instrumentos e gestão e priorizar projetos estratégicos	Eficiência	Plano de aplicação plurianual - PAP; Plano de Execução Orçamentária Anual - POA e extratos de conta bancária específica, em instituição financeira oficial federal.	ANO 1: Matriz com ações prioritizadas e metas aprovadas pelo CBH	Anual	Percentual	100%	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
						ANO 2 a 5: % de avanço físico no período/% avanço físico previsto no período(s) x 100	Anual	Percentual	Não se aplica	100%	100%	100%	100%

PAINEL 7		CENÁRIO - ESTRUTURA CONJUNTA DOCE FEDERAL E IGAM - SEM DIREX - COM BLINDAGEM			
----------	--	--	--	--	--

A	17,60	RECURSOS HUMANOS	81,52%	87.717,20	2.333.697,60
B	10	ESTAGIÁRIOS	meses	6.640,00	199.200,00
	0,60	Diretoria	12	21.989,92	263.879,04
	1	Assessor	12	25.709,70	308.516,40
	1	Coordenador jurídico	12	15.149,50	181.794,00
	2	Analista Financeiro	12	10.004,40	240.105,48
	2	Estagiário	12	1.660,00	39.840,00
	3	Analista Administrativo	12	10.004,40	360.158,22
	1	Auxiliar Administrativo III	12	7.146,00	85.752,00
	1	Auxiliar de Serviços Gerais	12	2.997,73	35.972,76
	3	Estagiário	12	1.660,00	59.760,00
	4	Analista de programas e projetos	12	10.004,40	480.210,96
	1	Auxiliar Administrativo III	12	7.146,00	85.752,00
	2	Estagiário	12	1.660,00	39.840,00
	1	Analista Administrativo	12	10.004,40	120.052,74
	2	Auxiliar Administrativo III	12	7.146,00	171.504,00
	3	Estagiário	12	1.660,00	59.760,00
C		ASSESSORIAS	100%	206.000,00	206.000,00
D		DESPESAS OPERACIONAIS	100%	368.000,00	368.000,00
		TOTAL			3.106.897,60

Rateio Resende e Governador Valadares  
Rateio CBH Doce e CBH's Mineiros  
CBH Doce Federal  
CBH Mineiros  
Terceirizados

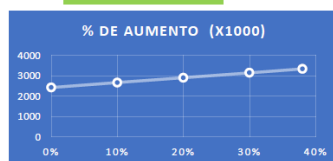


**PAINEL 8 | CUSTEIO INTEGRADO - ESTIMATIVA DE AUMENTO PARA COBRIR O CUSTEIO - 2022**

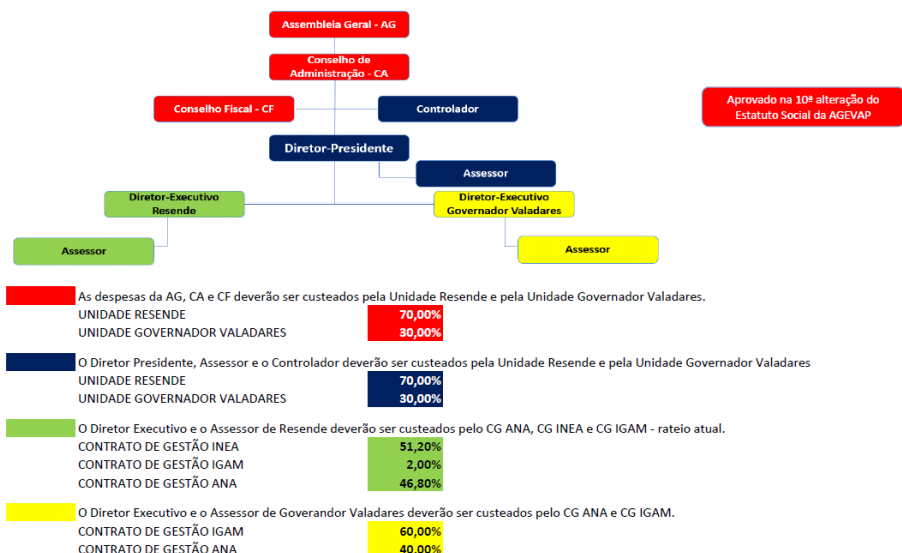
CONTRATO DE GESTÃO - CG IGAM Nº 01/2020									
BACIA	COMITÊ	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL	%
	CBH Mineiros	18.700.000	18.700.000	19.448.000	20.225.920	21.034.957	21.876.355	119.985.232	60,36%
CONTRATO DE GESTÃO - CG ANA Nº 34/2020									
BACIA	COMITÊ	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL	%
	CBH Doce Federal	12.144.000	12.304.986	12.797.185	13.309.073	13.841.436	14.395.093	78.791.773	39,64%
<b>TOTAL - CG's</b>		<b>30.844.000</b>	<b>31.004.986</b>	<b>32.245.185</b>	<b>33.534.993</b>	<b>34.876.393</b>	<b>36.271.448</b>	<b>198.777.005</b>	<b>39,64%</b>

Valor da cobrança reajustado pelo IPCA - adotado 4%

CUSTEIO - 7,5% - 2022				TOTAL COBRANÇA 92,5% - 2022				
7,50%	IGAM	ANA	TOTAL	IGAM	ANA	TOTAL	% aumento	
7,50%	1.458.600	959.789	2.418.389	19.448.000	12.797.185	32.245.185		<b>Custeio estimado</b>
7,50%	1.604.460	1.055.768	2.660.228	21.392.800	14.076.904	35.469.704	10%	<b>3.106.898</b>
7,50%	1.750.320	1.151.747	2.902.067	23.337.600	15.356.623	38.694.223	20%	
7,50%	1.896.180	1.247.726	3.143.906	25.282.400	16.636.341	41.918.741	30%	
7,50%	2.012.868	1.324.509	3.337.377	26.838.240	17.660.116	44.498.356	38%	<b>Custeio ANA - MÍNIMO</b>
7,50%	2.042.040	1.343.704	3.385.744	27.227.200	17.916.060	45.143.260	40%	<b>1.341.512</b>



**PAINEL 9 | ANEXO - ORGANOGRAMA AGEVAP - RATEIO 2022**





### PARECER TÉCNICO CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)

Este Parecer Técnico tem o objetivo, considerando as reuniões realizadas no âmbito da CTIL, de apresentar proposta para deliberação da plenária do CBH-Doce visando o atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 212, de 28 de agosto de 2020, que delega competência à AGEVAP para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, na qual é fixado prazo até 30 de junho de 2021 para que o CBH-Doce apresente ao CNRH proposta de revisão dos mecanismos e valores de cobrança construída de forma a assegurar a viabilidade financeira da entidade delegatária, sob pena de revogação da delegação.

Durante reuniões da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), realizadas telepresencialmente nos dias 12 e 19 de abril de 2021, houve a análise da proposta para revisão dos mecanismos e valores de cobrança atualmente vigentes, tendo como referência relatório de atividades encaminhado pelo Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB) e a proposta apresentada pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 192, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei Federal nº 9.433/97;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, que dispõe sobre os mecanismos e valores de cobrança vigentes pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 203, de 16 de outubro de 2018, que aprova os mecanismos e os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e determina que nova revisão seja feita e encaminhada ao CNRH até 30 de junho de 2021;



Considerando o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 1749/2018 referente à auditoria operacional da gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 83, de 23 de julho de 2020, que aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando o Contrato de Gestão nº 034/2020, celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a AGEVAP, com anuência do CBH-Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 90 de 10 de dezembro de 2020, que institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período de 2021 a 2025;

Considerando a Resolução ANA nº 57, de 14 de dezembro de 2020, que estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2021;

Considerando a proposta de revisão dos mecanismos e valores de cobrança apresentada pela AGEVAP e devidas adequações propostas no âmbito do Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB);

Considerando as discussões oriundas das reuniões do Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB), realizadas telepresencialmente nos dias 25 de fevereiro, 17 de março e 01 de abril de 2021, cujos encaminhamentos foram sintetizados em Relatório de Atividades, encaminhado como subsídio para os trabalhos da CTIL.

A Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) **RECOMENDA** ao CBH-Doce a aprovação da seguinte proposta para revisão dos mecanismos e valores de cobrança na porção federal Bacia Hidrográfica do Rio Doce:



## 1) DOS MECANISMOS

A CTIL, em consonância com o entendimento do GTCOB, **RECOMENDA** à plenária que sejam mantidos os mecanismos de cobrança estabelecidos por meio da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018, considerando que estes foram alterados em 2018.

## 2) DOS VALORES

A partir das discussões realizadas, a CTIL **RECOMENDA** à plenária do CBH-Doce um reajuste de PPU de **67% (sessenta e sete por cento)**, que ocorrerá anualmente de forma **ESCALONADA** sobre o valor do PPU atual, conforme demonstrado abaixo.

EXERCÍCIO	ÍNDICE DE REAJUSTE
2022	20%
2023	18%
2024	29%
<b>TOTAL</b>	<b>67%</b>

Os índices de reajuste indicados para os anos de 2022 e 2023 serão prontamente aplicados, no entanto, a aplicação do índice de 29% (vinte e nove por cento) prevista para o exercício de 2024 fica condicionado à realização de uma nova revisão dos mecanismos e valores de cobrança que deverá ocorrer previamente, quando deverão ser avaliados em especial o cenário dos valores e mecanismos de cobrança praticados nos rios estaduais em MG, o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce) revisado e a garantia da sustentabilidade da entidade delegatária considerando a sua atuação integrada como entidade equiparada à função de Agência dos Comitês mineiros.

Além disso, a aplicação dos reajustes relativos a cada exercício ficaria condicionada ao cumprimento, pela entidade delegatária, dos indicadores e metas a serem definidos pelo CBH-Doce, os quais sugere-se estejam em consonância com o Contrato de Gestão nº 034/2020, especialmente no que tange ao Indicador 03, apresentado abaixo:

3	Ações de apoio à implementação do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica	Avaliar o nível de execução física de ações (set) prioritário(s) pelo CBI	Implantar os instrumentos e gestão e priorizar projetos estratégicos	Eficácia	Plano de aplicação plurianual - PAP, Plano de Execução Orçamentária Anual - POA e extratos da conta bancária específica, em instituição financeira oficial federal.	ANO 1: Matriz com ações prioritárias e metas aprovada pelo CBI	Anual	Percentual	100%	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
						ANO 2 e 5 - % de avanço físico no período/% avanço físico previsto no período) x 100	Anual	Percentual	Não se aplica	100%	100%	100%	100%



### 3) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

#### 3.1 PREMISSAS:

A proposta apresentada pela CTIL se atém às seguintes **PREMISSAS**:

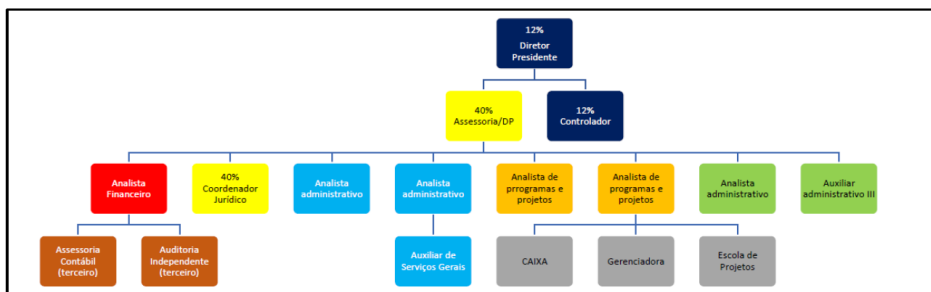
- a) GARANTIR a sustentabilidade da AGEDOCE;
- b) GARANTIR condições para execução dos programas e projetos previstos no PAP-Doce
- c) AUMENTAR os valores de maneira escalonada
- d) FOMENTAR, a partir de 2022, o aumento do PPU em Minas Gerais, além da Resolução CERH nº 68, de 22/03/2021, que implementou a correção dos valores pelo IPCA/IBGE.
- e) REESTUDAR o PPU federal previamente ao reajuste previsto para 2024;
- f) ESTABELEECER METAS com base nas metas do Contrato de Gestão, a serem atendidas pela AGEDOCE previamente a cada reajuste anual.

#### 3.2 ESTRUTURA DA ENTIDADE DELEGATÁRIA – RECURSO FEDERAL

Primordial frisar que o aumento proposto permite que haja progressão gradual na estrutura da entidade delegatária, garantindo a sustentabilidade.

O reajuste de 67% permite um incremento de pessoal na estrutura atual, com a contratação de 02 (dois) novos colaboradores com recurso de origem federal.

Além disso, viabiliza o custeio dos 04 (quatro) colaboradores cuja remuneração é rateada, sendo 01 (um) diretor-presidente, 01 (um) controlador e 01 (um) coordenador jurídico e 01 (um) assessor técnico, conforme demonstrado no organograma abaixo.



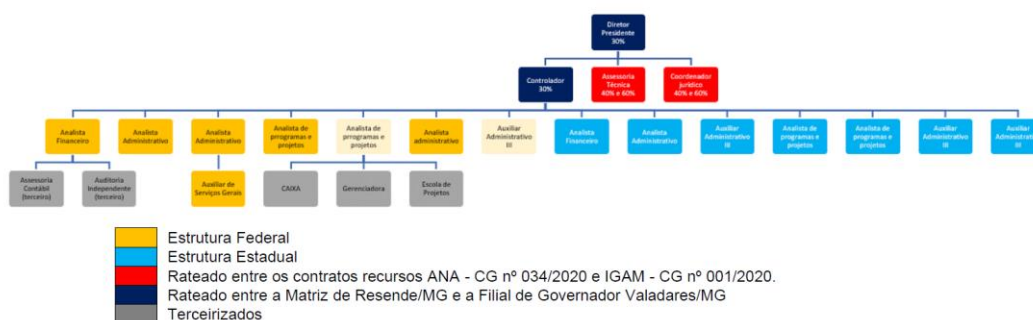


- O RATEIO referente à remuneração dos cargos de *coordenador jurídico* e *assessor técnico* ocorre entre os recursos ANA (Contrato de Gestão nº 034/2020) e IGAM (Contrato de Gestão nº 001/2020), ou seja, restrito ao Doce. Nesse caso há a divisão de 60% (sessenta por cento) para os recursos estaduais e 40% (quarenta por cento) para os federais, de forma proporcional à arrecadação.
- O RATEIO referente à remuneração dos cargos de *diretor-presidente* e *controlador* abrange também a AGEVAP matriz (Resende/RJ), responsável pelo pagamento de 70% (setenta por cento). Os demais 30% (trinta por cento) são partilhados entre os contratos ANA e IGAM no âmbito do Doce, na proporção de 12% (doze por cento) em nível federal e 18% (dezoito por cento) na esfera estadual, conforme arrecadação.

### 3.3 ESTRUTURA DA ENTIDADE DELEGATÁRIA – CUSTEIO INTEGRADO

Indispensável frisar que além de operar em âmbito federal, a AGEVAP atua na porção mineira da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, por meio de Contrato de Gestão firmado junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)

Nesse sentido, considerando que o trabalho na bacia ocorre de forma integrada, os recursos estaduais permitem potencializar a estrutura operacional da entidade delegatária, razão pela qual será fomentada junto aos comitês de rios afluentes a revisão da cobrança em âmbito estadual. Abaixo, segue o organograma completo da entidade, considerando o custeio integrado.



### 3.3 RECURSOS DEVOLVIDOS À UNIÃO

Adicionalmente, a CTIL recomenda à plenária do CBH-Doce que, no encaminhamento da proposta de revisão dos mecanismos e valores de cobrança ao CNRH, sejam também solicitadas ações e a articulação deste Conselho Nacional com o propósito de viabilizar, dentro de uma maior brevidade possível, o retorno à Bacia do montante de aproximadamente R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais) oriundos da cobrança pelo uso da água, que englobam o saldo remanescente da entidade delegatária anterior e os restos a pagar existentes na ANA referentes à arrecadação do exercício de 2019 que, até o momento, não foram repassados à AGEVAP, mas que constam como recursos financeiros indispensáveis à execução do Plano de Aplicação Plurianual – PAP de 2021 a 2025.

### 4) PREÇOS PÚBLICOS UNITÁRIOS PPUS – BACIA DO RIO DOCE

VALORES DO PPU COM A CORREÇÃO DE 67%							
TIPO DE USO	PPU	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU				
			2021 <sup>(1)</sup>	2022 <sup>(2)(3)</sup>	2023 <sup>(2) (3)</sup>	2024 <sup>(2) (3)</sup>	2025 <sup>(4)</sup>
				Correção de	Correção de	Correção de	Correção de
				20,00%	18,00%	29,00%	0,00%
Captação de água superficial	PPU <sub>cap</sub>	R\$/m³	0,0358	0,0430	0,0494	0,0598	0,0598
Lançamento de carga poluidora	PPU <sub>lanç</sub>	R\$/Kg	0,1909	0,2291	0,2634	0,3188	0,3188
Transposição de água	PPU <sub>transp</sub>	R\$/m³	0,0478	0,0574	0,0660	0,0798	0,0798

<sup>1</sup> Valor base sobre o qual incidirá o incremento do PPU atual

<sup>2</sup> Em relação ao valor base

<sup>3</sup> Sobre esses valores incidirá a variação do IPCA/IBGE, conforme disposto na Resolução CNRH nº 192/2017

<sup>4</sup> Sobre o valor de 2025 incidirá somente a variação do IPCA/IBGE

VALORES DO PPU COM A CORREÇÃO DE 67% + VARIAÇÃO DE IPCA ANO A ANO							
TIPO DE USO	PPU	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU				
			2.021	2022 <sup>(5)</sup>	2023 <sup>(5)</sup>	2024 <sup>(5)</sup>	2025 <sup>(5)</sup>
				Correção de	Correção de	Correção de	Correção de
				20,00%	18,00%	29,00%	0,00%
Captação de água superficial	PPU <sub>cap</sub>	R\$/m³	0,0358	0,0430 + variação do IPCA 2021	0,0494 + variação do IPCA 2022	0,0598 + variação do IPCA 2023	0,0598 + variação do IPCA 2024
Lançamento de carga poluidora	PPU <sub>lanç</sub>	R\$/Kg	0,1909	0,2291 + variação do IPCA 2021	0,2634 + variação do IPCA 2022	0,3188 + variação do IPCA 2023	0,3188 + variação do IPCA 2024
Transposição de água	PPU <sub>transp</sub>	R\$/m³	0,0478	0,0574 + variação do IPCA 2021	0,0660 + variação do IPCA 2022	0,0798 + variação do IPCA 2023	0,0798 + variação do IPCA 2024

<sup>5</sup> Sobre esses valores incidirá a variação do IPCA/IBGE, conforme disposto na Resolução CNRH nº 192/2017



**EDSON VALGAS DE PAIVA**  
Presidente da CTIL do CBH-Doce





**CONVOCATÓRIA**

**48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE**

Prezados membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce:

O Presidente do CBH-Doce, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do art. 11 do Regimento Interno do Comitê, e pelos art. 38 e 40 da Lei nº 9.433/97, convoca V. S<sup>a</sup>. a participar da **48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE**, a realizar-se na seguinte data, local e horário:

**DATA:** 13/05/2021 – quinta-feira

**HORÁRIO:** 14h00 às 17h00

**LOCAL:** Videoconferência - JITS MEET

**CLIQUE [AQUI](#) PARA ACESSO À SALA DE REUNIÕES**

**PAUTA:**

1. Abertura e verificação de *quórum*;
2. Orientações gerais para participação na videoconferência;
3. Informes da diretoria;
4. Informes sobre a revisão do PIRH Doce e elaboração da proposta de enquadramento;
5. Informes sobre a contratação de empresa para a execução do Programa de Comunicação Social (P.71);
6. Apreciação e votação da ata da 47ª Reunião Extraordinária, realizada em 04/03/2021;
7. Apreciação e votação da proposta de revisão dos mecanismos e valores de cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce;
8. Lançamento do SIGA WEB Doce;
9. Processo de Contratação de Projetos de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES):
  - 9.1 Balanço da rodada de reuniões realizada com os municípios contemplados;
  - 9.2 Assinatura do primeiro Acordo de Cooperação Técnica;
10. Assuntos Gerais;
11. Encerramento.

Atenciosamente,

**FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES**  
Presidente do CBH-Doce



**DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 93, DE 13 DE MAIO DE 2021.**

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Doce, criado pelo Decreto Presidencial de 25 de janeiro de 2002, no uso de suas atribuições;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 192, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei Federal nº 9.433/97;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69, de 12 de junho de 2018, que dispõe sobre os mecanismos e valores de cobrança vigentes pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 203, de 16 de outubro de 2018, que aprova os mecanismos e os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e determina que nova revisão seja feita e encaminhada ao CNRH até 30 de junho de 2021;

Considerando o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 1749/2018 referente à auditoria operacional da gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 83, de 23 de julho de 2020, que aprova a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para desempenhar as funções de Agência da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 212, de 28 de agosto de 2020, que delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

Considerando o Contrato de Gestão nº 034/2020, celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a AGEVAP, com anuência do CBH-Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;



Considerando a Deliberação Normativa CBH-Doce nº 90 de 10 de dezembro de 2020, que institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período de 2021 a 2025;

Considerando a Resolução ANA nº 57, de 14 de dezembro de 2020, que estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2021;

Considerando a proposta de revisão dos mecanismos e valores de cobrança apresentada pela AGEVAP e devidas adequações propostas no âmbito do Grupo de Trabalho de Cobrança (GTCOB) e da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL);

Considerando as discussões oriundas das reuniões do Grupo de Trabalho de Cobrança, realizadas telepresencialmente nos dias 25 de fevereiro, 17 de março e 01 de abril de 2021, cujos encaminhamentos foram sintetizados em Relatório de Atividades que subsidiou o trabalho da Câmara Técnica Institucional e Legal;

Considerando Parecer Técnico emitido pela Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), a partir das discussões ocorridas nas reuniões realizadas nos dias 12 e 19 de abril de 2021;

#### **DELIBERA:**

Art. 1º - Fica sugerido o reajuste de PPU de **67% (sessenta e sete por cento)**, que ocorrerá anualmente de forma **ESCALONADA** sobre o valor do PPU atual, conforme demonstrado abaixo, cujos valores correspondentes e memória de cálculo estão contidos no **ANEXO I** desta Deliberação:

EXERCÍCIO	ÍNDICE DE REAJUSTE
2022	20%
2023	18%
2024	29%
<b>TOTAL</b>	<b>67%</b>

Art. 2º - Os índices de reajuste indicados para os anos de 2022 e 2023 serão prontamente aplicados, no entanto, a aplicação do índice de 29% (vinte e nove por cento) prevista para o exercício de 2024 fica condicionado à realização de uma nova revisão dos mecanismos e valores de cobrança que deverá ocorrer previamente, quando deverão ser avaliados em especial o cenário dos valores e mecanismos de cobrança praticados nos rios estaduais em MG, o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce) revisado e a garantia da sustentabilidade da entidade delegatária considerando a sua atuação integrada como entidade equiparada à função de Agência dos Comitês mineiros.



Art. 3º - A aplicação dos reajustes relativos a cada exercício fica condicionada ao cumprimento, pela entidade delegatária, dos indicadores e metas a serem definidos pelo CBH-Doce, os quais sugere-se estejam em consonância com o Contrato de Gestão nº 034/2020, especialmente no que tange ao Indicador 03.

Art. 4ª - Permanecem inalterados os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio doce contidos no ANEXO I da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018.

Art. 5ª - O CBH-Doce e a AGEVAP deverão se articular junto às instâncias competentes visando garantir o repasse dos recursos devolvidos ao tesouro nacional, cujo montante é de aproximadamente R\$ 52.000.000,00, fundamentais ao cumprimento do Plano de Aplicação Plurianual para o período 2021-2025, aprovado por meio da DN 90/2020.

Art. 6ª - Fica revogado o ANEXO II da Deliberação Normativa CBH-Doce nº 69/2018.

Art. 7º - Esta Deliberação deverá ser encaminhada:

- I. Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, para análise e aprovação;
- II. À Agência Nacional de Águas - ANA, para conhecimento e providências pertinentes

Art. 8º - Esta deliberação entra em vigor a partir de sua aprovação

Governador Valadares/MG, 13 de maio de 2021.

**FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES**  
Presidente do CBH-Doce



## ANEXO I

### DOS VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS UNITÁRIOS DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

VALORES DO PPU COM A CORREÇÃO DE 67%							
TIPO DE USO	PPU	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU				
			2021 <sup>(1)</sup>	2022 <sup>(2)(3)</sup>	2023 <sup>(2)(3)</sup>	2024 <sup>(2)(3)</sup>	2025 <sup>(4)</sup>
				Correção de 20,00%	Correção de 18,00%	Correção de 29,00%	Correção de 0,00%
Captação de água superficial	PPU <sub>cap</sub>	R\$/m <sup>3</sup>	0,0358	0,0430	0,0494	0,0598	0,0598
Lançamento de carga poluidora	PPU <sub>lanç</sub>	R\$/Kg	0,1909	0,2291	0,2634	0,3188	0,3188
Transposição de água	PPU <sub>transp</sub>	R\$/m <sup>3</sup>	0,0478	0,0574	0,0660	0,0798	0,0798

<sup>1</sup> Valor base sobre o qual incidirá o incremento do PPU atual

<sup>2</sup> Em relação ao valor base

<sup>3</sup> Sobre esses valores incidirá a variação do IPCA/IBGE, conforme disposto na Resolução CNRH nº 192/2017

<sup>4</sup> Sobre o valor de 2025 incidirá somente a variação do IPCA/IBGE

VALORES DO PPU COM A CORREÇÃO DE 67% + VARIAÇÃO DE IPCA ANO A ANO							
TIPO DE USO	PPU	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU				
			2.021	2022 <sup>(5)</sup>	2023 <sup>(5)</sup>	2024 <sup>(5)</sup>	2025 <sup>(5)</sup>
				Correção de 20,00%	Correção de 18,00%	Correção de 29,00%	Correção de 0,00%
Captação de água superficial	PPU <sub>cap</sub>	R\$/m <sup>3</sup>	0,0358	0,0430 + variação do IPCA 2021	0,0494 + variação do IPCA 2022	0,0598 + variação do IPCA 2023	0,0598 + variação do IPCA 2024
Lançamento de carga poluidora	PPU <sub>lanç</sub>	R\$/Kg	0,1909	0,2291 + variação do IPCA 2021	0,2634 + variação do IPCA 2022	0,3188 + variação do IPCA 2023	0,3188 + variação do IPCA 2024
Transposição de água	PPU <sub>transp</sub>	R\$/m <sup>3</sup>	0,0478	0,0574 + variação do IPCA 2021	0,0660 + variação do IPCA 2022	0,0798 + variação do IPCA 2023	0,0798 + variação do IPCA 2024

<sup>5</sup> Sobre esses valores incidirá a variação do IPCA/IBGE, conforme disposto na Resolução CNRH nº 192/2017





## **OFÍCIO Nº 053/2021/CBH-DOCE**

Governador Valadares/MG, 29 de junho de 2021.

Ilmo Sr.

**HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES**

Superintendente

Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SAS)

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

**ASSUNTO:** Encaminha informações complementares ao Ofício CBH-Doce nº 051/2021

Excelentíssimo Senhor.

Em complementação ao Ofício CBH-Doce nº 051/2021, por meio do qual foi encaminhada à Agência Nacional de Águas, a proposta de revisão do Preço Público Unitário (PPU) da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce, apresentamos, anexo a este ofício, documento contendo o detalhamento do custeio da entidade delegatária para o período compreendido entre 2022 e 2024.

O referido documento demonstra que a sustentabilidade da entidade delegatária, a AGEVAP, foi construída de forma escalonada, após amplo e democrático processo de discussão ocorrido no âmbito do Grupo de Trabalho de Cobrança (CTCOB) e da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), conforme progressão da arrecadação aprovada pela Deliberação Normativa CBH-Doce nº 93/2021, a qual permitirá incremento gradativo da capacidade operacional, considerada a estratégia mais racional pelo comitê, especialmente devido ao grave impacto da pandemia da COVID-19 sobre a economia.

No primeiro ano, 2022, o reajuste de 20% (vinte por cento) viabilizará a manutenção do custeio da estrutura atual e sustentará, também, o rateio dos cargos de diretor-presidente, controlador e assessor, bem como a assessoria





jurídica terceirizada, cujas despesas são compartilhadas entre a AGEVAP Matriz e os comitês de rios afluentes mineiros.

Em 2023, no segundo ano, o incremento de mais 18% (dezoito por cento) ao valor cobrado manterá a estrutura com as admissões realizadas em 2022, bem como permitir a contratação de 01 (um) auxiliar administrativo III para apoio à Secretaria Executiva, além de 05 (cinco) estagiários.

Por fim, em 2024, quando será atingido o índice de reajuste total, 67% (sessenta e sete por cento), será possível manter a estrutura implementada, à qual serão incorporados 01 (um) analista de programas e projetos e 01 (um) estagiário. Além disso, será viável a contratação de 01 (um) coordenador jurídico para compor a equipe, em substituição à assessoria jurídica terceirizada.

Cumprе enfatizar que a estrutura é enxuta, porém suficiente para garantir a sustentabilidade da entidade delegatária sem prejuízo à operacionalização das atividades, sobretudo considerando que o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) foi construído com ênfase em macroações, tanto no âmbito do Programa de Saneamento Básico como na Iniciativa Rio Vivo, cuja operacionalização ocorre, normalmente, em parceria com a Caixa Econômica Federal, os quais, somados, totalizam cerca de 75% (setenta e cinco por cento) de todo o recurso previsto no planejamento.

Atenciosamente,

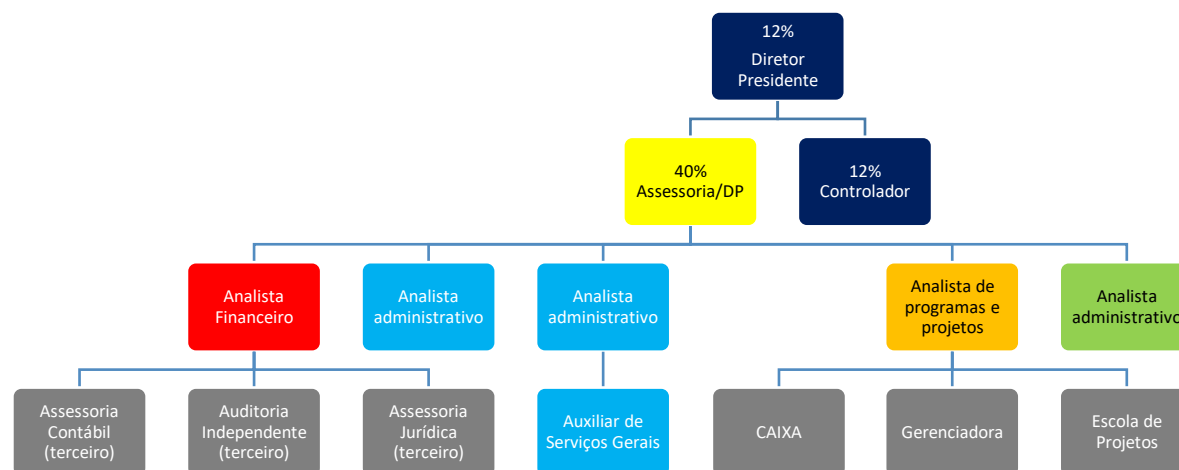
**FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES**  
Presidente do CBH-Doce



## **DETALHAMENTO CUSTEIO 2022 - 2023 - 2024**

12 de abril de 2021

## ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2022



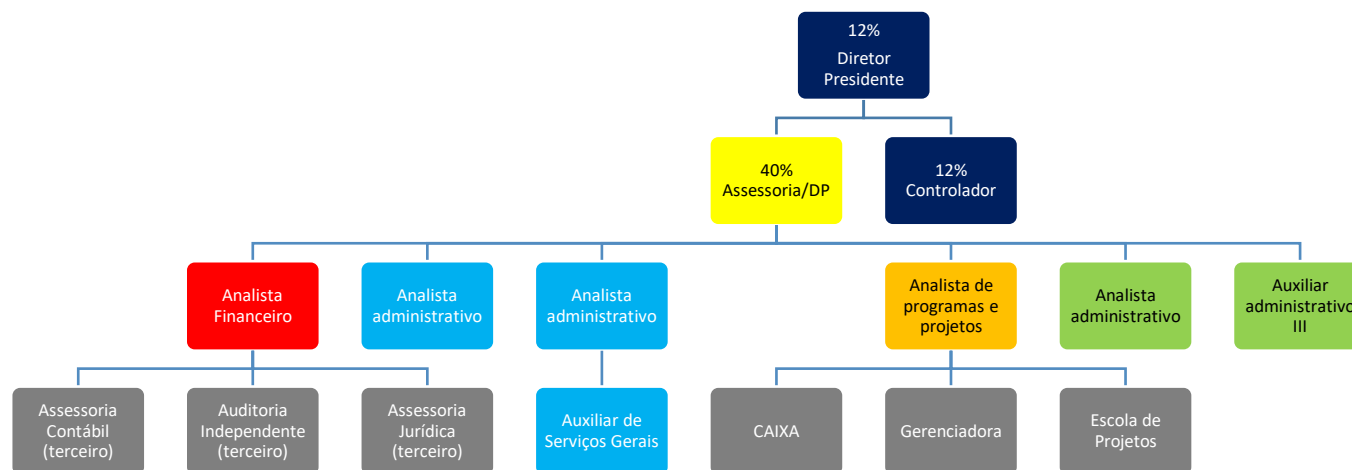
<b>A</b>	<b>6,64</b>	<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>rateio</b>	<b>72.099,53</b>	<b>865.194,36</b>
<b>B</b>	<b>0</b>	<b>ESTAGIÁRIOS</b>	<b>rateio</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	0,24	Diretoria	12%	8.795,96	105.551,52
	0,40	Coordenação Geral	40%	10.283,88	123.406,56
	1	Financeiro	100%	10.004,39	120.052,68
	0	Estagiário	100%	0,00	0,00
	3	Administrativo	100%	23.006,52	276.078,24
	0	Estagiário	100%	0,00	0,00
	1	Técnico e planejamento	100%	10.004,39	120.052,68
	0	Estagiário	100%	0,00	0,00
	1	Secretaria executiva	100%	10.004,39	120.052,68
	0	Estagiário	100%	0,00	0,00
<b>C</b>		<b>ASSESSORIAS</b>			<b>144.000,00</b>
<b>D</b>		<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>40%</b>		<b>147.200,00</b>
<b>TOTAL</b>					<b>1.156.394,36</b>

1. Ajusta o rateio com a sede do Diretor Presidente
2. Ajusta o rateio com a sede do Controlador
3. Contrata o Assessor Técnico com rateio dos CBH's mineiros
4. Contrata Assessoria Jurídica terceirizada e rateada

Previsão de 7,5% de custeio

**1.151.747,69**

## ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2023



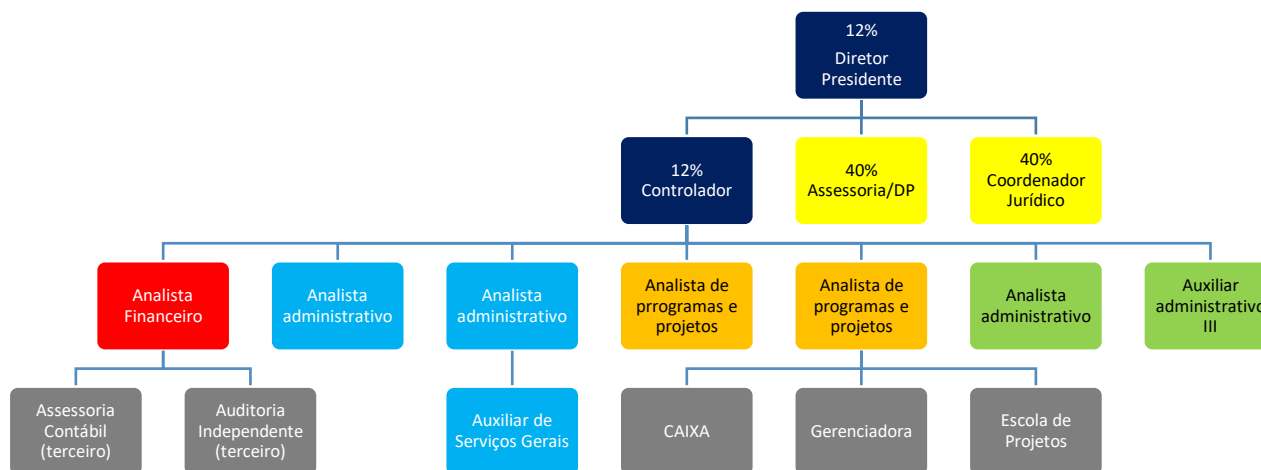
<b>A</b>	<b>7,64</b>	<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>rateio</b>	<b>79.245,53</b>	<b>950.946,36</b>
<b>B</b>	<b>5</b>	<b>ESTAGIÁRIOS</b>	<b>rateio</b>	<b>8.300,00</b>	<b>99.600,00</b>
	0,24	Diretoria	12%	8.795,96	105.551,52
	0,40	Coordenação Geral	40%	10.283,88	123.406,56
	1	Financeiro	100%	10.004,39	120.052,68
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	3	Administrativo	100%	23.006,52	276.078,24
	2	Estagiário	100%	3.320,00	39.840,00
	1	Técnico e planejamento	100%	10.004,39	120.052,68
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
	2	Secretaria Executiva	100%	17.150,39	205.804,68
	1	Estagiário	100%	1.660,00	19.920,00
<b>C</b>		<b>ASSESSORIAS</b>		<b>144.000,00</b>	<b>144.000,00</b>
<b>D</b>		<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>40%</b>		<b>147.200,00</b>
		<b>TOTAL</b>			<b>1.341.746,36</b>

1. Pagamento do Diretor Presidente rateado com a sede
2. Pagamento do Controlador rateado com a sede
3. Pagamento do Assessor com rateio dos CBH's mineiros
4. Contrata auxiliar administrativo III para a Secretaria Executiva
5. Assessoria Jurídica terceirizada e rateada com os CBH's
6. Contrata 05 estagiários

Previsão de 7,5% de custeio

**1.343.704,47**

## ENTIDADE DELEGATÁRIA - ORGANOGRAMA E CUSTEIO - 2024



<b>A</b>	<b>9,04</b>	<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>rateio</b>	<b>95.309,73</b>	<b>1.143.716,76</b>
<b>B</b>	<b>6</b>	<b>ESTAGIÁRIOS</b>	<b>rateio</b>	<b>9.960,00</b>	<b>119.520,00</b>
	0,24	Diretoria	12%	8.795,96	105.551,52
	0,80	Coordenação Geral	40%	16.343,68	196.124,16
	1	Financeiro	1	10.004,39	120.052,68
	1	Estagiário	1	1.660,00	19.920,00
	3	Administrativo	1	23.006,52	276.078,24
	2	Estagiário	1	3.320,00	39.840,00
	2	Técnico e planejamento	1	20.008,79	240.105,48
	1	Estagiário	1	1.660,00	19.920,00
	2	Secretaria executiva	1	17.150,39	205.804,68
	2	Estagiário	1	3.320,00	39.840,00
<b>C</b>		<b>ASSESSORIAS</b>	<b>40%</b>	<b>120.000,00</b>	<b>120.000,00</b>
<b>D</b>		<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>40%</b>	<b>184.000,00</b>	<b>184.000,00</b>
		<b>TOTAL</b>			<b>1.567.236,76</b>

1. Pagamento do Diretor Presidente rateado com a sede
2. Pagamento do Controlador rateado com a sede
3. Pagamento do Assessor com rateio dos CBH's mineiros
4. Continua auxiliar administrativo III para a Secretaria Executiva
5. Contrata analista de programas e projetos
6. Contrata coordenador jurídico com rateio com os CBH's
7. Pagamento de 06 estagiários

Previsão de 7,5% de custeio

**1.602.847,48**